

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GUILHERME FELIX MACHADO FILHO

**ESPAÇOS DA POLÍTICA: A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO POLÍTICO DAS
ASSEMBLEIAS E O ESPAÇO POLÍTICO DAS RUAS NO CONTEXTO DAS
MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS**

RIO DE JANEIRO

2017

GUILHERME FELIX MACHADO FILHO

**ESPAÇOS DA POLÍTICA: A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO
POLÍTICO DAS ASSEMBLEIAS E O ESPAÇO POLÍTICO DAS
RUAS NO CONTEXTO DAS MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS
BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Iná Elias de Castro (PPGG/UFRJ)

Rio de Janeiro
2017

CIP - Catalogação na Publicação

M149e Machado Filho, Guilherme Felix
Espaços da política: a relação entre o espaço político das Assembleias e o espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas / Guilherme Felix Machado Filho. -- Rio de Janeiro, 2017.
92 f.

Orientadora: Iná Elias de Castro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

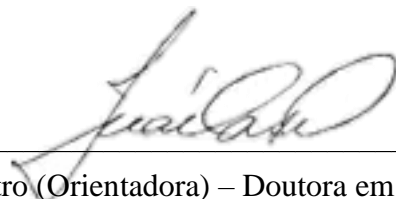
1. espaço político. 2. manifestações de rua. 3. manifestações de junho de 2013. 4. Assembleias. I. Elias de Castro, Iná, orient. II. Título.

GUILHERME FELIX MACHADO FILHO

**ESPAÇOS DA POLÍTICA: A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO
POLÍTICO DAS ASSEMBLEIAS E O ESPAÇO POLÍTICO DAS
RUAS NO CONTEXTO DAS MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS
BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia

Aprovada em 23 de fevereiro de 2017.



Iná Elias de Castro (Orientadora) – Doutora em Geografia, PPGG

Rafael Winter Ribeiro – Doutor em Geografia, PPGG

Juliana Nunes Rodrigues – Doutora em Geografia, UFF/POSGEO

Rejane Cristina de Araújo Rodrigues – Doutora em Geografia, PUC-Rio

*Aos meus pais, pelo amor incondicional e valores,
ao meu irmão, pela comedida forma de irmandade e zelo,
à Luiza e Yvonete, por tornarem o sentido de família para além dos laços de sangue
e à Dara, minha futura esposa, por me completar na existência
das coisas do amor e da felicidade.*

AGRADECIMENTOS

Todo o trabalho traz consigo um simbolismo. E o processo de produção de uma dissertação não é diferente. Pelo contrário, traz consigo um acúmulo de aprendizados que são brotados durante a graduação, florescidos durante o ingresso no mestrado e amadurecidos no processo de pesquisa e escrita daquilo que ao longo de dois anos é cultivado. Além disso, a dissertação simboliza um trabalho individual, porém construída coletivamente por afeto, broncas, incentivos e esperança daquelas pessoas especiais que nos cercam e que, a sua maneira, contribuíram significativamente com esse árduo processo de formação acadêmica.

Sendo assim, faz-se necessário agradecer àquelas pessoas que foram determinantes para a produção dessa dissertação. Em primeiro lugar, agradeço imensamente a minha orientadora, Iná Elias de Castro. Desde o primeiro período de graduação ela me acolheu em seu grupo de pesquisa e foi responsável por caprichosamente contribuir à minha formação enquanto geógrafo e pesquisador. Embora nunca deixasse de agir segundo uma conduta franca e direta, no qual muitas vezes teve que “aparar o meu ego” e controlar minha ansiedade, sempre esteve solícita a me orientar e ajudar nos momentos mais derradeiros da minha curta trajetória acadêmica. A você, Iná, além de minha imensa admiração e respeito, o meu muito obrigado.

Agradeço também aos meus amigos do GEOPPOL, grupo de pesquisa que integro e do qual partilho muito carinho e orgulho. Mais do que companheiros de pesquisa, debatedores e críticos fiéis aos diversos trabalhos e reuniões realizadas, são, acima de tudo, amigos, cuja amizade foi crescendo e se fortalecendo em cada pausa para o café, em cada acudida em momentos cruciais da pesquisa e em cada afago e palavras de incentivo quando compartilhava minhas dúvidas e inquietações.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento dessa pesquisa através de uma bolsa de estudos durante o mestrado. Subsídio este que provém de toda a sociedade brasileira, que espera de alguma forma o devido retorno. E é através da apresentação desta dissertação e do meu engrandecimento acadêmico e profissional durante o mestrado que pretendo retribuir à altura o investimento depositado em mim.

Um especial agradecimento também ao grande mestre e amigo Fábio Tadeu. Desde os tempos do CAP-UERJ, quando eu (Guilherme?) ainda era apenas ICJr, este amigo foi determinante para o começo e desenvolvimento da minha carreira no magistério. Sempre zeloso em me

encaminhar neste meio profissional, ofereceu-me, além das melhores oportunidades de trabalho para eu poder construir a minha vida de forma independente, a sua amizade e confiança. Serei sempre grato por tudo.

Ao meu pai e à minha mãe dedico, com todo orgulho do mundo, esta dissertação. Todo o amor, cuidado, dificuldades e renúncias a que se submeteram por mim orienta o meu esforço e desejo de dar orgulho a vocês, acreditando que através disso possa retribuir o máximo que eu puder o amor incondicional que recebo. E, ao meu irmão, também agradeço o amor e zelo que depositas em mim, mesmo que para isso a demonstração não seja explícita, mas presente na fraternidade contida nos pequenos atos. Amo vocês.

Também quero agradecer e dedicar esta dissertação às duas pessoas que passaram a constituir a minha família: minha sogrã Luiza e minha avó do coração Yvonete. Vocês não sabem o bem que me fazem e o quanto eu amo vocês. O amor que sinto por vocês é algo que transcende os laços de sangue e que só se explica quando também somos amados da mesma maneira. Todo o apoio, carinho e conselhos nas horas mais difíceis com certeza contribuíram à realização desta dissertação e, principalmente, para o meu crescimento pessoal.

E, por fim, agradeço ao grande amor da minha vida, minha futura esposa e grande companheira, Dara. Saiba que, sem você, chegar até aqui teria sido uma tarefa das mais árduas e talvez, incertas. Sua presença na minha vida me permite tirar forças da onde nunca imaginei conseguir; superar obstáculos intransponíveis; e, principalmente, ter a certeza de que tudo isso só adquire sentido por saber que ao meu lado está a pessoa mais maravilhosa que conheço, a quem projeto estar junto na minha vida e constituir minha família e a quem devoto a minha admiração e meu amor incondicional. Te amo, meu amor.

*“Sempre que os homens se juntam, move-se o mundo entre eles, e nesse
interespaço ocorrem e fazem-se todos os assuntos humanos”*

Hannah Arendt, O que é política? (1998), p.36.

RESUMO

MACHADO FILHO, Guilherme Felix. **Espaços da política: a relação entre o espaço político das assembleias e o espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas.** Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Diante dos diversos episódios produzidos pelas manifestações que marcaram o contexto político brasileiro desde 2013, a relação entre o espaço e a política assumiu notável expressão. Tal relação pode ser representada na interação entre dois tipos de espaços que concentraram o enredo dos acontecimentos neste momento de grande ebulição política na sociedade brasileira. As ruas e as instituições políticas demonstraram-se espaços em que a política assumiu dinâmicas e configurações distintas, duas arenas com processos, estratégias e recursos políticos próprios, formando o que se define como espaços políticos. Embora em tensão, é através da complementaridade entre estes dois tipos de espaços políticos que a política se realiza de forma categórica. Nesse contexto, as ruas desempenham papel político de destaque desde as manifestações de junho de 2013 no Brasil, constituindo-se como um meio de ação importante. Diante disso, o objetivo desta dissertação consiste em compreender a organização e funcionamento dos espaços políticos formados em ruas e praças mobilizadas por manifestações políticas e nas Assembleias Legislativas, e analisar quais são as diferenças e a relação entre espaços de natureza político-institucional diferentes. O estudo destes dois tipos de espaços políticos foi realizado através da análise de quatro principais aspectos estruturantes (atores, formas de organização do/no espaço político, visibilidade e processo) e da forma de interação entre eles. A partir deste estudo, concluiu-se cada espaço político possui elementos estruturantes ligados tanto às suas naturezas político-institucionais quanto ao arranjo espacial que o compõem, cujas condições espaciais inerentes a eles influenciam no comportamento, estratégias, e formas de organização espacial, sendo o próprio espaço o recurso fundamental para que os atores possam agir politicamente em prol da consecução de seus interesses e um dos meios pelo qual ocorre a relação entre sociedade e Estado.

Palavras-chave: espaço político, manifestações de rua, manifestações de junho de 2013, Assembleias

ABSTRACT

MACHADO FILHO, Guilherme Felix. **Espaços da política: a relação entre o espaço político das assembleias e o espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas.** Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

In view of the various episodes produced by the demonstrations that marked the Brazilian political context since 2013, a relationship between space and politics has taken on a remarkable expression. This relationship can be represented in the interaction between two types of spaces that concentrate or close events at this moment of the great political boiling in Brazilian society. As streets and political institutions that demonstrate spaces in which a policy is assumed dynamic and supportive, two arenas with processes, strategies and political resources, but which, while in tension, through a complementarity between each other Categorical form. This relationship constitutes a perspective of modern democracies. In this context, as streets play a prominent political role since the demonstration of June 2013 in Brazil, constituting itself as a means of important political action. As streets, at that moment, they were transfigured in a clear political sense, being the place chosen by great part of the people to express politically. However, although the streets have become prominent in this context, they are not disconnected from the political spaces par excellence, that is, as political institutions, such as Legislative Assemblies. The land of the politician is not a stage where a harmonization of interests is enacted. It is the field where battles are fought between divergent interests. It is a space of struggle, of tension, and this occurs differently in each political space. Political spaces are animated by actors, who act according to a political intentionality in search of their interests and, in the face of this, are subject to different spatial constraints arranged in these spaces. Thus, each political space has structuring elements linked as much as its political-institutional characteristics as to the spatial arrangement that compose it. An arena, the actors, an action, the ritual and the process, are therefore categories of fundamental analysis to understand how the political phenomenon expresses itself and organizes each space.

Keywords: Political Space, Exclusive Political Space, Open Political Space, Demonstrations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Foto 1: Manifestantes cospem no carro do senador Cesar Maia; Foto 2: O vereador Jefferson Moura conversa com os jornalistas após sessão da CPI dos Ônibus; Foto 3: Índios, alunos e pais de alunos se uniram para pressionar vereadores a aprovarem o tombamento do Museu do Índio e da Escola Municipal Friedenreich.....	25
Figura 2. Foto 1: Protesto no Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, pelo fim da violência contra as mulheres e contra o PL 5069/13, em frente à Câmara de Vereadores; Foto 2: Manifestantes ocuparam as galerias da Câmara dos Vereadores para exigir a instalação da CPI dos Ônibus; Foto 3: Com cartazes, manifestantes ocupam as galerias da Câmara dos Vereadores do Rio durante pedido de abertura da CPI dos Ônibus.....	26
Figura 3. Policiais do grupamento de choque acompanhando a manifestação.	29
Figura 4. Policiais protegendo a entrada da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.	29
Figura 5. Fotógrafos cobrindo a frente da manifestação.	30
Figura 6. Representação da Câmara dos Deputados.	34
Figura 7. Dispersão espacial manifestações pró e anti-Dilma ocorridas no Brasil nos dias 13 e 15 de março de 2015, respectivamente. Créditos: Jornal O Globo (16/03/15).	45
Figura 8. Deputados contrários ao impeachment da presidente Dilma Rousseff levantam faixa pedindo a saída do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) do cargo.	49
Figura 9. Deputados contra e a favor do impeachment exibem faixa e cartazes em frente à mesa diretora da Câmara dos Deputados.	50
Figura 10. Protesto em frente à Câmara dos Vereadores.	53
Figura 11. Faixa estendida na Praça Mauá	53
Figura 12. Manifestações na Avenida Paulista, em São Paulo, a favor (à esquerda) e contra (à direita) o processo de impeachment de Dilma Rousseff.	55
Figura 13. Candelária (praça Alagoas); Foto 2 – ALERJ; Foto 3 – Central do Brasil (praça Procópio Ferreira).	59
Figura 14. Manifestantes ocupam o plenário da Câmara de Vereadores em protesto contra a escolha do vereador Chiquinho Brazão (PMDB) para ser presidente da CPI dos Ônibus.....	71
Figura 15. Policiais e manifestantes entram em confronto durante protesto de professores e servidores públicos em greve no Centro Cívico, em frente à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), em Curitiba (PR), no dia 29 de abril de 2015.....	71
Ilustração 1. Divisão interna da coluna de manifestação.....	39
Ilustração 2. Representação da Assembleia para a preparação da manifestação contra o aumento das passagens no Rio de Janeiro, ocorrida em 12/01/16.	43

Ilustração 3. Trajeto das manifestações do dia 08/01/16 contra o aumento das passagens.	58
Ilustração 4. Estrutura da relação entre o espaço político exclusivo e o espaço político aberto...	80
Ilustração 5. Percurso percorrido pelas reivindicações em torno do aumento das passagens de ônibus até obterem resposta da Câmara dos Vereadores.	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Relação entre o número de discursos proferidos e o tema das manifestações. Organizado pelo autor.....	76
Quadro 1. Espaços políticos em que ocorreram os protestos de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.....	62
Quadro 2. Categorias de análises dos espaços políticos exclusivos e espaços políticos abertos...	67

LISTA ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ – Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

CMRJ – Câmara Municipal do Rio de Janeiro

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. ESPAÇOS POLÍTICOS: A RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO E POLÍTICA E A QUALIFICAÇÃO POLÍTICA DO ESPAÇO	5
1.1 DO CONCEITO DE ESPAÇO POLÍTICO.....	5
1.2 A ESPACIALIDADE DA POLÍTICA NAS RUAS E SUA FORMAÇÃO TAMBÉM COMO UM ESPAÇO POLÍTICO.....	12
2. O USO DO ESPAÇO PELA POLÍTICA E OS CONDICIONANTES ESPACIAIS DOS ESPAÇOS POLÍTICOS	21
2.1. MARCOS METODOLÓGICOS	21
2.1.1. Atores.....	23
2.1.2. Formas de organização dos/nos espaço políticos.....	32
2.1.3. Visibilidade.....	46
2.1.4. Processo.....	62
3. COMO COMPREENDER OS ESPAÇOS POLÍTICOS E A RELAÇÃO ENTRE ELES	66
3.1. CATEGORIAS DE ANÁLISE DOS ESPAÇOS POLÍTICOS.....	66
3.2. O NEXO ENTRE A PRAÇA E O PALÁCIO: COMO AS MANIFESTAÇÕES DAS RUAS IMPACTARAM AS INSTÂNCIAS POLÍTICAS.....	72
CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o cenário político mundial foi agitado por inúmeras manifestações que sacudiram ruas e praças, evidenciando o potencial da rua como um espaço político. No Brasil, esse cenário não foi diferente. A rua, após as grandes manifestações populares de junho de 2013, entrou de fato no léxico político do país, do qual seu uso passou a se referir não só a um processo de interlocução entre a sociedade e o poder público, mas também a uma forma mais espontânea de fazer política. Durante estas manifestações, a rua foi escolhida como o elo da política em detrimento dos partidos, preteridos como o ente intermediário entre sociedade e Estado. Por causa do descrédito para com os partidos, bem como para os representantes políticos, as ruas foram então politizadas, concebidas como *locus* de uma mensagem possível diante de um cenário político contestado e desacreditado. Assim, por todos os elementos que contempla, entre eles a publicidade, a visibilidade, o simbolismo e a capacidade de reunião de pessoas, ruas e praças passaram a desempenhar um novo papel: transfiguraram-se, em determinados momentos, em um claro sentido político, e, portanto, distinguindo-se da condição apenas de espaço do convívio social público.

Diante dos diversos episódios produzidos pelas manifestações, a relação entre o espaço e a política assumiu notável expressão. Tal relação pode ser representada na interação entre dois tipos de espaços que concentraram o enredo dos acontecimentos nesse momento de grande ebulição política na sociedade brasileira. As ruas e as instituições políticas demonstraram-se espaços em que a política assumiu dinâmicas e configurações distintas, duas arenas com processos, estratégias e recursos políticos próprios, mas que, embora em tensão, é através da complementaridade entre si que a política se realiza de forma categórica. Essa relação constitui a perspectiva das democracias modernas, instituída entre outros fatores pela necessária relação entre o “Palácio”, metáfora do poder instituído, e a “Praça”, metáfora das ruas, vista como o poder instituinte (BOBBIO *apud* CASTRO, 2004).

As ruas desempenham papel político de destaque desde as manifestações de junho de 2013 no Brasil, constituindo-se como um meio de ação política importante. As ruas, nesse momento, tornaram-se o lugar escolhido por grande parte das pessoas para se expressarem politicamente. Contudo, embora as ruas tenham assumido grande destaque neste contexto, elas não estiveram desconectadas dos espaços políticos por excelência, isto é, as instituições políticas, como, por exemplo, as Assembleias Legislativas. Ações provenientes das instituições políticas, como a revogação do aumento das passagens no Rio de Janeiro, o pronunciamento de autoridades políticas,

como a da Presidente da República, e a tentativa de resposta por parte de diversos representantes políticos nas Assembleias, mediante discursos e ações políticas, consistem em evidências do nexo entre esses dois espaços.

Como argumenta Hannah Arendt (1998), a política não é algo que pertence à essência do homem (*zoon politikon*), mas surge no “entre-os-homens”, estabelecendo-se como uma relação. Esta autora destaca que para os gregos a política estava vinculada espacialmente, só existindo nos limites da *polis*. Dessa forma, tem-se que a política é uma das relações sociais inscritas no espaço, sendo os fenômenos políticos responsáveis pela sua organização e, portanto, de algum modo, pela sua qualificação (CASTRO, 2012). Assim, se a política, em sua acepção mais simples, refere-se à essência das normas socialmente instituídas para o controle das paixões (interesses, conflitos, ambições, escolhas etc.) (ARENDRT, 2009) e se também consiste numa força responsável pela organização do espaço, por extensão tornar-se “a condição do surgimento do espaço político, no qual é possível a convivência entre os diferentes, mesmo dispondo de direitos iguais.” (CASTRO, 2012, p.46). Nesse sentido,

para existir, a política (como instituído) impõe um território fechado e estável, delimitado por unidades políticas superpostas e encaixadas, visto que os atores sociais (que são instituintes por excelência) reforçam a natureza da territorialidade da política e, mesmo atuando como cidadãos, inventam espacialidades singulares e podem pertencer a espaços diferentes. É essa tensão entre espaços dos fenômenos políticos, em escalas diferentes, que nos parece significativa na identificação do espaço político em oposição ao que não é. (LÉVY, 1991 *apud* CASTRO, 2012, p.66)

Embora seja ainda um tema pouco presente na agenda de pesquisa da Geografia Política (CASTRO, 2012; 2017), a análise dos espaços políticos é comumente centrada nos espaços políticos por excelência, isto é, instituições políticas como as Assembleias, as Câmaras Legislativas e o Congresso Nacional, tendo recentemente se diversificado, abrangendo novos espaços, como os Conselhos Participativos (AZEVEDO, 2016) e as Assembleias de Moradores (SOUZA, 2014). Entretanto, se, por um lado, a ocupação de ruas e praças para manifestações tradicionalmente aparece atrelada ao estudo dos movimentos sociais, pelo outro, tais espaços políticos são comumente vistos como um palco ou pano de fundo para atores e as ações neles empreendidas, desprovidos de maior atenção analítica, e também vistos de forma descolada do contexto e da dinâmica política no qual estão inseridos (NOGUERIA, 2013; GOHN, 2014; RICCI; ARLEY, 2014)

No entanto, apesar de notório na realidade política contemporânea, ainda é muito pouco explorado pela Geografia o modo como ocorre a interação entre a formalidade do espaço político constituído pelo legislativo e aquele que se institui nas ruas e praças em momentos importantes de mobilização social e nos embates travados com os poderes constituídos (CASTRO, 2012). Se a análise da relação entre o espaço e a política é escassa ou limitada, no que se refere aos espaços políticos, tampouco a situação é diferente quanto se estabelece a interação entre dois espaços políticos distintos. Dessa forma, procurando contribuir ao desenvolvimento das perspectivas de estudos constituintes do campo da Geografia Política, a presente dissertação tem por objetivo explorar estas formas de expressão da relação entre o espaço e a política, sobretudo aquela no qual a política é a dimensão que organiza o espaço, que lhe dá substância, isto é, os espaços políticos

Os fatos expostos estabelecem um problema central que é o de entender tanto a forma de organização política quanto a interação entre os dois espaços políticos formados pelas ruas e assembleias. Diante disso, questões norteiam a busca pela compreensão destes espaços: Qual é a dinâmica política e funcionamento de cada espaço político? Como se constituem as estratégias e recursos políticos pertinentes a cada um destes espaços? Como estão dispostos os atores, a ação, o ritual e o processo político em cada um deles? Qual é sua organização interna e quais são os limites de sua ação política? De que modo estes dois espaços interagem? Como um espaço influencia na dinâmica política do outro?

Nesse sentido, a presente dissertação tem como um dos seus principais objetivos aprofundar os estudos sobre os espaços políticos, fazendo-o avançar tanto conceitualmente quanto empiricamente. Nosso objetivo é aprimorar a concepção sobre espaço político, indo além de apenas seu entendimento conceitual. Para tanto, propõem-se a análise dos seus condicionantes espaciais, tomando como referências duas das suas expressões espaciais, as ruas e as Assembleias, tomando como área de estudo a região central da cidade do Rio de Janeiro, palco de inúmeras manifestações em 2013.

Com efeito, ao propormos essa forma de análise, podemos avançar e enriquecer o entendimento da relação entre o instituído e o instituinte, uma vez que essa relação é comumente disposta pela literatura em polos separados, desconectados: centrada na visão do Estado, donde essa relação é vista a partir dele (JOHNSTON, R.J. 1982; RATZEL, 1987; TAYLOR, P.J; FLINT, C., 2000; BRENNER, N., 2004) ou concentrada nas forças que se organizam na sociedade (SOUZA, 2006; SOJA, 2010; HARVEY, D., 2014; NICHOLLS, W. *et al.* 2013). Nossa intenção

aqui é não adotar uma referência fixa, mas sim nos concentrarmos na própria relação, e, a partir dela, ver como se comportam a sociedade e o Estado através dos espaços políticos.

Para tanto, a dissertação está dividida em duas partes. A primeira é composta pela exposição e debate do conceito de espaço político. Este conceito é o cerne do nosso estudo e a base conceitual pela qual estamos analisando a relação entre política e espaço. Dessa forma, este primeiro capítulo é dedicado a apreciação dos elementos constituintes deste conceito e como o mesmo é debatido na literatura acadêmica. Além de nortear o nosso trabalho empírico, sua a discussão tem também como objetivo a introdução de um novo tema na agenda de pesquisa do campo da Geografia Política.

A segunda parte é dedicada a apreciação e análise empírica dos espaços políticos, dividindo-se em dois capítulos. Usaremos como objeto de estudo o que Castro (2017) classifica como *espaços políticos exclusivos*, isto é, instituições políticas como Assembleias e Câmaras Legislativas, e *espaço políticos abertos*, isto é, ruas e praças mobilizadas pelas manifestações políticas. Vale lembrar que nesta parte a análise das manifestações e dos espaços políticos não contempla todos aqueles ocorridos durante o ciclo de manifestações iniciado a partir de 2013 no Brasil, sendo assim escolhidos apenas aqueles que possuíram maior destaque, seja pela imprensa, seja pela literatura. Do ponto de vista empírico, tomamos com referência as manifestações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, ocorridas entre 2013 e 2016, contudo, como base da reflexão maior sobre a formação e dinâmica distintiva dos espaços políticos, levou-se em consideração, sob o interesse prospectivo e contextual, o conjunto de manifestações ocorridos no Brasil e mundo em mesma época.

O objetivo do trabalho não é mapear a totalidade desses acontecimentos, mas compreender de que forma dois espaços diferentes estão conectados politicamente. Diante disso, o segundo capítulo consiste na descrição destes dois tipos de espaços, tendo como principal objetivo compreender a composição e funcionamento interno de cada um, enquanto o terceiro capítulo consiste na análise da interação entre estes espaços, cujo objetivo é compreender de que forma eles interagem.

1. ESPAÇOS POLÍTICOS: A RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO E POLÍTICA E A QUALIFICAÇÃO POLÍTICA DO ESPAÇO

1.1 DO CONCEITO DE ESPAÇO POLÍTICO

A despeito da corrente “naturalizante” presente no pensamento geográfico, praticada sobremaneira pela geografia clássica, a Geografia, vista como ciência social, tem como interesse fundamental a espacialidade dos fenômenos sociais. Estes fenômenos sociais estariam, portanto, inscritos no espaço, sendo, ao mesmo tempo, o substrato no qual são exercidas as práticas sociais, a condição necessária para que essas práticas existam e o quadro que as delimite e lhes dê sentido. (GOMES, 2012: 21).

Dentre as relações sociais que se inscrevem no espaço, a política é uma das que nele se realiza, de modo que pensar a política no espaço é, portanto, quase sempre invocar um conjunto de relações e práticas espaciais (TONKISS, 2005). Ao partirmos da concepção de que o espaço geográfico é multidimensional (CORRÊA, 2001), podemos considerar a política como uma dimensão possível de organizá-lo, como uma das lógicas constituintes do conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que formam o espaço (SANTOS, 2012) ou como um tipo de ordem espacial que explica a disposição das coisas, suas significações e consequências (GOMES, 1997). Diante disso, como aponta Castro (2012), “(...) aceitar a existência de uma dimensão política do espaço requer a aceitação prévia da política como uma instância com certo grau de autonomia na vida social, o que significa considerar que existem fenômenos políticos que, de algum modo, qualificam o espaço.” (*idem.*, 2012, p.44), proposição esta que ainda não é evidente nem consensual.

Nesse sentido, notabilizaram-se algumas concepções em que espaço e política foram explicitamente relacionados. Henri Lefebvre, embora não fosse geógrafo, foi um dos principais autores que compreendeu o espaço como uma realidade e produto social, um espaço vivido, que ao mesmo tempo condiciona as relações inscritas na sociedade (ELDEN, 2007; SOUZA, 2004; 2013), constituindo-se naquilo que o mesmo veio a conceituar como *espaço social*. Ao criticar a oposição estabelecida a respeito da concepção do espaço como algo *concebido* (abstrato, mental e geométrico) e algo *percebido* (concreto, material e físico) (ELDEN, 2007), Lefebvre argumenta que o espaço é de fato socialmente produzido, e que por isso também o é politicamente produzido.

Por ser um produto social, o espaço não seria neutro, um simples constructo intelectual e abstrato indiferente ao seu conteúdo. Pelo contrário, Lefebvre assevera que o espaço “sempre foi político e estratégico”, “uma representação literalmente povoada de ideologia”, sendo, portanto, “formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente” (LEFEBVRE, 2008).

De forma imanente, o sentido empregado por Lefebvre a respeito da relação entre a política e o espaço é o de que o espaço ainda é um instrumento politicamente manipulado predominantemente a serviço da reprodução das relações de produção capitalista¹, embora na modernidade esteja dissimulado por meio de um aspecto coerente e homogêneo da figura espacial aparente. Essa forma de pensar a relação entre política e espaço ainda é muito presente no pensamento de matriz marxista quando se considera de alguma forma a espacialidade dos fenômenos políticos.

A outra concepção em que reside de modo expressivo a relação entre política e espaço está localizada nas discussões em torno do conceito de espaço público. Em ampla correlação com a noção de esfera pública de Habermas, compreendida como uma instituição autônoma na modernidade, ao lado do Estado e do mercado, e definida como o “(...) mundo do debate e da discussão livre sobre questões de interesse comum entre os cidadãos considerados iguais, política e moralmente”, no qual se forma a opinião pública (PERLATTO, 2012: 81), o espaço público, grosso modo, dá sentido concreto e espacializado a esse espaço discursivo e representa o espaço de natureza jurídico-pública. Com efeito, além de ser no espaço público onde se estabelecem os princípios e condições das normas e regras gerais para o convívio público, fundamentado na copresença de indivíduos, no princípio da publicidade, no uso de recursos comuns, na acessibilidade regulamentada e na isonomia (GOMES, 2012; PARKINSON, 2012),

em suma, as manifestações da vida social nos espaços públicos são maneiras de ser nesses espaços, capazes, portanto, de unir uma dimensão física de copresença a uma dimensão mais abstrata de comunicação social (...) o espaço público pode ser visto simultaneamente como um lugar material e imaterial (GOMES, 2012, p. 26-27).

¹ Um das contribuições originais de Lefebvre repousa em sua crítica à vida cotidiana. Para ele, o modo de produção capitalista se desenvolveu ao longo do tempo na forma como exerce seu domínio no espaço e nas relações sociais. Conquanto o capitalismo do século XIX possuía como problema principal a reprodução material dos seus meios de produção (máquinas e força de trabalho), na modernidade, o modo de produção capitalista se reproduz em um contexto mais amplo, diversificado e complexo, através das relações de produção contidas na vida cotidiana. Em suas palavras, “essa reprodução das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade (...) ou seja, através do espaço inteiro” (LEFEBVRE, 2008, p.47-48).

Diversos autores se empenharam em destacar as diferentes tensões, conflitos e problemas derivados das relações sociais nestes espaços, sendo a partir dessa perspectiva que se depreendem o uso da política e sua relação com o espaço. Valendo-se de diferentes abordagens, essa forma de tratamento da relação entre espaço e política, por meio da noção de espaço público, tem como principal característica a adoção do sentido de política como mediação da vida pública. Nesta mediação, as regras estão dadas, uma vez que o espaço público é regido por normas legais. Contudo, desconsidera-se que a política presente nestes espaços se expresse justamente no momento em que estas regras muitas vezes estão em suspensão para serem refundadas, de modo pacífico ou conflituoso (CASTRO, 2017).

Embora essas duas formas de abordagem expostas se refiram de alguma forma à relação entre política e espaço, ambas, ainda assim, não consideram a política como uma instância da vida social com certo grau de autonomia capaz de criar uma dimensão própria no espaço. Diante da consideração da política como um dos fatores que exerce influência na organização e dinâmicas no espaço, Castro (2012) destaca a ausência de debates e discussões sobre a possibilidade de tal qualificação, isto é, como o fenômeno político, compreendido como aquele capaz de gerar transformações institucionais ou sociais, cria uma dimensão própria no espaço. E, diante disso, como afirma a autora, “é, portanto, na interface da reflexão sobre a conflitualidade das relações sociais, sobre o papel normativo da política e sobre os arranjos e estratégias espaciais dos conflitos de interesses que o problema do espaço político pode ser colocado e sua definição se torna uma possibilidade” (*idem.*, p.44).

O conceito de espaço político propicia-nos pensar como a política qualifica de fato o espaço. No entanto, diante da necessidade de separar analiticamente as condições da existência do espaço político, uma das questões latentes gira em torno mais uma vez do debate sobre a política e o espaço, e até que ponto o espaço é qualificado politicamente.

A ideia de espaço político não é original, podendo ser encontrada em autores da ciência política (D’ALIMONTE, 2007), da filosofia (LEFEBVRE, 2008[1972]) ou mesmo na geografia (CASTRO, 2017). Tomando por referência a Geografia Política e a Ciência Política, o conceito de espaço político é ainda pouco discutido, sendo poucas as situações nas quais é tratado com

substância, estando de forma geral subsumido em outros temas². A noção de espaço político é quase sempre adotada como sinônimo de território nacional pela geografia política tradicional (AZEVEDO, 2016), ou, em outros casos, o termo é amiúde diluído nas discussões em torno do espaço público, do qual o exemplo cabal é a preferência por uma qualificação mais precisa deste termo, como “espaço público político” (ABRAHÃO, 2006), “espaço público de significância política” (LEE, 2009) ou “a política do espaço público” (TONKISS, 2005). Por outro lado, quando o espaço político é mencionado, sobretudo pela Ciência Política, o termo atende a uma noção mais abstrata e ampla, no qual sua referência está relacionada à dimensão da competição eleitoral e ideológica (D’ALIMONTE, 2007) ou às casas deliberativas, como as Assembleias, Parlamentos e Câmaras, ou seja, instituições deliberativas, entendidas como espaços políticos por excelência (BOBBIO, 2007).

No cerne deste debate está a forma como se olha espacialmente para o fenômeno político. Destarte, um dos fundamentos do espaço político é que a ação política necessariamente se expressa em um espaço concreto, uma vez que a política de fato se exerce em “um lugar palpável”, sobretudo assegurado numa cidade (ARENDRT, 1997). Isso implica dizer que não é possível pensar em política sem as condições de sua duração, que se situam na base material e social do lugar onde o encontro das diferenças se dá, sendo elas a “(...) condição fundadora da *pólis*, mas (...) também do *território*, arena por excelência do enfrentamento das *paixões* e das regras para a convivência entre os diferentes” (CASTRO, 2009, p. 50).

Castro (2004), ao perseguir a qualificação e distinção do espaço político frente aquela do espaço público, destaca que o último é o espaço da publicidade, isto é do ver e ser visto, e o espaço da política é aquele onde se reúnem as condições do agir. Estas dimensões, por sua vez, definem os limites da institucionalidade a eles associados: aquele constituído pelos homens livres e iguais, que partilham os mesmos interesses, e aquele dos homens livres e diferentes, com potencialidade para o conflito de interesses, constituinte da *pólis*. Lee (2007), ao estudar o processo histórico da construção da Praça da Paz Celestial (“Tiananmen Square”) como espaço político, argumenta que

² Sobre essa condição precária do uso e debate do conceito de espaço político, Azevedo (2016) mostra que mesmo em periódicos de grande relevância para o campo da Geografia Política, este conceito não está presente como tema de estudos dos geógrafos. Assim, periódicos conceituados na geografia, como a revista inglesa *Political Geography* e a revista francófona *Espace Politique* – tendo o mesmo nome que o conceito -, muito pouco ou quase nada é encontrado nas edições destas revistas.

a ação política das pessoas é um fator imprescindível para que se produzam “espaços públicos de significância política” (LEE, 2007, p.33).

Do mesmo modo, Parkinson (2012), a partir das análises em diferentes países e cidades, destaca os espaços públicos como espaços políticos em potencial. Ao desenvolver a ideia de que a democracia não só se encontra no campo abstrato da esfera pública, mas requer espaços físicos à sua *performance*, assinalando que os arranjos espaciais influenciam de maneira diferente no comportamento dos indivíduos, e, deste modo, no seu comportamento político. Tomando a noção de espaço público como a expressão física da esfera pública, ressalta que a “fiscalidade” desses espaços é condicionante fundamental às diferentes *performances* de papéis democráticos, isto é, expressões políticas. Em outras palavras, tanto nas Assembleias quanto nas ruas e praças, o espaço é um fator fundamental que condiciona o comportamento dos indivíduos e com isso o desempenho de diferentes “funções democráticas”, ligadas sobremaneira à atividade política. Dessa forma, para o autor, a “fiscalidade” destes espaços condiciona o comportamento e ação políticas neles desempenhados, seja na tomada de decisões políticas localizadas nos espaços das Assembleias, seja na expressão de demandas e reivindicações da sociedade através da ocupação das ruas.

Nesse sentido, o espaço político é passível de ser analisado nas democracias contemporâneas à luz da reflexão sobre os fundamentos da política, de sua territorialidade e institucionalidade. Diante disso, é possível destacar a fundamental premissa de que o espaço é mais do que uma simples dimensão do fato político, sendo também uma mediação – continente – e um resultado – conteúdo (CASTRO, 2009).

Para que possamos definir com clareza o conceito de espaço político, e, dessa forma, poder tratá-lo tanto operacionalmente quanto objetivamente, de modo a conectá-lo à realidade, se faz necessário precisar o que estamos considerando por política. Tal preocupação é válida para não incorreremos inadvertidamente ao erro de não definirmos o sentido exercido pelo elemento fundador desse espaço. Para isso, é preciso diferenciar, do ponto de vista analítico e não axiológico, duas noções de política: uma em um sentido categórico, a da intencionalidade e da ação política; e a outra, em sentido opaco, como micro-política (TONKISS, 2005), da negociação de interesses que se encontra presente no uso cotidiano dos espaços públicos, uma vez que eles são coletivizados.

Neste primeiro sentido, há de fato uma politização do espaço, que se transfigura em um claro sentido político. A política pode ser expressa nos espaços públicos de forma proeminente, onde regras estabelecidas são postas em suspensão e demandas e insatisfações são tornadas

explícitas, no qual este espaço, até então predominado pela sociabilidade, ganha um conteúdo de ação claro, que é expresso através do uso do espaço com uma finalidade política preponderante, voltada para a construção de uma agenda política pública. Neste momento, as práticas sociais qualificam de forma diferenciada esse espaço do encontro, cujo conteúdo político nele presente atende a outra substância e dimensão: a ação política toma frente como a relação que predomina na dinâmica espacial.

Assim, podemos afirmar que o espaço público é a condição para formação de espaços políticos pois é o lugar da *mise-en-scène* da vida pública (GOMES, 2012; 2013), e das *performances* democráticas (PARKINSON, 2012), sendo a política um dos elementos que o constitui. Entretanto, o espaço público pode se tornar espaço político justamente por também ser o lugar onde os problemas e conflitos são assinalados e significados e onde ocorre as inscrições e o reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social (GOMES, 2013, p.274). Dessa forma, tornam-se espaços políticos sobretudo porque

esses espaços servem a diversos fins políticos válidos nos quais é possível diferenciar, pelo menos preliminarmente, os espaços públicos definidos pelas normas para o encontro e coexistência dos diferentes e os momentos em que os limites e conteúdos destes espaços são perturbados pela presença de um público com o objetivo de, justamente, transformar as normas vigentes (Low, 2000 *apud* Gregory et al. 2000). É, neste momento, que o conflito e a imprevisibilidade enfraquecem o valor da dimensão pública desses espaços, atribuindo-lhes um protagonismo político que transforma, em momentos precisos, seu caráter público em político. (CASTRO, 2017, p.11-12)

Diante dos sentidos que o termo política comporta, só é possível entendermos os espaços políticos através da institucionalidade da política (CASTRO, 2009; 2012). Seu sentido de política está relacionado à institucionalização da estratégia de negociação dos conflitos e interesses aos princípios que guiam a elaboração de leis e a ação das instituições políticas, sem com isso deixar de considerar também a sua incorporação do poder instituinte, que está na base das elaborações das leis, e que é conteúdo do continente institucional da política. Deste modo, é possível distinguirmos as ações políticas daquelas que se passam no cotidiano social, e, a partir disso, identificar de que modo a política exerce consequências concretas no espaço. Ou seja, “nem simplesmente institucional como na política, nem diluída em uma 'sociabilidade' que abrange tudo, nem presa na armadilha de um 'poder' imanente.” (LÉVY, 1991 *apud* CASTRO, 2009, p.92)

Mediante isso, e a partir dos diferentes sentidos do termo política, é possível destacar nas democracias contemporâneas a relação entre duas dimensões constituintes da noção de espaço

político: a do *instituído*, que configura as instituições políticas, cujas decisões e ações, apoiadas por normas, leis e regulamentos, afetam diferentes instâncias da vida social, e a do *instituinte*, aquelas exercidas por atores sociais que se organizam para ver atendidas suas demandas, nos limites de um território definido e escolhido para essas decisões e ações em diferentes escalas (CASTRO, 2012). Esta relação é sinteticamente representada no par metafórico da *praça* (instituinte) e do *palácio* (instituído) de Norberto Bobbio, para quem numa democracia “os problemas do Estado podem ser vistos segundo duas perspectivas, a da *praça* e a do *palácio*. Uma é condição da outra. Sem o primeiro, o governo perde legitimidade, sem o segundo a praça perde o rumo” (ROMANO, 2002 *apud* CASTRO, 2004, p.152, grifo nosso). É nesse espaço de confronto entre o instituído e o instituinte onde se materializam as tensões resultantes das mudanças institucionais, espaços, portanto, privilegiados de investigação dos processos em curso nas sociedades (CASTRO, 2004)

Em suma, de acordo com Castro (2017), podemos compreender os espaços políticos como “um lugar onde o homem age coletivamente com uma intenção, o lugar da visibilidade do confronto de interesses, do debate livre, da negociação e da disputa de poder sobre os acordos em relação às normas necessárias ao convívio pacífico entre as diferenças” (*idem*, p.7). Nesse sentido, os espaços políticos são constituídos pelo agir intencional e coletivo do homem, que se constrói e funciona como a intermediação entre a sociedade e o Estado, o lugar de atos políticos (AZEVEDO, 2016, p. 73) e da conexão entre o instituído e o instituinte. Esta ação política constituinte dos espaços políticos

confere visibilidade às escalas que estabelecem recortes operacionais, cujas métricas se definem pela extensão dos impactos das decisões de caráter político que se estendem pelas diferentes escalas da ação, desde os parlamentos aos espaços escolhidos pela sociedade para dar visibilidade e voz às suas demandas (CASTRO, 2017, p. 7)

Dessa forma, segundo Castro (2017), podemos classificar os espaços políticos segundo três grandes categorias básicas, que se diferenciam segundo critérios como escala, métrica e substância como fundamentos da sua visibilidade (reconhecimento), abrangência (alcance) e efetividade (efeitos desejados), respectivamente, diferenciando-se entre *espaços políticos exclusivos*, *espaços políticos limitados* e *espaços políticos abertos*.

Identifica-se os espaços legislativos como espaços políticos exclusivos, que são espaços de ampla visibilidade e reconhecimento formais onde se debatem interesses gerais conflitantes e cujos

efeitos das decisões tomadas afetam o conjunto de cidadãos representados por eles. Enquanto isso, os espaços políticos limitados são constituídos pelos diferentes tipos de Conselhos temáticos presentes nas três escalas federais, por fóruns e conferências reconhecidas formalmente e outros tipos de espaços que apresentem debates e representação de interesses específicos (comitês de bacias hidrográficas, associação de moradores de bairro, etc.). Tais tipos de espaços políticos funcionam como intermediação entre sociedade e Estado, reunindo porta-vozes e interesses diferentes de ambos os lados, no qual suas decisões, quando acatadas pelos espaços legislativos, possuem efeitos parciais, embora abrangentes no campo temático ou no recorte territorial. E, por fim, os espaços políticos abertos, constituídos quando ruas e praças, espaços públicos do cotidiano social, metamorfoseiam-se em arenas de demandas, conflitos e ação a partir da ocupação por manifestações e protestos, que os investe de evidente caráter político. Estes são espaços da visibilidade e da teatralidade da política em bruto, ou seja, como forma que precisa ser interpretada, apresentando escala e métrica variáveis e cujos efeitos desejados estabelecem um nexo entre as ruas e as instâncias políticas, ou de forma mais ampla, entre a sociedade e seus governantes.

1.2 A ESPACIALIDADE DA POLÍTICA NAS RUAS E SUA FORMAÇÃO TAMBÉM COMO UM ESPAÇO POLÍTICO

Como nos mostra o campo da Geografia Política, diversas são as formas pelas quais o fenômeno político é expresso no espaço. Para além do âmbito do Estado, a política tem também como uma de suas principais arenas o espaço das ruas e praças, que, conquanto melhor reconhecido pelo seu uso cotidiano, são historicamente palco de grandes ebulições políticas. Para tanto, ruas e praças foram em diversos momentos na história o lugar da mobilização política, da revolta, onde as normas foram postas em suspensão (MCADAM, *et. al.*, 2004; HARVEY, 2013; SANTUCCI, 2008). São espaços onde o impulso instituinte por mudança é tornado público e visível, deflagrando o esgarçamento das normas antigas e o nascimento de normas novas. Assim, em momentos de crise institucional e grandes mudanças políticas e sociais, a rua frequentemente desempenha o lugar por excelência do instituinte, escolhida como o lugar *da* política, *para* a política e, até mesmo, da *não* política. Dessa forma, tanto em democracias quanto em autocracias, ruas e praças, quando se manifestam, tornam-se um tipo de espaço com estatuto diferenciado, aquele de instituir mudanças e qualificado pela ação política.

Momentos de importantes mobilizações sociais, como as ocorridas desde junho de 2013 no Brasil, são situações privilegiadas nas quais é possível presenciar expressões políticas claras que são emanadas por espaços diferentes daqueles das instâncias políticas, como por exemplo, as Assembleias. Ricci e Arley (2013) e Nogueira (2013), ao analisarem estas manifestações, destacam a forma como a rua ganha destaque como espaço de atividade política, no qual, em determinado instante, seu uso cotidiano se altera, transfigurando-se em um claro uso e sentido político.

Nesse sentido, o uso político de ruas e praças tem sido debatido entre diferentes autores, destacando-se, principalmente, como os atributos espaciais destes espaços são fundamentais para que as demandas que emanam da sociedade e que são debatidas na esfera pública se tornem visíveis. Como pondera Mitchell (2003, *apud* HARVEY, 2013, p.33-34), esta demanda só adquire força na medida em que existe um espaço a partir do qual ela se torne visível, onde os grupos políticos que as expressam possam representar a si mesmos para uma população maior e que, ao reclamá-las em público, estes mesmo grupos políticos tornam-se visíveis, assim como suas demandas.

A compreensão pela geografia desse poder instituinte observado nas ruas e praças passa, necessariamente, pela análise das condições que favorecem a ação política e que, nestes momentos de tensão e conflitos, qualificam e organizam politicamente estes espaços. Desse modo, uma das principais condições para isso é a visibilidade conferida aos fenômenos políticos através do espaço, fundamentalmente ligado a certos atributos espaciais que condicionam seu uso político. Assim, Gomes (2012) e Parkinson (2012), através do estudo dos espaços públicos, destacam como o espaço é fundamental para dar visibilidade às tensões e conflitos sociais, cuja repercussão depende de vários atributos espaciais destes lugares, como o tamanho, a acessibilidade, a densidade simbólica, a centralidade e a estratégia espacial empenhada sobre eles. Além disso, ressaltam que nem todos lugares agregam tais atributos espaciais, em que apenas alguns possuem vocação ou são instituídos como espaços de visibilidade, sendo preferencialmente ocupados (PARKINSON, 2012; GOMES, 2013).

Nesse sentido, Gomes (2012, 2013), tendo como referência as sociedades democráticas e republicanas, argumenta que os espaços públicos correspondem à dimensão espacial da política, cenários da *misé-en-scène* da vida pública, constituindo-se como um terreno onde as tensões e conflitos sociais estão presentes e são reconhecidos e, por esta razão, constituem marcadores fundamentais da transformação social. Para o autor, o espaço público é o lugar dos discursos

políticos, sendo eles condicionados pelo contexto espacial do qual se inscrevem. Assim, ruas e praças desempenhariam um papel importante, uma vez que são portadoras de signos, linguagens e arranjos espaciais que orientam os deslocamentos e os fluxos, sinalizam possibilidades e restringem alguns usos e sugerem outros.

Por estes motivos, os espaços públicos, ao organizarem pessoas, coisas e comportamentos, constituem-se como grandes cenários no qual a visibilidade é um dos seus principais atributos e cuja espacialidade é sua condição fundamental (GOMES, 2013). Nesse sentido, esse autor afirma que a visibilidade conferida por estes espaços depende de três elementos essenciais: a morfologia do sítio, a existência de um público e a produção de uma narrativa.

De forma semelhante, Parkinson (2012) destaca a condição espacial diferenciada do espaço público e sua relação com a política. Para o autor, os protestos em ruas e praças, assim como a deliberação e representação política das assembleias legislativas, também fazem parte das *performances* fundamentais ao funcionamento das democracias modernas. Segundo o autor, “[o] direito de protestar fisicamente [em um espaço] importa em um mundo em que a esfera pública é muito mais do que física, porque *a ocupação física do espaço envia sinais que são difíceis de ignorar*” (PARKINSON, 2012, p.146, grifo nosso)³.

Embora o mundo atual seja influenciado pela internet e redes sociais, tornando a esfera pública cada vez mais virtual, digital e constituída entre bilhões de dispositivos conectados a essa rede, Parkinson (2012) argumenta que ocupar politicamente e fisicamente os espaços ainda é fundamental, e que, no caso da ocupação política das ruas e praças por manifestações e protestos, tais espaços se tornam importantes pela exposição de um problema ou demanda, pela atração de atenção a causa defendida, pela mobilização de novos participantes e da legitimidade que podem conferir aos grupos que o usam politicamente. A efetividade deste uso dependerá, portanto, de atributos espaciais que alguns espaços públicos dispõem, como sua dimensão física, localização, acesso e valor simbólico. Esses atributos são fundamentais para a uso político destes lugares, condicionando a dramatização, a construção de narrativas, a aglomeração de pessoas, as estratégias e planejamento das ações, a repercussão e legitimidade que os manifestantes lançam mão para influir no debate político (PARKINSON, 2012).

³ No original: “a right to protest physically matters in a world in which the public sphere is a great deal more than physical, because the physical occupation of space sends signals that are harder to ignore”.

De modo semelhante, para Tonkiss (2005) e Lee (2009) os espaços públicos urbanos conservam-se como lugares privilegiados à ação política, que são “politizados” em determinados momentos. Além disso, ressalta os movimentos sociais como agentes de uma distinta política espacial nas cidades, no qual usam o espaço urbano como espaço de luta e como recurso à mobilização política. Movimentos como estes “politizam” espaços na cidade através de táticas de ocupação, protesto e ação direta. Com efeito, tal espaço é compreendido tanto como objeto quanto meio para a ação política.

Ambos os autores mencionados destacam que o espaço de ruas praças, fornece condições e recursos essenciais para a organização política, como: infraestrutura física, que permite que as demandas se tornem fisicamente explícitas; sua visibilidade, que atrai a atenção da população e das autoridades públicas, implicando na formação da opinião pública; o encorajamento à participação de outros grupos e indivíduos; e a conservação de valor simbólico. Todos estes agregariam valor à ação política nestes espaços.

Fato é que as manifestações introduziram novas práticas e modo de organização política que possuem implicações diretas em como os manifestantes se apropriaram politicamente das ruas. Embora as redes virtuais constituam elemento fundador dessa nova forma de relacionamento com a política, em que cada vez mais “o conflito social foi reconfigurado pela digitalidade da vida” (NOGUEIRA, 2013, p.42), o *ciberespaço* só de fato teve força e resultado político quando situado no espaço, através de embates sociais concretos. Para que de fato se realizassem, foi necessário ocupar fisicamente os espaços, em especial o espaço público das ruas e praças. Foi através de sua ocupação que as demandas e insatisfações foram expressas, superando o pensamento acerca do declínio do homem público e a negação e deslegitimação dos espaços públicos (RICCI; ARLEY, 2013). A respeito disso, Manuel Castells, ao refletir sobre os movimentos sociais nesta contemporaneidade informatizada, argumenta que estamos presenciando a constituição de um novo espaço público, um espaço em rede,

construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora” (CASTELLS, 2013, p.20).

Dessa forma, uma das grandes ações dos manifestantes ao formarem o espaço político nas ruas é transfigurá-la. A transfiguração política deste espaço, que é de natureza pública e atende a

certos usos do cotidiano, dá-se pelas mudanças de seus fluxos e usos. Como expresso pelo texto do Movimento Passe Livre – São Paulo, para usar estes logradouros públicos de forma política, os manifestantes alteram as diretrizes técnicas desse espaço, dirigindo-as para a visibilidade do descontentamento popular. Assim,

se a retomada do espaço urbano aparece como objetivo dos protestos contra a tarifa, também se realiza como método na prática dos manifestantes, que ocupam as ruas determinando diretamente seus fluxos e usos. A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso.” (MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013, p.16)

Nas manifestações, as ruas e praças foram ressignificadas politicamente, tanto materialmente quanto simbolicamente. Embora as manifestações possam ser muitas vezes interpretadas como a expressão da ausência de diálogo entre a sociedade e as instituições políticas, seu objetivo maior é o de enviar uma mensagem para o poder público, em muitos casos tentando estabelecer um diálogo ou negociação direta com os espaços políticos por excelência, aqueles das instituições políticas. É possível, desta forma, depreendermos que os espaços públicos, através da ocupação de ruas e praças, foram usados em claro sentido político, constituindo, mesmo que de forma intermitente e muitas vezes sem uma agenda política precisa, um verdadeiro espaço político, espaços onde também se faz política. David Harvey (2014), nesse sentido, expõe que não é de hoje que as ruas são *locus* privilegiados para a prática política. Para ilustrar isso, ele destaca justamente a importância da rua como meio de expressão política:

foi nas ruas que os tchecos se libertaram em 1989 de opressivas formas de governança; foi na Praça da Paz Celestial que o movimento estudantil chinês buscou estabelecer uma definição alternativa de direitos; foi através de massivos comícios que a Guerra do Vietnã foi forçada a terminar; foi nas ruas que milhões protestaram contra o prospecto de uma intervenção imperialista norte-americana no Iraque em 15 de fevereiro de 2003; foi nas ruas que Seattle, Gênova, Melbourne, Quebec e Bangkok que os direitos inalienáveis à propriedade privada e da taxa de lucro foram desafiados (HARVEY, 2014, p.33).

O uso político das ruas também é objeto de estudos dentro do campo da *contentious politics*. Desenvolvido nos anos 1990, este conceito consiste numa visão ampla das ações coletivas que usam determinadas estratégias e técnicas visando objetivos políticos, como manifestações, greve

geral, motim, desobediência civil, movimentos sociais e até mesmo revolução ou insurreição popular.

McADAM et al. (2004; 2009), embora reconheçam que grande parte da política ocorre em relações sociais internas, como em partidos, sindicatos, burocracia pública etc., definem a *contentious politics* como conflitos políticos coletivos, aqueles que sejam episódicos, que ocorram em público, que envolvam a interação entre os manifestantes e outros atores e tenham reconhecida influência sobre eles e, além disso, que considerem o governo como mediador, alvo ou reclamante (McADAM, D. et al., 2004, p.5). Seja como requerente, mediador ou alvo, o governo (entendido como a organização que controla os principais meios de coerção concentrados num território) é participe na configuração do “conflito político” (*contentious politics*).

Sua definição e análise das contestações políticas estão pautadas naquilo que os autores definem como contestações transgressivas (*transgressive contention*), entendidas como contestações episódicas, públicas e interativas que apresentem caráter inovador, tanto pelo aparecimento de um novo ator político quanto pela utilização de novas ações coletivas.

Os diversos exemplos de *contentious politics* ao longo da história descritos e estudados pelos autores demonstram o papel instituinte das ruas em diferentes situações e regimes políticos. Mostra-se, diante disso, como em momentos de grande mudança social e política, embora a inovação na estratégia e organização dos grupos sejam determinante para estas mudanças, ruas e praças consistem em instrumentos políticos fundamentais para sua realização.

Para os autores, as mudanças sociais e políticas empreendidas através das *contentious politics* são produto da interação dinâmica entre diferentes processos e mecanismos causais praticados pelos atores políticos. Embora estejam mais preocupados em identificar a atuação destes mecanismos em diversos momentos de ebulição social e mudança política, todos eles estão associados a atributos geográficos e, sobretudo, espaciais, como a escala, a materialidade, imaterialidade e a acessibilidade em determinados espaços.

Este tema da *contentious politics* tem sido ultimamente apropriado e debatido pela geografia (SEWELL, 2001; MARTIN, D. G.; MILLER, B, 2003; NICHOLLS, W. et al., 2013). Ao discuti-lo, criticam o menosprezo da importância da geografia, visto que em muitos estudos a espacialidade inerente aos conflitos políticos é negligenciada, sendo o espaço relativizado, encarado muitas vezes como um “contêiner”, um pano de fundo pré-estabelecido e não problematizado. Desse modo, estes geógrafos têm se dedicado em demonstrar como o espaço é

crucial para o entendimento destas mobilizações políticas, no qual a “mobilização dos movimentos sociais, e, a *contentious politics* de forma geral, [são] inerentemente espaciais, como são todos os processos sociais e políticos, [no qual] a constituição espacial dos processos sociais e políticos quase sempre envolve múltiplas espacialidades.” (MILLER, 2013, p.326)⁴.

Os autores das *contentious politics* dialogam com diferentes teóricos sociais que têm destacado a relação entre sociedade e espaço, sobretudo a partir de grandes autores do campo da Geografia que se dedicaram ao fundamento espacial das relações sociais, como Henri Lefebvre, através da noção de produção social do espaço, Edward Soja, através da dialética sócio-espacial, e David Harvey, através da matriz de práticas espaciais. Mediante este escopo teórico-conceitual, estes geógrafos têm o objetivo de compreender como os diferentes conceitos da geografia podem ser usados para analisar os diversos casos abarcados pela *contentious politics*, cujos atores políticos que os constituem adotam uma variedade de táticas e estratégias espaciais no intuito de mobilizar e ganhar poder (SEWELL, 2001; MARTIN, D. G.; MILLER, B, 2003; NICHOLLS, W. *et al.*, 2013).

Nesse sentido, cada espacialidade, como

lugares, escalas, territórios, regiões e redes são produzidos, alterados, e em alguns casos desmantelados como parte do processo de luta social, para promover os interesses de atores particulares. Estas espacialidades, além disso, existem materialmente na forma da fusão, distribuição e mobilidade dos recursos, incluindo pessoas, dinheiro, habilidades, equipamentos, informações, etc. Eles existem também sob a forma de narrativas e imaginários que podem enquadrar e motivar cursos particulares de ação ou inação (MILLER, 2013, p.331)⁵.

O papel instituinte desempenhado por ruas e praças, observado até aqui através do uso político que é conferido a estes espaços e seus condicionantes espaciais, também está relacionado às discussões em torno do conceito de espaço político. Dessa forma, as manifestações políticas, ao se atribuírem dos condicionantes espaciais destes lugares, estão, de fato, qualificando-os politicamente, e com isso os transformando, mesmo que por alguns instantes, em espaços políticos.

⁴ No original: “Social movement mobilization, and contentious politics more generally, is inherently spatial, as are all social and political processes. The spatial constitution of social and political processes almost always involves multiple spatialities.”

⁵ No original: “place, scales, territories, regions and networks are produced, altered, and in some cases dismantled as part of the process of social struggle, to advance the interests of particular actors. These spatialities, moreover, exist materially in the form of the amalgamation, distribution and mobility of resources—including people, money, skills, equipment, information, etc. They exist as well as in the form of narratives and imaginaries that may frame and motivate particular courses of action or inaction.”

Nestes momentos, a partir da intencionalidade política destes atores, ruas e praças, até então espaços públicos marcados pela copresença e pela relação entre livres e iguais, transformam-se em espaços da ação política, isto é, espaços políticos constituídos pela relação entre livres e diferentes e pelo conflito de interesses.

Assim, como afirma Castro (2012), embora a relação entre espaço político e espaço público seja evidente, não é possível reduzirmos um ao outro. O espaço público, portanto, é condição para a constituição dos espaços políticos, uma vez que por serem os espaços dos livres e iguais e da publicidade, isto é, do ver e ser visto, e das normas coercitivas entre livres e diferentes, são arenas privilegiadas para a ação política e a condição para o confronto entre o *instituinte* – o que tenta se impor - e o *instituído* – as regras institucionais vigentes -, fundamento da dinâmica política constituinte das sociedades democráticas. (CASTRO, 2004; 2013).

Diante disso, além dos espaços políticos por excelência, como as Assembleias Legislativas – o lugar do poder instituído -, ruas e praças também são compreendidos como espaços políticos. Cada um destes espaços apresenta de forma diferente a interação entre o instituído e o instituinte. Nas Assembleias, arenas políticas formais e institucionalizadas, espaços de função política, o papel instituinte estará definido pela atuação dos representantes políticos e condicionados às normas e regras para a deliberação e decisão política, enquanto nas ruas e praças, o papel instituinte se expressa através da pressão política exercida em determinados momentos por atores sociais que se organizam politicamente para ver atendidas suas demandas.

Para tanto,

a “praça” não é um fórum de discussão, onde você vai para debater um problema e decidir em conformidade. Nela se reúnem porque já têm um propósito comum, de alguma forma já pré-determinado. (...) Ao contrário da ágora clássica, a “praça” tanto em regimes autocráticos, como nos regimes de democracia indireta ou representativa, não é um lugar onde você toma decisões: decisões que contam já estão tomadas pelos próprios manifestantes (que se manifestam porque querem tomar uma determinada ação ou contestar uma decisão já tomada), ou pelo ditador (e a multidão fala em monossílabos: “sim”, “não”, “para nós”). (BOBBIO, 1986, p.2)⁶

⁶ No original: “la ‘piazza’ non è sede di discussione, dove si vada per dibattere un problema e decidere di conseguenza . Coloro che vi confluiscono lo fanno perché hanno uno scopo comune , in qualche modo già prestabilito . (...). A differenza dell’agorà classica, la ‘piazza’ tanto nei regimi autocratici, quanto nei regimi di democrazia indiretta o rappresentativa, non è neppure un luogo dove si prendano decisioni: le decisioni che contano o sono già prese dagli stessi partecipanti (si manifesta perché si vuole un certo provvedimento o si contesta un provvedimento già preso) , oppure dallo stesso dittatore (e la folla parla per monosillabi : ‘Si’, ‘No’, ‘A noi !’)”.

Contudo, como vimos anteriormente, o papel instituinte das ruas também pode estar presente em regimes não democráticos. Nestes casos, ruas e praças historicamente são espaços que refletiram a tensão entre o instituído e o instituinte, governantes e governados, no qual se tornaram recursos políticos privilegiados por forças da dinâmica social com o objetivo de transformar de algum modo as normas e regras instituídas. Nesse sentido, Lee (2009) nos mostra como a praça Tiananmen, em Pequim, desempenhou um papel importante para mudanças políticas da China Moderna. Como destaca o autor, além das transformações da ordem material espacial decorrentes de profundas intervenções na infraestrutura urbanas, que através da abertura de avenidas permitiram maior acessibilidade e publicidade a estes espaços, foram as manifestações estudantis de 4 de Maio de 1919 que de fato os tornaram instrumentos políticos para a contestação e transformação do regime imperialista chinês à época.

Assim, ruas e praças apresentam um papel instituinte muito forte, assumindo protagonismo político e refletindo a tensão entre governantes e governados em diversos momentos da história; e, que através dos seus atributos espaciais, tornam-se potenciais instrumentos políticos, cuja dinâmica varia de acordo com o regime político. Enquanto previsto e fundamental ao funcionamento de uma democracia, através da formação de espaços políticos (BOBBIO, 1986; CASTRO, 2004; 2012), ruas e praças também podem assumir função política em regimes não democráticos, sendo espaços da contestação e subversão ao poder autoritário (MCADAM *et al.*, 1996; 2004) e, portanto, espaços *para* a democracia (LEE, 2009).

2. O USO DO ESPAÇO PELA POLÍTICA E OS CONDICIONANTES ESPACIAIS DOS ESPAÇOS POLÍTICOS

2.1 MARCOS METODOLÓGICOS

A existência de uma dimensão política do espaço, do qual os fenômenos políticos são responsáveis por organizá-lo e qualificá-lo de forma diferenciada, já é tema consagrado pelo campo da Geografia Política, sendo examinado sob diferentes aspectos e contextos. De acordo com o que propomos nessa dissertação, o estudo dos espaços políticos mostra-se como uma forma oportuna de entendermos mais uma das circunstâncias pela qual se manifesta a relação entre política e espaço. Contudo, como assinalado no capítulo anterior, o espaço político é ainda um tema de pesquisa pouco investigado, e quando o é carece não só de definição conceitual mas também de aprofundamento empírico.

A condição epistemológica incipiente em que se encontra o tema dos espaços políticos conduz a uma empreitada metodológica que é ao mesmo tempo desafiadora e primordial. Tal empreitada representa um desafio pela ausência de referências a partir da qual podemos nos orientar e dialogar, e se coloca como fundamental pelo seu imanente sentido heurístico através do entendimento dos fatores que condicionam a qualificação política do espaço. Diante disso, a definição de uma metodologia capaz de responder aos questionamentos levantados pela pesquisa do tema foi a tarefa mais árdua e complexa a se realizar.

A escassez de referências metodológicas nos impeliram a propor e construir uma metodologia própria que pudesse orientar e sistematizar os levantamentos dos dados e as análises. Sendo assim, a metodologia apresentada a seguir deriva essencialmente do conjunto de leituras e experiências desenvolvidas no decorrer da pesquisa, correspondendo, portanto, a uma forma de interpretar – e acessar, como propõe Geertz (2008) -, essa dimensão da política sobre o espaço.

A metodologia desenvolvida visa compreender o funcionamento e a organização dos dois tipos espaços políticos em estudo, o *espaço político exclusivo* e o *espaço político aberto*. Nosso objetivo maior é o de discutir e analisar os espaços políticos a fim de verificar como a política se organiza nestes espaços concretos e quais são as diferenças entre espaços de natureza político-institucional diferentes. Para tanto, a base de apoio da caracterização de cada tipo de espaço

políticos está centrada nos espaços políticos do Rio de Janeiro⁷ em virtude da facilidade na realização dos trabalhos de campo e no acesso aos dados pertinentes sobre eles. No entanto, de forma complementar, essa caracterização também será informada por dados provenientes de outros espaços políticos brasileiros, uma vez que, mantidas suas idiossincrasias, todos eles estão contidos num mesmo contexto político.

Para orientar nossas análises, e com o objetivo de captar a forma de organização e dinâmica política dos espaços políticos em estudo, cada tipo de espaço foi descrito de modo a identificar⁸:

- a) os atores;
 - b) o lugar que estes atores ocupam no espaço (concentrações e disposição relativas entre eles);
 - c) as ações desempenhadas por estes atores (instrumentos utilizados, comportamentos e performance);
 - d) os elementos que compõem o espaço (tamanho, mobiliário urbano, objetos apropriados para as ações);
- e, no caso das manifestações,
- e) a recomposição do trajeto e identificação de “pontos notáveis” (prédio e lugares históricos e simbólicos) do percurso.

Cabe mencionar que, de forma ancilar, são usados como referência para este roteiro de análise os estudos de Parkinson (2012), sendo utilizada sua forma de avaliação da publicidade, acessibilidade dos espaços públicos e dos diferentes tipos de *performances* políticas⁹ neles

⁷ Sobretudo a Assembleia Legislativa, a Câmara dos Vereadores e os espaços centrais da cidade, como a Cinelândia, a Central do Brasil e as avenidas Presidente Vargas, 1º de Março, Rio Branco, ou seja, os espaços centrais onde a atividade política foi exercida, tanto nas deliberações das Casas Legislativas quanto nas manifestações políticas realizadas nos espaços públicos da área central da cidade.

⁸ Para a descrição destes espaços políticos *in loco* foi utilizado como técnica de coleta de dados o método da observação não participante, exceto no acompanhamento da assembleia para a organização de um dos atos. A opção por este tipo de método neste último caso deveu-se as suas características particulares. O ambiente de tensão assumidos no contexto das manifestações políticas ocorridas no Brasil desde 2013, marcado por casos frequentes de violência e a constante vigilância, sendo uma delas a das redes sociais virtuais pelas forças policiais, também esteve presente nessa assembleia. Assim, para realizar da forma mais objetiva e sem comprometer o levantamento dos dados, foi necessária essa mínima interação com a dinâmica ocorrida neste caso.

⁹ Parkinson (2012) ao analisar espaços públicos de diversas cidades identificou quatro papéis que constituem a *performance* democráticas: construção de narrativas, reivindicações públicas (*public claims*), decisão e escrutínio (processo de votação).

ocorridos, os atributos da métrica, da escala e da substância, concernentes à espacialidade dos fenômenos sociais destacados por Lévy (1994), e as condições da visibilidade espacial¹⁰ por Gomes (2013). Embora partam de propósitos e de fundamentações teóricas distintas, estas referências são suportes importantes para que nossa descrição consiga extrair a espacialidade dos fenômenos políticos inscritos nos lugares analisados.

As observações e dados levantados serão abaixo sintetizados em alguns pontos que descreverão a dinâmica espacial evidenciada em cada espaço político. Tais descrições tem como objetivo produzir um quadro geral dos aspectos estruturantes dos espaços políticos analisados.

2.1.1 Atores

A identificação dos atores foi a etapa inicial da análise dos espaços políticos. Os atores são os agentes das ações empreendidas nestes espaços, responsáveis por organizá-los de acordo com os seus interesses e mediante uma intencionalidade e estratégia (LÉVY, 1994, p.54). Dessa forma, identificar os atores é também identificar as intenções e os conteúdos que orientam as ações executadas *no* e *através* do espaço. No caso dos espaços políticos em estudo, suas distintas naturezas político-institucionais são um fator que condiciona a presença e o comportamento dos atores nestes espaços. Esse fator não define posições absolutas, mas definem limites – entre eles limites institucionais – para ação de cada ator, sendo estes limites estabelecidos espacialmente. Assim, nenhum ator está preso e definido por determinado espaço, mas tão somente tem neles um campo de atuação referente à sua natureza política-institucional.

Esse condicionamento, portanto, não supõe isolamento ou mesmo dissociação. Embora condicionados espacialmente, os atores transitam entre os espaços, ocupando com maior frequência aqueles nos quais possuem um campo de atuação mais forte. Com isso, essa diferença interfere no comportamento e ação desempenhados, mesmo se tratando de um mesmo ator. Tal diferença é comumente vista em situações em que a interação entre o espaço político exclusivo e o aberto é mais aparente, como, por exemplo, nas votações de determinadas matérias de relevância nas Casas Legislativas, do qual, desde as manifestações de junho de 2013 tivemos diversos exemplos no Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro.

¹⁰Para Gomes (2013), a *morfologia do sítio*, a *existência de um público* e a *produção de uma narrativa* são três elementos básicos que condicionam a visibilidade espacial, sobretudo aquela que concerne aos espaços públicos, segundo ele espaços de exposição por vocação. Veremos esses elementos com maior atenção mais adiante.

O caso mais emblemático – e que instigou, inclusive, a pesquisa sobre este tema em estudo – foi o da *Comissão Parlamentar de Inquérito do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus*, mais conhecida como CPI dos Ônibus. A CPI dos Ônibus foi instaurada durante o período de maior ebulição das manifestações em 2013, que tinham como reivindicação de maior relevo o aumento dos preços dos transportes públicos e a péssima qualidade do serviço prestado. O seu processo de abertura e execução foi acompanhado *pari passu* às manifestações que ocorriam em frente à Câmara dos Vereadores, local de sua instauração. Ao mesmo tempo, o espaço da Câmara dos Vereadores e o da praça em frente a ela estavam inseridos sob um mesmo tema político, contudo expressando-o de diferentes maneiras, cujo comportamento dos atores políticos demonstra essas dinâmicas diferentes.

Tomando como exemplo os representantes políticos - os vereadores, neste caso citado - e os manifestantes que ali estavam, ambos estiveram presentes nos dois espaços políticos em tela, mas em cada um deles apresentaram comportamento político diferente. Começando pelos vereadores, como pode se ver na figura 1 a seguir, quando do lado de fora, isto é, na praça, seu campo de atuação encontra-se reduzido, e, em alguns casos, são hostilizados e nem conseguem atuar nestes espaços. Se forem aliados ou com afinidade político-ideológica dos manifestantes, embora captem certo destaque muitas vezes ao dirigir falas aos manifestantes, pouco fazem de mais efetivo além do seu poder carismático e açulador. Contudo, quando dentro dos espaços políticos instituídos, a saber, os espaços deliberativos, ganham protagonismo por serem a autoridade política nesta instância, ao concentrarem as ações e o poder de decisão – que tem efeitos concretos e abrangentes sobre o território, de acordo com a escala político-administrativa. Além disso, são eles também que possuem um lugar de fala nestes espaços, estando os manifestantes impedidos de se pronunciarem efetivamente sobre o tema em debate no plenário – exceto quanto alguns dos seus representantes são instados a participar das discussões.



Figura 3. Foto 1: Manifestantes cospem no carro do senador Cesar Maia/Fonte: Domingos Peixoto/Agência O Globo; Foto 2: O vereador Jefferson Moura conversa com os jornalistas após sessão da CPI dos Ônibus/ Fonte: Tânia Rêgo/ABr; Foto 3: Índios, alunos e pais de alunos se uniram para pressionar vereadores a aprovarem o tombamento do Museu do Índio e da Escola Municipal Friedenreich/Fonte: Douglas Shineidr/Jornal do Brasil.

Enquanto isso, nos espaços políticos instituintes de ruas e praças são os manifestantes que encontram um maior campo de atuação, sendo protagonistas nestes espaços e aqueles que possuem poder de ação mais concreto. Nas ruas, como se pode ver na figura 2 a seguir, os manifestantes revestem-se da autoridade pública conferida à sociedade, sendo o espaço no qual suas demandas podem ser expressas de forma direta, sem a intermediação política de partidos ou representantes políticos, e onde podem adquirir maior projeção e potência, evocando com elas um reflexo da opinião pública. Seu protagonismo neste espaço se reflete na forma como o organizam, no qual estratégias são criadas a fim de dar projeção da melhor forma possível às demandas e interesses por eles postulados.

Por outro lado, quando nos espaços políticos instituídos, os manifestantes assumem uma posição e comportamentos bem definidos, inclusive espacialmente: sua presença fica restrita geralmente às galerias das Casas Legislativas, de onde podem se manifestar, desde que de forma

moderada e sem que prejudique o andamento das discussões no plenário legislativo. Apesar de presentes por meio das galerias, sendo o espaço destinado à população ao debate político exercido pelos seus representantes, a circunstância ao qual os manifestantes estão submetidos reflete nitidamente a condição imposta pelo tipo de espaço político que ocupam: neste espaço estão presentes apenas como público.



Figura 4. Foto 1: Protesto no Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, pelo fim da violência contra as mulheres e contra o PL 5069/13, em frente à Câmara de Vereadores/Fonte: Fernando Frazão/Agência Brasil; Foto 2: Manifestantes ocuparam as galerias da Câmara dos Vereadores para exigir a instalação da CPI dos Ônibus/Fonte: Fran Ribeiro/Memória Latina; Foto 3: Com cartazes, manifestantes ocupam as galerias da Câmara dos Vereadores do Rio durante pedido de abertura da CPI dos Ônibus/Fonte: Gabriel Paiva/O Globo

Outro ponto importante quanto aos atores políticos são os perfis encontrados em ambos os espaços. Cada espaço, assim como ocorre em relação ao comportamento, condiciona a presença de perfis ligados às suas características. Nos espaços políticos das Assembleias, a composição dos perfis dos atores políticos segue a lógica partidária, sendo configurada através dos partidos e das clivagens político-ideológicas. Nestes espaços os representantes políticos são os principais atores, cuja variação e pluralidade de tipos estão circunscritos ao espectro de partidos eleitos e que compõem o corpo legislativo e executivo.

Enquanto isso, nos espaços políticos de ruas e praças a variação e pluralidade de tipos são maiores, estando a sua presença nestes espaços suscetível a fatores contextuais das manifestações, como o tema, a relevância e a escala política do problema enunciado, e o lugar onde elas serão realizadas. Além disso, desde 2013, as manifestações políticas no Brasil sofreram mudanças quanto à pluralidade dos atores envolvidos. Nestas grandes manifestações deste mês foi observado o surgimento de novos tipos de atores políticos, com valores, princípios e forma de organização distintas dos movimentos sociais e demais associativismos tradicionais: têm como características principais a organização mais horizontal, de gestão descentralizada em muitas lideranças, multifocais e com pautas de reivindicações plurais e intrinsecamente conectados às redes sociais virtuais (CASTELLS, 2013; NOGUEIRA, 2013; GOHN, 2014; RICCI e ARLEY, 2014)¹¹. Estes novos tipos de manifestantes compõem os chamados *coletivos*. Tais coletivos diferenciam-se entre si, podendo ser formados por grupos mais coesos e de integrantes mais permanentes, ou serem mais voláteis, caracterizados por uma adesão fluida e muitas vezes ocasional¹².

A pluralidade enunciada pelas manifestações não esteve restrita ao momento político vivido em 2013, mas também é presente na diversidade de atores que passaram a ocupar ruas e praças no decorrer das manifestações. Dessa forma, embora em um primeiro momento nas manifestações em junho de 2013 houvesse uma postura refratária à presença das tradicionais lideranças políticas e associativismos, como partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e demais organizações sociais, ao longo dos anos seguintes o que se viu foi a conjunção de diferentes atores¹³. Embora fosse composto em sua maioria por jovens de classe média, o público participante dessas manifestações também se mostrou muito diverso. Esses manifestantes fugiram ao padrão e perfil

¹¹ Para os autores que se debruçaram sobre o tema das manifestações de junho de 2013 no Brasil, uma das novidades trazidas por elas foi a emergência de um novo perfil de manifestante. Estes novos manifestantes compartilhariam como princípios básicos a autonomia e horizontalidade, rejeitando qualquer forma de estrutura hierárquica em sua organização. Os autores os classificam de diferentes formas, podendo ser vistos como um tipo de militância contemporânea (NOGUEIRA, 2013) ou como movimentos sociais em rede (CASTELLS, 2013).

¹² Este tipo de coletivo é exemplar da nova forma de engajamento político suscitado pelas redes sociais virtuais. Na verdade, estes coletivos constituem-se como grandes comunidades virtuais, estando organizadas geralmente em perfis de redes sociais, como o Facebook. Estes tipos de coletivos possuem grande influência política ao exercerem o papel de agenciamento e articulação coletiva ao convocar manifestações, compartilhar informações, guiar comportamentos e pautar discussões, orientando relações e práticas sociais organizadas através da lógica reticular das conexões presentes nas redes sociais virtuais (ALZAMORA, et. al., 2014).

¹³ Segundo André Singer (2013), nas manifestações de junho de 2013 já era possível notar um processo de desmembramento e diferenciação das manifestações. Para o autor, ao final das grandes manifestações que marcaram o auge dos protestos nesse mês, levando dezenas de milhares de pessoas em diversas cidades e milhões em todo o Brasil, as manifestações diminuíram de tamanho e se fragmentaram em mobilizações parciais com objetivos específicos.

usual encontrado nos movimentos sociais tradicionais, não só por aglutinar diversos matizes sociais e políticos, mas também porque muitos estavam realizando seu “batismo na política” nesse momento (GOHN, 2013).

Assim, apesar da dificuldade em caracterizar e identificar o público participante de manifestações de massa, foi possível identificarmos três grandes grupos de manifestantes: um grupo mais difuso e plural, marcado pela nova forma de engajamento político mais descentralizada, abrangendo os coletivos, composto basicamente por jovens, estudantes e em sua maioria de classe média; um grupo composto por movimentos mais tradicionais e organizados de forma mais hierarquizada, composto por sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais tradicionais de esquerda; e um grupo formado por movimentos de orientação ideológica de direita, composto basicamente por adultos e de classe média e alta¹⁴.

A imprensa (compreendendo aqui repórteres, fotógrafos e os *mediativistas*¹⁵) e as forças policiais (aqui inclusos os policiais militares, o grupamento de choque e os guardas de trânsito) são também considerados atores, porém secundários. A neutralidade aqui referida não tem a intenção de fazer juízo sobre a discussão quanto à imparcialidade da mídia e à subserviência e autoritarismo da polícia, mas tão somente o fato de que as ações destes atores não visam diretamente o conjunto de interesses e demandas trazidas à baila e que é objeto de disputa política nestes espaços. Suas ações, portanto, estão mormente ligadas à cobertura de um fato relevante e à garantia da ordem pública, respectivamente¹⁶.

¹⁴ Cabe ressaltar que a pluralidade mencionada ao descrever os manifestantes é um aspecto que também se apresenta internamente aos grupos. Dessa forma, cada grande grupo identificado aqui possui grupos de os mais moderados até os mais radicais, sendo assim frequente vê-los juntos nas manifestações que envolvam temas comuns a eles.

¹⁵ Os mediativistas constituem o movimento de mídias livres chamado de mediativismo digital. O mediativismo propõe-se como um modelo de produção de informação alternativa às grandes mídias e mídias tradicionais (MALINI; ANTOUN, 2013; ALMEIDA, 2015; D'ANDRÉA; ZILLER, 2014), com o objetivo de intercambiar “experiências presenciais e ciber e que têm como função, além de informar, promover a discussão a respeito da pauta midiática e o questionamento das versões oficiais de instituições como a polícia, das políticas públicas atuais e também da ordem social vigente” (ALMEIDA, 2015, p. 84) Assentado no meio virtual, o mediativismo está organizado em torno de coletivos de mídia livre ou de ações isoladas de ativistas, transmitindo as manifestações muitas vezes em tempo real e a partir da perspectiva do próprio manifestante (usando, para isso, dispositivos como *smartphones*, pequenas câmeras e computadores conectados à internet).

¹⁶ Vale ressaltar que esses interesses associados à função desempenhada pelos jornalistas e policiais não se colocam na realidade como algo imaculado. Da mesma forma como a cobertura jornalística pode ser tendenciosa ao selecionar os aspectos dos fatos a serem noticiados, privilegiando aqueles que suscitarão maior repercussão, a atuação policial pode envolver atos de truculência e abuso de autoridade durante o exercício da manutenção da ordem pública nas manifestações.



Figura 3. Policiais do grupamento de choque acompanhando a manifestação. Fonte: acervo do autor.



Figura 4. Policiais protegendo a entrada da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Fonte: acervo do autor.



Figura 5. Fotografos cobrindo a frente da manifestação. Fonte: acervo do autor.

Estes dois atores não estão atrelados à um espaço político específico, mas sim à função que desempenham, como se pode ver nas figuras 3, 4 e 5 anteriores. Nesse sentido, tanto a imprensa quanto as forças policiais estão frequentemente em ambos os espaços políticos das Assembleias e das ruas e praças, seja ao fazer a cobertura jornalística, seja ao garantir a ordem e segurança, do qual o nível de intensidade de suas presenças variam de acordo com a relevância do evento e, em especial às forças policiais, o nível de periculosidade dos atos.

Vendedores ambulantes e “espectadores”¹⁷ também são elementos que compõem esse cenário constituído pelos espaços políticos, estando especificamente localizados nos espaços políticos instituintes das ruas e praças. Embora não os consideremos como atores, estes dois personagens também são importantes para entendermos de que forma a política esta organizada em torno dos espaços políticos, isto é, o que está e o que não está incorporado àquela ação que se desvela neste espaço. A interação e disposição no espaço destes elementos nos remete à lógica de jogo absorvente analisada por Clifford Geertz (2008) em *A interpretação das culturas*. Assim como na briga de galos descrita pelo autor, as manifestações políticas parecem criar um “centro de

¹⁷ Denominamos aqui como “espectadores” todos aqueles indivíduos que estão presentes e fazem parte dos espaços onde ocorrem as manifestações políticas mas que não estão envolvidos diretamente e intencionalmente a ela. Fazem parte deste grupo uma grande variedade de tipos, sendo os mais comuns transeuntes das praças e ruas, clientes de comércios no entorno destes espaços, moradores de rua, camelôs, entre outros tantos que estão presentes nestes espaços públicos ocupados pelas manifestações.

gravidade” no seu local de acontecimento, delimitando uma realidade “absorvente” a partir dele, onde a ação política parece definir as “regras do jogo” no espaço imediatamente influenciado por ela. Dessa forma, quanto mais distante deste “centro de gravidade”, menor será a interação com a manifestação que organiza politicamente o espaço. Com isso, em muitos momentos as manifestações não afetam diretamente todos os elementos que compõem o espaço - salvo aqueles em que as manifestações assumem proporções muito grandes, afetando diretamente todo o espaço onde ocorrem -, que, embora consciente da ação que está ocorrendo e compondo o mesmo cenário constituídos em torno destes lugares, colocam-se propriamente como espectadores do evento transcorrido diante de seus olhos.

Também como um elemento significativo que se tornou constante nas manifestações políticas no Brasil, temos os *black blocs*. Definido mais como uma tática de ação direta do que propriamente um grupo coeso, os *black blocs* são um movimento inspirado por preceitos anarquistas e anticapitalistas que agem através do embate às forças econômicas e políticas dominantes, seja pela depredação à símbolos que remetam a estas forças, como bancos, prédio públicos e sedes do poder político, seja pelo confronto com a polícia¹⁸. São identificados não só pela estética de seu comportamento hostil e violento, mas pela sua caracterização quanto ao uso de roupas pretas e máscaras. Além disso, constituem-se efetivamente em agrupamentos pontuais e efêmeros, composto basicamente por jovens de diferentes camadas sociais, estando unidos fundamentalmente pela tática da ação direta.

Nesse sentido, se, em última análise, a política remete a uma atividade que permite a vida em comum, compartilhada, respeitando as diferenças individuais e os conflitos que surgem dessa coexistência (CASTRO, 2009), os *black blocs* não são considerados aqui como atores políticos, uma vez que o objetivo deste grupo concerne a atos essencialmente violentos. Desse modo, quando atuam, suprimem toda a dinâmica política que organiza o espaço, dando lugar apenas à violência.

2.1.2 Formas de organização dos/nos espaço políticos

O fenômeno político se expressa no espaço de diferentes formas, sendo uma delas através do espaço político. Todavia, tais espaços políticos também se diferenciam entre si, cuja ação

¹⁸ Cf. “O black bloc está na rua”. Disponível em < <http://www.cartacapital.com.br/revista/760/o-black-bloc-esta-na-rua-7083.html>>. Acessado em: 25 de jan. 2017.

política se organiza diferentemente de acordo com os elementos que o compõem, entre eles os elementos espaciais. Diante disso, o espaço é um recurso fundamental para as ações nele empreendidas, sendo objeto de diversas estratégias para organizá-lo da maneira mais favorável àqueles que o utilizam.

Do mesmo modo, como visto anteriormente, cada espaço político em tela possui um configuração espacial e natureza político-institucional próprios, conferindo a eles capacidade organizativa e estratégica distintas. Essa capacidade, portanto, varia conforme os atributos de cada espaço, que referencia, condiciona e delimita as práticas espaciais que nele podem ser praticadas. De acordo com Parkinson (2012) e Souza (2006; 2013), olhando através da materialidade¹⁹ destes espaços, a forma física se destaca como um fator importante para compreendermos o comportamento político nestes espaços: por possuírem obstáculos, como no caso dos muros, ou arranjos que impeçam, facilitem, ou limitem o acesso e as ações empreendidas neste espaço; e ao agirem como pontos de ancoragem, “portadores” de símbolos, mensagens, memórias e identidades, inscritas formal ou informalmente nos elementos destes espaços, do qual ajudam os atores a serem levados a sério pelo coletivo, importando assim para sua eficácia política. Nesse sentido, o espaço é a base fundamental para que a política ocorra (ARENDR, 1998; CASTRO, 2004; 2009; 2012), influenciando-a decisivamente de diversas formas.

Nos espaços políticos exclusivos, a deliberação e a votação (decisão) são os tipos de ações mais eminentes. Em sentido amplo, o espaço já delimita uma arena do ponto de vista material e institucional, isto é, define o lugar legítimo para a reunião dos atores políticos e o debate e atuação sobre temas de relevância social²⁰. Isso parece trivial, mas possui um sentido inexorável. Para tanto,

¹⁹ Em grande parte de sua obra, onde relaciona a democracia aos espaços públicos, Parkinson (2012) destaca a importância de pensar os espaços públicos na sua dimensão concreta, e não somente pela sua dimensão abstrata através da noção de esfera pública, perspectiva dominante nas ciências sociais, como destaca. Para o autor, a materialidade, a dimensão física, ou como ele coloca, a fisicalidade (*physicallity*) são fundamentais para entendermos a democracia e seu funcionamento. Enquanto isso, Souza (2006; 2013) denomina a materialidade do espaço geográfico como *substrato espacial material*, entendido como a face material do espaço socialmente produzido. Assim, para o autor, as formas espaciais corresponderiam à maneira como este substrato espacial material se acha modelado e organizado, refletindo as relações sociais em suas diversas dimensões (cultura, relações econômicas, relações de poder etc.).

²⁰ Ainda assim, como destaca Parkinson, “ter um único local para este trabalho ajuda os públicos atentos, especialmente os meios de comunicação, a avaliar reivindicações e decisões, e examinar os responsáveis pelas reivindicações e decisões. Se os locais de tomada de decisão coletiva estão muito dispersos - e alguns argumentam que isso é o caso em muitas democracias agora - então torna-se muito difícil garantir publicidade, muito difícil exigir *accountability*, e assim nós perdemos o controle democrático” (op.cit., 2012, p.95) (No original: “having a single site for this work helps attentive publics, especially the media, evaluate claims and decisions, and scrutinize claim- and decision-makers. If the sites of collective decision-making are too dispersed – and some argue that this is the case in many democracies now – then it becomes too difficult to ensure publicity, too difficult to demand accountability, and we lose democratic control”).

mesmo que esteticamente possa haver de forma semelhante uma reunião dos representantes políticos em um gabinete ou até mesmo na rua, as discussões e decisões ali tomadas seriam inócuas, sem valor institucional e jurídico algum. Da mesma forma, o espaço determina quem está apto ou não a discutir e votar sobre qualquer matéria, sendo a presença física neste espaço fundamental. Isso está expresso, inclusive, pela existência do suplente, que pode substituir o parlamentar em caso de sua ausência, e pela obrigatoriedade de um quórum mínimo para que as sessões sejam iniciadas.

A organização interna dos espaços políticos instituídos é bem definida. Neste tipo de espaço político, os atores e os elementos que o integram atendem a uma composição espacial fixa e com atuação pré-definida institucionalmente, em que seu andamento está condicionado e orientado segundo as diretrizes internas que regem seu funcionamento, como, por exemplo, o regimento interno das Casas Legislativas. Parte das estratégias engendradas dizem respeito estritamente às articulações políticas que garantam maior poder político, correspondendo principalmente à ampliação e fortalecimento de alianças políticas e a ocupação de cargos de relevância que garantam sucesso nas tomadas de decisão de seu interesse.

Quanto a sua configuração espacial, no caso brasileiro, estes espaços, em geral, apresentam uma organização espacial interna em forma de “sala de aula”²¹, cuja principal característica é a atenção centrada em um ponto, no caso em relação à mesa diretora e aos oradores, localizado numa posição frontal e em um nível mais elevado, como podemos visualizar na figura 6. Estes espaços políticos são compostos basicamente pela presença das cadeiras, do espaço designado para os oradores, a mesa diretora e, geralmente localizado em um nível acima do plenário, a área destinada à imprensa e à população, chamada de galeria.

²¹ Ao estudar os designs dos parlamentos de 193 Estados membros das Nações Unidas, os arquitetos David Mulder van der Vegt e Max Cohen de Lara chegaram a cinco categorias: semicírculo, ferradura, bancos opostos, círculo e sala de aula. Segundo eles, cada uma dessas composições define a forma como os debates são conduzidos no interior de cada órgão político, para quem “o parlamento é o espaço onde a política toma forma. Aqui, decisões coletivas são feitas num cenário específico, onde as relações entre os atores políticos são organizadas pela arquitetura. A arquitetura dos espaços políticos não é apenas uma expressão da cultura política, mas é também responsável por moldar essa cultura”. Disponível em < <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/09/19/Arquitetos-investigam-como-o-design-dos-parlamentos-afeta-a-pol%C3%ADtica>>. Acessado em 30 de dezembro de 2016.

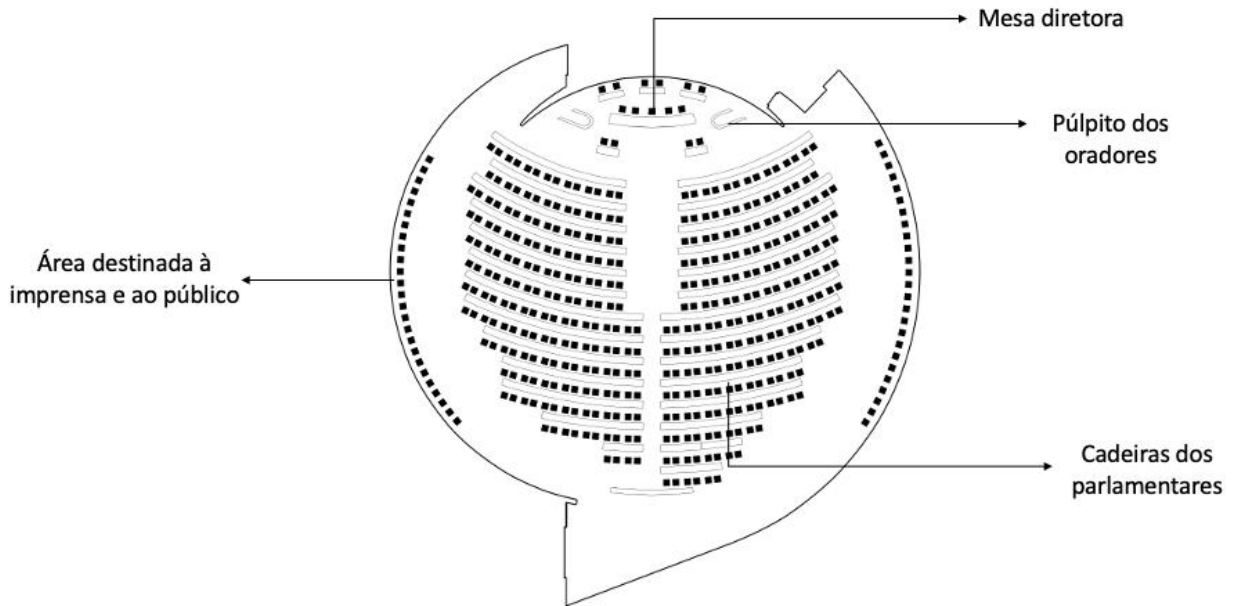


Figura 6. Representação da Câmara dos Deputados. Fonte: <http://www.parliamentbook.com>

Dessa forma, a organização espacial interna dos espaços políticos instituídos, a saber as Assembleias, apresenta uma geografia própria²², como nos mostra Eugênia Lopes (2007) ao descrever a organização da Câmara dos Deputados. Na ocasião, em 2007, a Câmara era dividida em entre deputados governistas, liderados pelo PT e seus aliados, sentados no lado esquerdo, em posição frontal à mesa diretora, enquanto o lado direito era ocupado pelos opositores, como o PFL e o PSDB, como se o espaço parlamentar fosse um grande estádio de futebol, cristalizando as maiores torcidas em lados cativos.

Eugênia Lopes também destaca outra divisão informal do plenário, dividida em três grandes grupos, cada qual tendo sua posição espacial determinada pelo seu *status* político e pela visibilidade do local que ocupam no espaço. A “comissão de frente”, localizada nas primeiras fileiras, era ocupado pelos líderes partidários e os deputados mais assíduos; o “vale da melancolia” era ocupado por parlamentares que queriam maior projeção política e/ou por aqueles que já foram protagonistas

²² Cabe mencionar que a espacialidade inerente a estes espaços deliberativos foi, historicamente, a responsável pela definição dos termos “esquerda” e “direita” usado para demarcar os dois grandes polos em que se divide as posições ideológicas. Como descreve o filósofo Roger Scruton (2014, p. 14), “o uso moderno do termo ‘esquerda’ deriva da Assembleia dos Estados Gerais de 1789, quando, na França, a nobreza sentou-se à direita do rei, e o Terceiro Estado, à sua esquerda. Poderia ter sido o contrário. Na verdade, era o contrário para todo o mundo, menos para o rei. Contudo, os termos ‘esquerda’ e ‘direita’ permanecem conosco e são agora aplicados a facções e opiniões em toda ordem política.”

e agora vivem no ostracismo, geralmente deputados envolvidos em casos de corrupção ou ex-integrantes do primeiro escalão do governo; e, localizado no fundo do plenário, está o “vale dos caídos”, ocupado geralmente pelos deputados menos conhecidos (chamados de *baixo clero*), por nomes importantes envolvidos em escândalos e por deputados que comparecem ao plenário apenas para marcar rapidamente a presença ou registrar seu voto eletrônico. Além disso, o espaço central do plenário também se destaca por ser o local em que os microfones estão localizados, onde geralmente os parlamentares se aglomeram e sendo frequentado por líderes partidários que ficam negociando a aprovação de projetos e também por deputados que sistematicamente fazem apartes²³.

Não obstante, embora a ação seja condicionada institucionalmente nestes espaços políticos, ainda assim o espaço se apresenta como um recurso importante, onde estratégias são criadas de forma a ampliar o poder de atuação dos atores, sobretudo nos momentos decisivos das deliberações e votações. Nestes momentos, duas situações se destacam. Uma delas é a *disputa pela fala*, sendo assumida na forma da concorrência pelo uso do microfone. O microfone é um instrumento fundamental para a dinâmica no espaço, uma vez que garante a sobreposição da voz do seu emissor em relação aos demais. Além disso, ao se sobrepor a voz, chama-se também a atenção dos demais no recinto. É por isso que é muito comum vermos uma aglomeração em torno deles.

A outra situação – que, a propósito, está contida também a anterior - é o *momento de votação*. Por seu caráter terminativo e decisório, esse é o momento em que se requer maior empenho dos atores e quando as estratégias espaciais são mais utilizadas. Dessa forma, além da prática do diversionismo para tumultuar e retardar o julgamento sobre determinada matéria, a necessária presença no espaço para a votação induz a diferentes estratégias para o sucesso político: o deliberado esvaziamento do plenário, assim como o seu súbito preenchimento, interfere no rumo das discussões e decisões sobre determinada matéria.

Diferentemente, a ação nos espaços políticos abertos formado nas ruas e praças é efêmera e intermitente. Essas ações possuem um caráter cíclico²⁴ (MCADAM et al., 2009; TARROW,

²³ A Câmara dos Deputados define aparte como “Interrupção, breve e oportuna, do orador que está usando a palavra na tribuna para indagação, comentário ou esclarecimento relativo à material em debate”. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/glossario/a.html>>. Acessado em: 22 de jan. 2017.

²⁴ Para Sidney Tarrow (2009; 2011; 2011 *apud* TATAGIBA, 2014), os conflitos e confrontos no sistema social são marcados por ciclos de protestos (também chamados de ciclos de confrontos ou reivindicações), entendidos como uma fase de intensificação dos conflitos, no qual um conjunto diversificado de atores toma parte em manifestações públicas coletivas em ritmo e velocidade superiores ao verificado regularmente, com a rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para os menos mobilizados, com a criação de quadros de ação coletiva novos ou transformados, uma combinação de participação organizada e não organizada. Ao envolver o conjunto da sociedade no conflito, a dinâmica

2011), tanto em relação aos movimentos generalizados e frequentes que marcam um determinado período (como, por exemplo, no caso brasileiro, as manifestações das Diretas Já, pelo *impeachment* do ex-presidente Collor, e, mais recentemente, pelas manifestações de junho de 2013 e pelo *impeachment* da ex-presidente Dilma) quanto inerente a duração do ato de cada movimento.

Mesmo sendo também espaços de reunião, os espaços políticos instituintes apresentam tipos de ações diferentes, sendo a pressão política a mais eminente. Esse tipo de ação ou prática pode ser exercida a partir de diferentes estratégias e repertórios, como a ação direta, passeata, ocupação, performances e representações, isto é, todos os artifícios pelos quais um interesse, demanda e insatisfação de grupos presentes no meio social sejam explicitados e possam, de alguma forma, mobilizar a opinião pública e, conseqüentemente, influenciar e sensibilizar as autoridades políticas a fim de atendê-las. Estas estratégias e repertórios de ações variam de acordo com os objetivos pretendidos e os recursos, oportunidades, restrições disponíveis no momento, tanto dos atores mobilizados quanto do próprio espaço escolhido para a manifestação (TARROW, 2011; PARKINSON, 2012). Desse modo, é a partir dessas ações que os espaços públicos de ruas e praças são “politizados” (TONKISS, 2005; LEE, 2009), transfigurados politicamente em espaços políticos.

Destacam-se entre estas estratégias de manifestação política para a pressão política a *passeata* e as *ocupações* (OLIVEIRA, 2015). Cada estratégia apresenta uma estética, uma forma espacial e uma temporalidade diferente. As passeatas geralmente são grandes caminhadas caracterizados pelo brado de palavras de ordem, cânticos, uso de percussão, cartazes e faixas, definidos por uma sequência temporalmente curta, geralmente com duração de horas: primeiro há a concentração das manifestações em um determinado lugar, em seguida iniciam um determinado percurso, que pode apresentar algumas paradas, e, por último, há o encerramento com a parada final no mesmo lugar de início ou em lugar diferente. Enquanto isso, as ocupações possuem estética semelhante às passeatas, contudo apresentando uma temporalidade maior, podendo durar dias ou até mesmo meses (duração que depende de vários fatores, entre os quais a conquista dos objetivos dos manifestantes, a remoção pelo poder público ou pela própria desmobilização), e se caracterizam por serem um tipo de manifestação estática e fixa, através da apropriação temporária de um dado espaço.

do ciclo exige uma resposta das autoridades, as quais tendem a combinar, em níveis variados, repressão e incorporação das demandas.

Além disso, estes dois principais tipos de manifestações se apropriam de formas espaciais distintas, no qual, preferencialmente, as passeatas utilizam as ruas e as ocupações as praças²⁵. A preferência pela utilização de cada uma dessas formas espaciais pode ser explicada por seus atributos urbanísticos intrínsecos, como nos explica Gomes (2013): enquanto a rua é um convite ao movimento, que nos induz ao avanço, as praças marcam um intervalo na mobilidade, uma possível ruptura na direção e alteração do ritmo; as praças são intervalos na continuidade das ruas, abrigando atividades que nos fazem permanecer, ou pelo menos cumprir um circuito. Contudo, as passeatas e as ocupações não estão presas a estas formas, mas podem transpô-las através de circuitos que conectem umas às outras, sendo possível uma passeata terminar em uma ocupação, ou uma ocupação estar associada à passeata.

Quanto à organização interna, os espaços políticos permitem uma apropriação mais flexível e diversificada. Sua organização dependerá de dois grandes fatores. O primeiro está relacionado às próprias características do lugar ocupado pelas manifestações, isto é, sua dimensão física, elementos do seu mobiliário (postes, bancos, cercas, muros, canteiros, monumentos etc.) e, se possuir, um elemento de destaque, que defina uma centralidade na composição deste espaço (monumentos de grande simbolismo, prédios de relevância histórica e/ou política, áreas que permitam maior exposição etc.). O segundo fator se refere às características dos próprios manifestantes, isto é, seus objetivos, o número de participantes e as estratégias traçadas para a melhor exposição de suas demandas.

No caso das passeatas, a disposição dos manifestantes assume uma ordem espacial padrão na maioria dos casos. Como nos mostra a ilustração 1, as passeatas nas manifestações geralmente apresentam uma formação em colunas e segundo uma divisão interna, atendendo a seguinte lógica:

- a parte mais à frente é ocupada pelas forças policiais, compostas por guardas de trânsito e policiais militares responsáveis por preparar o caminho para o prosseguimento da passeata, ao controlar o trânsito e remover eventuais obstáculos, e aprontar o policiamento naqueles espaços que posteriormente serão apropriados pelos manifestantes. Há entres os guardas municipais, os policiais e os representantes dos manifestantes, um intenso diálogo, ditando assim o ritmo da passeata e os caminhos tomados por ela. Nesta parte também estão presentes

²⁵ Vale destacar que no caso das manifestações que se realizam através da ocupação, os espaços ocupados não se limitam as ruas, incluindo também prédios do poder público, universidades, casas legislativas, gabinetes de autoridades políticas, mais recentemente, escolas.

fotógrafos das mídias tradicionais e os *mediativistas*, que eventualmente circulam pela coluna de manifestantes. Além disso, sobretudo nas manifestações organizadas pelos coletivos, há a presença de *black blocs* nessa linha de frente²⁶.

- Em manifestações propensas à casos de violência, há um reforço no policiamento da manifestação. Além do maior efetivo policial, a coluna de manifestantes sofre um isolamento pelas forças policiais, sendo acompanhada por viaturas, concentradas na extremidade final, e por membros do grupamento de choque da polícia (chamados de “robocops”, devido à sua vestimenta de proteção reforçada), dispostos segundo um cordão de isolamento da coluna de manifestantes.
- Quanto à coluna de manifestação, a parte frontal geralmente é composta por uma grande faixa, que está relacionada ao tema central do ato. Esta faixa demarca um princípio de organização espacial dos manifestantes que está relacionado ao grupo de manifestantes que lidera e organiza o ato. Sendo assim, este grupo é aquele que define a pauta da manifestação e que se posiciona na dianteira, estabelecendo-se como o protagonista e aquele que possui maior visibilidade dentre os demais manifestantes. A partir, então, desse grupo dirigente, os demais grupos de manifestantes que se unem ao ato estão dispostos de acordo com a afinidade política e ideológica a ele, ou seja, quanto menor a afinidade em relação ao grupo dirigente, menor destaque terá no momento do ato, localizando-se, assim, mais ao final da coluna de manifestação e distante do seu ponto de maior visibilidade.

²⁶ Há aqui um tema de grande discussão quanto o sentido do posicionamento dos *black blocs* na coluna de manifestação. De acordo com este grupo, seu posicionamento na linha de frente tem como objetivo garantir a proteção dos manifestantes contra qualquer tipo de truculência policial que possa eventualmente atrapalhar o ato. Contudo, dois outros pontos, que derivam de sua situação espacial, contrapõem-se a essa versão. O primeiro é que, ao se posicionarem a frente da manifestação, os *black blocs* conseguem atrair maior atenção e adquirir visibilidade, sendo essa uma estratégia eficaz para os objetivos do grupo, sobretudo por, na maioria das vezes, serem minoritários em relação ao total de manifestantes presente nas manifestações. Outro ponto importante é que, como visto, a parte frontal da manifestação é a zona de contato entre os manifestantes e as forças policiais, portanto uma área instável e de tensão entre estes dois elementos. Dessa forma, a localização dos *black blocs* também propicia maior oportunidade de confronto e, com isso, a atração de visibilidade ao grupo. Diante disso, entre os grupos de manifestantes discute-se o apoio ou não à presença dos *black blocs* nos atos, uma vez que, além de corroborarem para a construção de uma imagem negativa das manifestações, sendo associada à violência, vandalismo e barbárie, a atuação deste grupo estaria captando a atenção e visibilidade desejada pelos grupos de manifestantes.

DIVISÃO INTERNA DA COLUNA DE MANIFESTAÇÃO

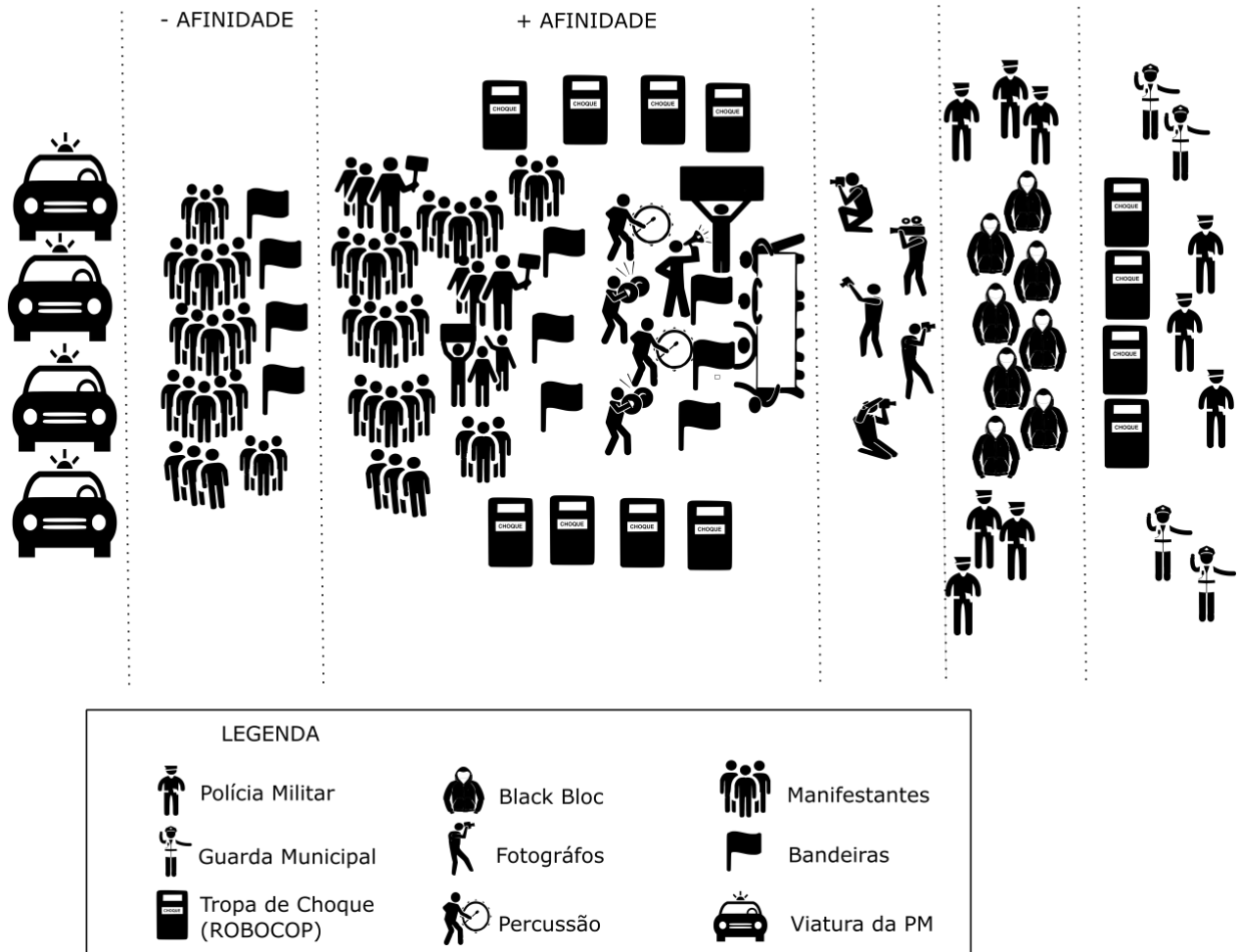


Ilustração 1. Divisão interna da coluna de manifestação. Fonte: Guilherme Felix (organização)/ Amanda Fernandes (desenho).

Além destes fatores, duas situações se destacam na dinâmica de organização interna dos espaços políticos abertos. O carro de som é um elemento significativo com grande capacidade de coordenação das ações nas manifestações, e, conseqüentemente, de orientação na maneira como o espaço será organizado. É um instrumento que capta a atenção dos presentes, não só por estabelecer um plano elevado em relação à maioria dos manifestantes, funcionando quase como uma tribuna, mas por dispor de um sistema de som que permite a sobreposição das vozes dos oradores. Por isso, o uso do carro de som é disputado pelos atores políticos neste espaço²⁷.

²⁷ O uso do carro de som é frequentemente um tema discutido pelos manifestantes que se organizam em coletivos, uma vez que sua capacidade de coordenação e orientação das ações prejudica a organização horizontal das manifestações. Dessa forma, o carro de som é visto como um instrumento que provoca uma hierarquia entre os manifestantes, dando

A outra situação de destaque é a deliberação. Embora a ação proeminente nos espaços políticos abertos seja a pressão política, a deliberação é um recurso usado para a organização dos atos, sobretudo quanto a definição das estratégias mais eficazes para a influência sobre a opinião pública e o poder público. Chamadas comumente de plenárias, as deliberações são fóruns que geralmente antecedem as manifestações²⁸, definindo, fundamentalmente, o balanço dos atos anteriores, o trajeto a percorrer, a pauta de reivindicações e a data das futuras manifestações.

As deliberações presentes nestes espaços políticos podem ocorrer em duas principais formas: jogral e assembleias. A realização de deliberações por jogral ocorre comumente no momento das manifestações e são utilizadas para se tomar decisões imediatas, enquanto as assembleias podem ocorrer tanto em momentos anteriores ou após as manifestações. As praças, por terem a capacidade de concentrar um número elevado de pessoas e serem um espaço aberto que permite a maior interação entre os indivíduos, são os espaços privilegiados para a ocorrência destas duas formas de deliberação, podendo elas, no caso das deliberações por assembleias, ocorrerem também em lugares fechado, como auditórios e salas.

Esses dois tipos de deliberação dos espaços políticos abertos também se diferenciam quanto à estrutura em que se organizam. No jogral, a deliberação se limita a escolha de opções a seguir pelos manifestantes em situação que exijam uma redefinição do planejamento para o ato, como, por exemplo, a mudança do trajeto da manifestação. É possível identificar dois problemas nesse tipo de deliberação. O primeiro é o nível de debate, praticamente suprimido pelo forma de jogral. As opções em votação são enunciadas por um orador – geralmente uma das lideranças do ato – e repassadas a todos os manifestantes por jogral, que, ao final, devem se manifestar levantando a mão caso concordem com uma das opções. Isto é, há neste tipo de deliberação apenas a escolha de opções, sem o seu debate. O outro problema é a composição da maioria vencedora e na apuração dos votos, pois, além da dificuldade na contagem do grande número de votantes, o número de votantes pode variar ao passar do tempo e, assim, alterar os rumos das decisões.

destaque ou aludindo a lideranças nas manifestações, circunstâncias contrapostas por estes tipos de grupos de manifestantes.

²⁸ As deliberações podem ser mais ou menos abertas, dependendo do grupos de manifestantes. Nos grupos de manifestantes compostos por sindicatos e movimentos sociais tradicionais e aquele composto por associativismos de classe média, a participação nestas deliberações é restrita aos integrante do seu grupo, pouco ou nada difundidas nas redes sociais. Enquanto isso, os coletivos possuem uma deliberação mais aberta, sendo ela composta tanto por integrantes do próprio coletivo quanto por integrantes de outros grupos de afinidade política, como os sindicatos, movimentos sociais, movimentos estudantis, partidos políticos, organizações da sociedade, e indivíduos independentes a grupos.

Por outro lado, as assembleias possuem uma estrutura de deliberação parecida com as que ocorrem nos espaços políticos exclusivos. De forma semelhante, as assembleias dos espaços políticos abertos também são estruturadas por uma mesa diretora, podendo ser composta por um moderador, responsável por controlar e coordenar a duração e o ritmo das falas, além de zelar pela ordem e o prosseguimento da deliberação, e um relator, responsável por coletar todos os acontecimentos e falas dos participantes, sistematizando-os em pontos a serem votadas durante ou no final dos debates. Nas assembleias durante as manifestações, esta estrutura é mais simples, contudo também apresentando mediadores que coordenam os debates.

A organização espacial dos agentes durante a votação e o ritual seguido na deliberação dos temas são dois aspectos significativos. Quanto à organização espacial, a mesa, o lugar da fala e a relatoria ficam geralmente posicionados na frente dos participantes, estando eles voltados à ela. O outro aspecto é o do ritual. Todo o andamento da assembleia é demarcado por regras que orientam as ações de cada um na assembleia. Para isso, algumas regras básicas eram seguidas: o respeito à fala dos inscitos, o tratamento por companheiro (mesmo nos momentos de discordância e tensão), o pedido de questão de ordem para fala de grande relevância, o não interrompimento no momento das votações e a soberania da maioria nas votações.

Todavia, esse tipo de deliberação também possui alguns problemas, como a existência de fóruns paralelos e a legitimidade das votações. Sua fraqueza parte da própria natureza político-institucional dos espaços políticos instituintes: não há um único espaço de deliberação legitimado, mas tantos quantos forem aqueles criados pelos diversos grupos de manifestantes para organizarem os atos. Isso muitas vezes incorre na dissidência entre os grupos de manifestantes e, muitas vezes, em desmobilização.

Assim, como nos espaços políticos exclusivos, também se observa nestas assembleias uma volatilidade dos participantes, o que muitas vezes implica na adoção de algumas estratégias para alterar o rumo das votações de acordo com a variação no número dos participantes. Da mesma forma, o rumo das votações e decisões é suscetível à mudanças e desvirtuamento, ou seja, para influenciar numa decisão, um determinado grupo pode mobilizar mais apoiadores ao longo do decurso das votações, apresentando como principal diferença o número indefinido de participantes nestas assembleias.

Essa estratégia espacial em deliberações foi presenciada em um dos trabalhos de campo realizados. Como nos mostra a ilustração 2, nesta assembleia os participantes ficavam sentados nas

cadeiras, em pé ou transitando entre as “galerias” (espaços laterais externos conectados ao salão) ou no espaço fora da sala, no qual sua disposição espacial variou de acordo com o ritmo e momentos da assembleia: durante o momento das falas, sobretudo quando já havia decorrido muito tempo, o espaço interno ficou esvaziado, com a circulação constante entre as galeria e o espaço fora da sala; contudo, durante a votação, o ponto alto da assembleia, a parte interna ficou cheia; e, nas votações mais tensas, o espaço da frente, onde estavam localizados o relator e a mesa, foi diversas vezes ocupados pelos participantes da assembleia. Mais uma vez, a disputa pelo microfone (que torna a voz preponderante sobre as demais) e pelo lugar de destaque e visualização de todos na frente (é visto por todos e assume um lugar de comando) foi um dos pontos notáveis neste aspecto.

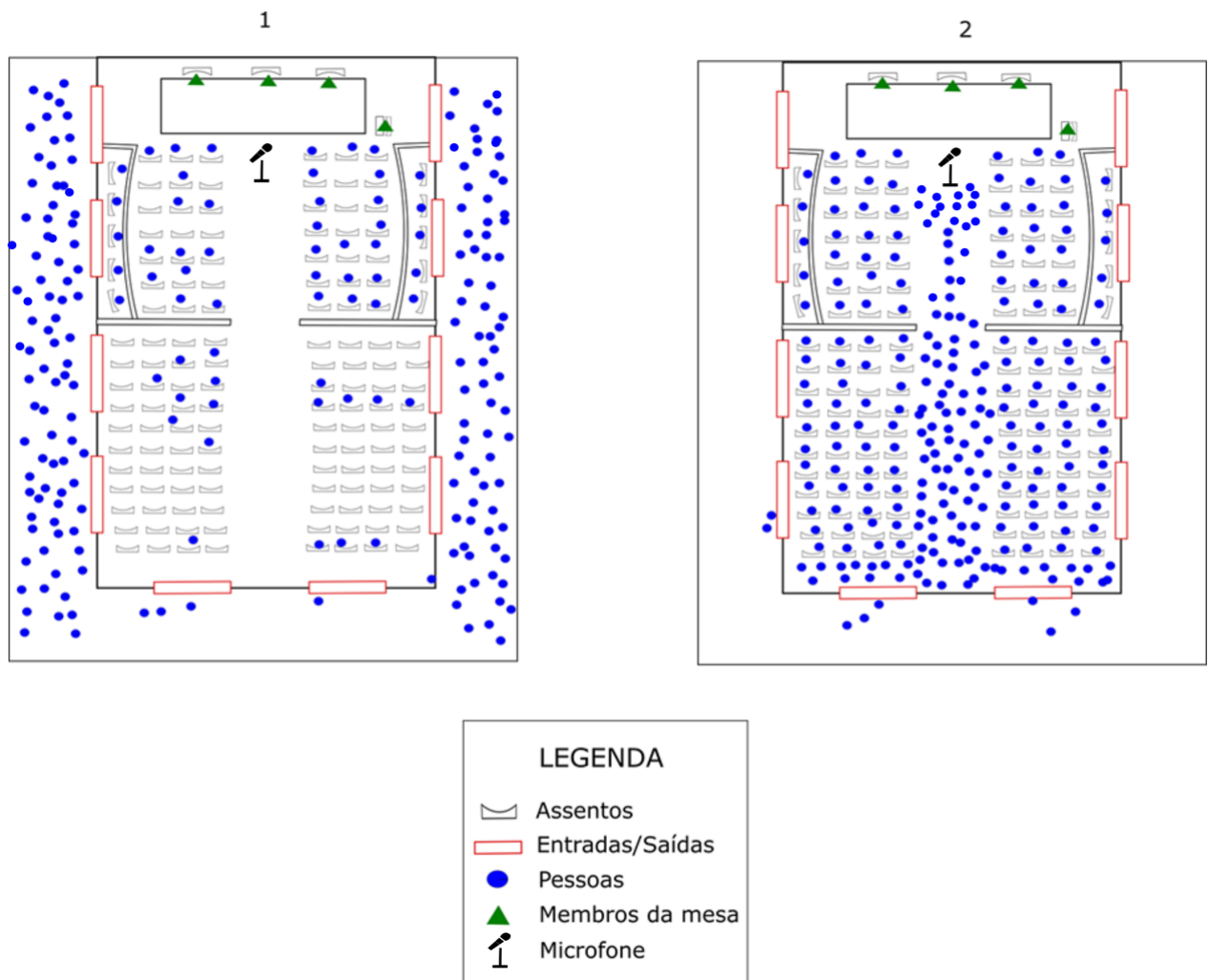


Ilustração 2. Representação da Assembleia para a preparação da manifestação contra o aumento das passagens no Rio de Janeiro, ocorrida em 12/01/16. Fonte: Fonte: Guilherme Felix (organização)/ Amanda Fernandes (desenho).

Além das estratégias locais, as manifestações também dispõem de estratégias interescalares como modo de organização política espacial visando ampliar a capacidade de pressão política dos manifestantes (MACHADO FILHO, 2015). Nesse sentido, as redes sociais possuíram papel de protagonismo nas manifestações no Brasil – e também no mundo (CASTELLS, 2013) -, sendo a partir delas que as manifestações foram convocadas e organizadas. Sem precedentes, as informações passaram a circular não só em grande quantidade, mas também de modo instantâneo. As redes sociais tornaram-se um instrumento essencial na articulação política dos grupos que protestaram nas ruas (RICCI; ARLEY, 2013).

Diversas escalas foram então mobilizadas pelas redes sociais. O local, o regional e o nacional se encontravam entranhados simultaneamente em um mesmo movimento. A articulação em rede, ou *redes de associações*, constituindo uma verdadeira *política de escalas* (COX, 1998), foi um fato novo no cotidiano político, sobretudo no âmbito político-institucional. A dispersão da informação e a capacidade de mobilização política destas redes surpreenderam os governos, muitas vezes despreparados para lidar com o grande contingente de pessoas que inundavam as ruas. A conectividade e interatividade que essas redes propiciam constituem o que Castells (2013) denomina como novos movimentos sociais deste século, no qual

os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet, que é um componente necessário, embora não suficiente, da ação coletiva. As redes sociais digitais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. Mas o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. (CASTELLS, 2013, p.171)

A política de escalas fundamentada em redes, pensada inicialmente por Cox (1998), pode, no caso das manifestações no Brasil, ser exemplarmente verificadas. Organizadas através das redes sociais (virtuais), criaram-se verdadeiras redes políticas, articulando grupos entre diversas cidades, principalmente entre as principais capitais do país. Nesse contexto, dentre os grupos que se organizaram de forma interescalar, o Movimento Passe Livre apresenta claramente esse tipo de organização. Definindo-se como uma federação, o MPL articula-se em rede, possuindo sedes nas principais capitais, que, conforme argumentam,

O MPL se constitui através de um pacto federativo, isto é, uma aliança em que as partes obrigam-se recíproca e igualmente e na qual os movimentos nas cidades mantêm a sua

autonomia diante do movimento em nível federal, ou seja, um pacto no qual é respeitada a autonomia local de organização.²⁹

Conforme visto nas manifestações, os protestos eram organizados de modo a ocorrer simultaneamente nestes lugares. Sob a mesma pauta geral, mas mantendo suas especificidades locais, esses protestos em rede obtiveram grande impacto, atordoando as autoridades e demais instituições diante da simultaneidade e escala dos protestos. Mais do que fatos isolados, estes protestos passavam claramente uma proposta e organização nacional, o que corroborou ainda mais para o seu potencial político. Em junho, por exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo foram as cidades protagonistas das manifestações de junho. No dia 20 deste mês, foram registradas cerca de 300 mil pessoas nas manifestações na cidade, reunindo no Brasil mais de 1 milhão de pessoas em 75 cidades no país. No dia anterior (dia 19), várias cidades reduziram as tarifas dos transportes públicos (GOHN, 2014).

²⁹ Trecho disponível no site do Movimento Passe Livre. Disponível em <<http://www.mpl.org.br/>>. Acessado em: 25 de out. 2015.

NÚMEROS PELO PAÍS

Pró-Dilma (sexta, 13/3)

ESTIMATIVAS DA PM

33 mil

ORGANIZADORES

157 mil

Anti-Dilma (Ontem)

ESTIMATIVAS DA PM

2 milhões

ORGANIZADORES

2,4 milhões

NAS CAPITAIS

PRÓ-DILMA

● Onde houve manifestações

NÚMERO DE PESSOAS

(Estimativas da PM/Organizadores)

São Paulo	12 mil / 100 mil
João Pessoa	3 mil / 5 mil
Distrito Federal	3 mil / 5 mil
Salvador	2 mil / 3 mil
Campo Grande	1.800 / 4 mil
Recife	1.500 / 3 mil
Natal	1.500 / 3 mil
Belo Horizonte	1.500 / 7 mil
Rio de Janeiro	1 mil / 5 mil
Manaus	1 mil / 1.500
Maceió	1 mil / 1 mil
Aracaju	1 mil / 1 mil
Fortaleza	700 / 4 mil
Cuiabá	500 / não informado
Palmas	500 / 800
Belém	300 / 2 mil
Florianópolis	300 / 3 mil
Teresina	300 / 2 mil
Vitória	300 / 4 mil
São Luis	200 / 2 mil
Goiânia	100 / 300
Macapá	60 / 100
Curitiba	Não informado / 1 mil
Rio Branco	Não informado

OUTRAS CIDADES

(Estimativas da PM/Organizadores)

Duque de Caxias (RJ)	200 / 200
Paulínia (SP)	Não informado / 220
Caruaru (PE)	100 / 200
Petrolina (PE)	Não informado / 100
Araucária (PR)	200 / 1 mil
Caxias do Sul (RS)	Não informado
Pelotas (RS)	40 / 250
Betim (MG)	Não informado / 2 mil

Em Porto Alegre, a manifestação foi na quinta-feira e reuniu 5 mil pessoas, segundo a PM

ANTI-DILMA

● Onde houve manifestações

NÚMERO DE PESSOAS

(Estimativas da PM/Organizadores)

São Paulo	1 milhão / 1 milhão
Porto Alegre	100 mil / 60 mil
Vitória	100 mil / 120 mil
Curitiba	80 mil / 100 mil
Goiânia	60 mil / 150 mil
Distrito Federal	45 mil / 80 mil
Manaus	30 mil / 50 mil
Belém	30 mil / 60 mil
Florianópolis	30 mil / 30 mil
Rio de Janeiro	27 mil / 108 mil
Belo Horizonte	26 mil / 50 mil
Fortaleza	20 mil / 20 mil
Porto Velho	15 mil / 10 mil
Natal	12 mil / 40 mil
Cuiabá	12 mil / 20 mil
Campo Grande	10 mil / 100 mil
Recife	10 mil / 5 mil
Palmas	10 mil / 18 mil
Maceió	10 mil / 10 mil
Salvador	7 mil / 5 mil
Rio Branco	5 mil / 5 mil
João Pessoa	4 mil / 3 mil
Teresina	3 mil / 3,8 mil
São Luis	3 mil / 4 mil
Boa Vista	2,5 mil / 2,5 mil
Macapá	1,5 mil / 5 mil

A capital de São Paulo reuniu o maior número de pessoas: 1 milhão, segundo a PM

OUTRAS CIDADES

(Estimativas da PM/Organizadores)

Caxias do Sul (RS)	60 mil / não informado
Ribeirão Preto (SP)	25 mil / 50 mil
Chapeco (SC)	20 mil / 25 mil
Uberlândia (MG)	15 mil / 15 mil
Londrina (PR)	10 mil / 40 mil
Campinas (SP)	7 mil / 25 mil
Foz do Iguaçu (SC)	6 mil / 10 mil
Jundiaí (SP)	5 mil / 10 mil

Figura 7. Dispersão espacial manifestações pró e anti-Dilma ocorridas no Brasil nos dias 13 e 15 de março de 2015, respectivamente. Créditos: Jornal O Globo (16/03/15). Fonte: PM e Organizadores

A programação das manifestações é coordenada para ocorrer no mesmo dia e no horário nas grandes cidades do país, com o objetivo de fortalecimento do movimento à nível nacional. Entretanto, conquanto essa articulação nacional, cada cidade refletiu uma expressão e encaminhamento diferente de um mesmo movimento. No Rio de Janeiro, a manifestação teve como tônica a reivindicação em torno do serviço prestado pelas empresas de ônibus controladas por um único dono. Diferentemente de outras cidades, um dos seus desdobramentos foi a abertura da chamada CPI dos Ônibus. Dessa forma, é possível a priori perceber a definição de uma política de escala por parte do MPL no Rio de Janeiro: ao passo que se articula segundo um movimento de âmbito nacional, estratégias mais locais são definidas concomitantemente. Essas escalas políticas acionadas pelo movimento estão em constante interação, definindo os melhores recursos acionados por eles a fim do atendimento de suas demandas

2.1.3 Visibilidade

Como vimos anteriormente, o espaço é a base material e simbólica necessária à existência da política, sendo também um recurso e condicionante para que a ação política seja empreendida. Além destes, o espaço também apresenta outro atributo importante: é responsável por dar visibilidade à política.

De acordo com Gomes (2013), o espaço pode ser um instrumento que faz ver, que torna visível. Desse modo, a visibilidade é um fenômeno que apresenta uma incontornável geograficidade, cuja magnitude e alcance depende de três elementos principais: a *morfologia do sítio*, do qual a estrutura do espaço físico deve ser capaz de garantir uma convergência de olhares e a desejada captura da atenção; a *existência de um público*, formado por observadores sensíveis aos novos sentidos nascidos da associação entre o lugar e o evento que se apresenta e cujos olhares estejam atraídos e concentrados nestas áreas; e da *produção de uma narrativa*, isto é, as leituras dos sentidos que emergem do contexto espacial dentro da qual se inscreve o fenômeno (GOMES, 2013, p.37-38).

Os espaços públicos, para Gomes (2013), destacam-se como verdadeiros espaços de exposição, da exposição pública, que confere visibilidade à qualquer atividade que nele se expresse. Nesse sentido, pelos espaços públicos corresponderem a uma arena de debate e um lugar das inscrições de conflitos, tensões e do reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social (GOMES, 2012; 2013) e, também, por serem espaços necessários à *performance* da democracia (PARKINSON, 2012), a política é um dos elementos que o constitui e, portanto, passível de visibilidade.

Diante disso, podemos argumentar que pelo espaço público ser o lugar da *mise-en-scène* da vida pública, uma parte dela consiste em comportamentos políticos. E, através da intencionalidade política – a ação política – contida nestes comportamentos, produz-se uma interação diferente com o espaço, da qual se constituem os espaços políticos. Assim, da mesma forma que o espaço público é o lugar de cenas públicas, o espaço político é, portanto, o lugar de cenas eminentemente políticas³⁰, apresentando comportamentos, atitudes, valores e imagens voltados ao exercício da

³⁰ Assim como em Oliveira (2015), aqui estamos ampliando a noção de cena política. Definida por Lussault (2003), a cena política seria uma esfera pública de representação da ação política sobre o território, ou, de acordo com Marx (CODATO, 2011), inerente ao grande “teatro” da política formal, estando seu sentido ligado aos espaços legislativos, ou seja, apenas ao espaço político exclusivo. Dessa forma, conservamos dessa definição a interrelação entre cena e

política, e constituindo, assim, uma diferente maneira de ser neste tipo de espaço³¹. Para tanto, as *cenar políticas*, ao inverso das *cenar públicas*, não constituem o resumo da vida cotidiana, mas são constituídas por uma intencionalidade muito clara, que é voltada para a ação política.

Dessa forma, os espaços políticos também estão sujeitos às condições espaciais que regem a visibilidade. Nestes espaços, tais condições espaciais estão vinculadas a como a visibilidade é explorada politicamente pelos atores políticos, de modo a obter capital político, isto é, o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir politicamente (MIGUEL, 2003).

Ao considerarmos a diferença entre os dois espaços políticos discutidos aqui, a visibilidade nestes espaços atende a dinâmicas particulares. Cada um deles apresenta um regime de visibilidade distinto, nos informando assim “o que deve ser visível, como aquilo que é visto deve ser entendido e, simultaneamente, o que não merece ser visto” (GOMES, 2013, p.52), uma vez que “o tipo de espaço, o lugar ocupado, a rede de relações dessa posição, tudo isso age como critérios que guiam o olhar e o interesse e conferem diferentes graus de visibilidade às coisas” (GOMES, 2013, p.55). Sendo assim, para cada tipo de espaço político, diferentes estratégias serão criadas para melhor explorar a visibilidade destes espaços.

Nos espaços políticos das Assembleias, a visibilidade esta assentada basicamente sob um palco principal, o plenário³². Como vimos anteriormente, o plenário possui uma organização espacial definida institucionalmente, cujos elementos que compõem o espaço e o comportamento dos atores são condicionados regimentalmente. A visibilidade nestes espaços está dirigida à determinados lugares, que constituem os locais das falas e discursos, como a mesa diretora, o púlpito dos oradores e os microfones localizados pelo plenário. Esses lugares, portanto, captam grande parte da atenção do público, tanto interno quanto externamente. Internamente, o público é formado pelos parlamentares e o público presente nas galerias, enquanto, externamente, ele é formado pela sociedade de um modo geral, que acompanha o andamento das discussões e decisões através da

publicidade, assim como a dinâmica da dramaturgia política indispensável a ela, entretanto ampliando existência de uma *cena política* também nos espaços políticos abertos.

³¹ Diferentemente do pensamento marxista que entende o aspecto cênico e representacional inerente à estas *cenar* como mentira, falsidade (CODATO, 2011), entendemos-nas como formas de comunicação dos indivíduos quando em interação com outros (GOFFMAN, 1985) e em determinados espaços (GOMES, 2012;2013), sendo estes indivíduos conscientes destes jogos de representação, do qual a política constitui um dos conteúdos possíveis dessa comunicação.

³² O espaço político instituinte apresenta outros palcos além do plenário, como os auditórios reservados aos trabalhos das comissões. Entretanto, é o plenário o espaço de protagonismo dos espaços políticos instituídos, onde o debate e as decisões mais importantes ocorrem.

cobertura televisiva feita por canais públicos³³ (TV Câmara, TV Senado etc.), da cobertura da imprensa e dos próprios parlamentares, que compartilham sua atuação parlamentar nas redes sociais. Por serem espaços da representação política, as Assembleias apresentam elevada repercussão pública, fazendo com que a noção de público que compõe a visibilidade nestes espaços incorpore um público externo ao espaço físico onde ocorrem as atividades políticas³⁴.

As cenas políticas nesse tipo de espaço político compõem construções narrativas associadas à sua natureza político-institucional e função política desempenhada. Desse modo, por serem espaços da representação política, a construção narrativa dos atores políticos terá como referência a sociedade, seu público e audiência fundamentais. Essa referência narrativa situada na sociedade pode corresponder a diferentes vínculos, como aos eleitores de um parlamentar, a um tema de grande relevância social e política e também à pressão política exercida por grupos organizados na sociedade, principalmente através das manifestações políticas. Além disso, as narrativas estão essencialmente orientadas pelas clivagens partidário-ideológicas que compõe essa esfera política.

As narrativas nestes espaços são construídas pela dramatização política (PARKINSON, 2012) através dos discursos proferidos pelos parlamentares e de manifestações performáticas – tal qual as manifestações nas ruas –, como a utilização de cartazes, faixas, encenações. Dessa forma, para que a dramatização possa comunicar as narrativas construídas a amplas audiências, essas performances localizam-se com frequência naqueles lugares de maior exposição destes espaços (mesa diretora, púlpito dos oradores e microfones), isto é, que confere maior visibilidade às narrativas presentes nesta cena política destes espaços políticos, como podemos ver nas figuras 8 e 9 a seguir em ocasião da votação do *impeachment* da então de Dilma Rousseff.

³³ Parte da visibilidade destes espaços é garantida institucionalmente através da cobertura por estes canais públicos,. Além da filmagem das sessões plenárias, quase todo o material documental relativo à atividade parlamentar, como os discursos, votações e projetos de lei, estão disponíveis nos sites destes órgãos legislativos.

³⁴ O público externo e a repercussão pública inerentes a esses espaços políticos atinge seu ápice em momentos que comportam matérias de grande relevância política e social. As votações do processo de impeachment são um exemplo oportuno. Durante as votações, tanto na Câmara quanto no Senado, os canais de cada uma das casas deliberativas saltaram para o 10º e 9º lugar, respectivamente, dos canais de maior audiência no ranking geral dos canais abertos e fechados da televisão brasileira. Suas repercussões foram tanta que, durante a votação dos deputados federais (realizada no domingo, no dia 17 de abril de 2016), que a transmissão da TV Câmara foi exibida ininterruptamente pela Globo, Record e Rede TV. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1771102-votacoes-do-impeachment-multiplicam-audiencia-das-tvs-camara-e-senado.shtml>>. Acessado em: 28 de jan. 2017.



Figura 8. Deputados contrários ao impeachment da presidente Dilma Rousseff levantam faixa pedindo a saída do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) do cargo. Fonte: Eraldo Peres/AP.



Figura 9. Deputados contra e a favor do impeachment exibem faixa e cartazes em frente à mesa diretora da Câmara dos Deputados. Fonte: Renato Costa/Folhapress.

De forma diferente, a visibilidade nos espaços políticos abertos não está relacionada a um espaço específico, mas é fruto de escolhas. Essa escolha não é aleatória, mas direcionada pelas estratégias dos manifestantes em conquistar o maior capital político através da sua reivindicação, e com isso influenciar a composição da agenda política deliberada pelos espaços políticos instituídos. Dessa forma, para uma manifestação “manifestação”, ou seja, “o conjunto de pessoas que se reúne em um lugar público para defender e tornar conhecidos seus pontos de vistas, suas opiniões” (HOUAISS; VILLAR, 2009), esses interesses tanto mais serão conhecidos, quanto mais visibilidade alcançarem.

Os espaços políticos de ruas e praças, por serem criados através da transfiguração política momentânea de um espaço público, devem ser entendidos no contexto da estratégia de pressão política elaborada pelos grupos manifestantes. A magnitude e o alcance de sua visibilidade, portanto, parte de um conjunto de escolhas, que são guiadas por fatores espaciais. Neste caso, pela visibilidade ser explorada através de uma intencionalidade política, os seus elementos principais (morfologia do sítio, existência de um público e produção de uma narrativa) são utilizados de forma diferente. Diante disso, as cidades apresentam, por meio dos espaços públicos, grandes cenários urbanos disponíveis às manifestações.

Um dos fatores que condiciona a escolha dos espaços para a manifestação diz respeito a sua materialidade. Neste fator, a morfologia do espaço físico está associada à sua acessibilidade. Quanto à morfologia do espaço físico, além de ser capaz de garantir a convergência de olhares e a captura da atenção, é importância que este apresente um *tamanho* adequado para comportar o número de manifestantes e que *não apresente significativos obstáculos* (elementos do mobiliário urbano, como bancos, monumentos, grades, muros etc.) à ocupação do espaço e às performances políticas dos manifestantes (passeata, ocupação, encenações etc.). Já a acessibilidade implica na facilidade de acesso dos manifestantes a estes lugares. Segundo Azevedo (2016), há duas forças que a constitui, a *posição espacial do espaço político* e a *centralidade na relação com o transporte público*. A posição espacial do espaço político é absoluta, uma coordenada geográfica apenas, mas a relação entre a localização deste espaço com o território e os indivíduos interessados em participar da manifestação. Enquanto isso, a centralidade na relação com o transporte público está relacionada à existência de uma boa infraestrutura de transporte.

À produção de narrativas estão associados dois fatores, o simbolismo e as performances dos manifestantes. O simbolismo enquanto fator de visibilidade está ligado tanto ao tamanho em

número de pessoas de uma manifestação quanto à importância simbólica do lugar onde ocorrerá a manifestação. O tamanho em números de pessoas é um fator simbólico porque seu sentido é mais representacional do que absoluto, isto é, o quantitativo de manifestantes não representa o total daqueles afetados pelo problema exposto, mas apenas aqueles que se mobilizaram politicamente para solucioná-lo. Nesse sentido, como argumenta Parkinson (2012), o número de pessoas em uma manifestação importa, pois quanto mais pessoas aderem a uma manifestação, maior será o impacto sobre a escala de descontentamento popular e a significância de uma demanda da sociedade. Contudo, o simbolismo do número de pessoas está sujeito ao efeito de realce com as dimensões do lugar onde ocorrem as manifestações. Entre o contingente de manifestantes e o lugar pode haver um contraste positivo ou negativo, ou seja, uma manifestação muito grande em um lugar de grandes dimensões causa um contraste positivo, enquanto uma manifestação pequena no mesmo espaço de mesmas dimensões pode causar um contraste negativo ao aludir a uma falta de mobilização deste grupo e/ou da pouca relevância social e política do problema expresso pela manifestação. Esse efeito, portanto, pode resultar em uma visibilidade ou não para aqueles interesses expostos nestes espaços.

O simbolismo dos lugares de ocorrência das manifestações também é um elemento importante para a visibilidade. Estes espaços apresentam formas simbólicas impregnadas de significados diversos, dentre os quais significados políticos (CORRÊA, 2012). A presença nestes lugares simbólicos é fundamental para alcançar maior exposição pública, pois são espaços que naturalmente atraem maior atenção por sua importância simbólica, e, conseqüentemente, para a construção das narrativas pelas manifestações, tanto por atribuir-lhes significados quanto por “dignificá-los”, ou seja, que sejam levado a sério pela esfera pública (PARKINSON, 2012).

Estas formas simbólicas podem consistir em *lugares* e *itinerários* (CORRÊA, 2012), podendo ou não estarem integradas em uma mesma manifestação. Desse modo, a estratégia que define a escolha dos lugares e dos trajetos das manifestações não considera apenas o critério da materialidade destes espaços, mas também a melhor forma de conciliar o maior nível de exposição com a narrativa através do aproveitamento do seu poder simbólico.

Além disso, as manifestações ao mesmo tempo que se aproveitam da visibilidade que provém de seu simbolismo ajudam na significação e ressignificação destes lugares e itinerários. Esse processo pode assumir diferentes sentidos, de forma isolada ou combinada. A (re)significação pode incidir no valor imaneente destes espaços, por exemplo quando ruas e praças que simbolizam

o poder público são ressignificadas por manifestações que o contestem, ou quando praças, que são espaços de entretenimento, são ressignificadas através da fixação de diversas cruzes simbolizando casos de violência extrema. E também poder incidir na mudança da composição da paisagem de forma pontual, com a mudança efêmera da paisagem, ou prolongada, quando o protesto se materializa no espaço, corporificando simbolicamente o protesto e, ao mesmo tempo, imprimindo a contestação na paisagem³⁵. Nestes dois sentidos apresentados, os lugares e itinerários simbólicos através das manifestações assumem significado eminentemente político, que o diferenciam, mesmo que temporariamente, dos seus significados cotidianos.



Figura 10. Protesto em frente à Câmara dos Vereadores. Fonte: Néstor J. Beremblum/Brazil Photo Press/Estadão Conteúdo.

³⁵ Uma das formas que Corrêa (2012) trabalha o processo de significação e ressignificação dos espaços é através dos lugares simbólicos retóricos e vernaculares. Estes conceitos são retirados de Boyer, do qual representam práticas simbólicas oficiais (lugares retóricos) e práticas simbólicas populares (vernaculares). Ao discutir esses conceitos através de alguns casos exemplares, destaca que “na realidade, celebração [lugares retóricos] e contestação [lugares vernaculares] convivem no mesmo lugar por meio de formas simbólicas espaciais antigas e novas – impressa na paisagem – ou rituais” (op.cit., 2012, p.144), do qual o caso mais ilustrativo é o da Plaza de Mayo, no centro de Buenos Aires, na Argentina, que ao mesmo tempo que é considerado o mais importantes espaço cívico da capital deste país, possuindo diversos símbolos do poder político nacional, transformou-se em determinado momento em espaço de contestação através do protesto realizado pelas chamadas Mães da Plaza de Mayo, mulheres viúvas ou mães dos mortos ou desaparecidos durante o regime militar no país.



Figura 11. Faixa estendida na Praça Mauá. Fonte: acervo do autor

Junto ao simbolismo, a performance dos manifestantes é um fator fundamental à produção das narrativas no espaço. As cenas políticas construídas nestes lugares tem como um de seus componentes a teatralidade, cujas ações performáticas fazem parte do próprio ritual que compõe as manifestações e, em última análise, do seu processo de comunicação política. Para isso, como argumenta Gomes (2013), o palco, ou seja, o lugar físico, e o enredo dentro dos quais um objeto é exibido são elementos estruturantes da visibilidade provida pelo espaço, onde “aquilo que é exposto ou exibido se oferece ao olhar de um público, e esse público é convidado a produzir julgamentos e compreensões” (GOMES, 2013, p.116).

Como argumenta Parkinson (2012), a dramatização é uma ferramenta essencial para a comunicação das narrativas àquelas audiências a que se deseja persuadir, no qual “como os ativistas políticos entenderam há anos, não é o problema em si que recebe cobertura, é a dramatização do problema, e que muitas vezes requer ação física, criando imagens e uma história, no espaço público físico” (PARKINSON, 2012, p.69)³⁶. Para o autor, a dramatização política se faz ainda mais importante nesta era “midiatizada”, no qual a mídia moderna não se limita em transmitir apenas

³⁶ No original: “As political activists have understood for years, it is not the issue per se that gets coverage, it is the dramatization of the issue, and that often requires physical action, creating pictures and a story, in physical public space.”

palavras, mas imagens estáticas e em movimento, amplamente captadas por jornalistas, pelos smartphones de transeuntes e disseminada na internet. Contudo, deve-se ressaltar que, nestes novos tempos, quando analisamos a comunicação política devemos tratar o mundo *on-line* e o *off-line* como subsistemas interconectados (SORJ, 2015), no qual o processo de construção de narrativa dos fatos é feita de forma conjunta entre o ambiente real e o virtual (MALINI; ANTOUN, 2013; ALMEIDA, 2015).

Estas *performances* representam, portanto, a ritualização da ação política empreendida pelas manifestações, presente nas palavras de ordem, discursos, encenações, atos violentos e confrontos com as forças policiais, muitas vezes alegoricamente carnavalizadas (RICCI; ARLEY, 2014). As *performances* têm o papel de construir o sentido das manifestações, através da proposição de um *script*, uma leitura dos fatos e do problema exposto, bem como em atribuir papéis dentro dessa narrativa criada, forjando, por exemplo, figuras de herói e de vítima (DOWBOR; SZWAKO, 2013)³⁷.

Diante disso, os lugares e itinerários simbólicos fazem parte de uma guerra de narrativas e disputa pela sua demarcação simbólica pelos diversos atores que ocupam estes espaços, embora isso não ocorra de forma absoluta. Assim, em um mesmo espaço físico podem ser construídas duas narrativas diferentes, como podemos observar na figura 12 a seguir

³⁷ Ao encontro do que foi trabalhado até aqui, Dowbor e Szwako (2013) destacam três categorias analíticas que apoiam a leitura das performances dos atores políticos nas manifestações, sendo elas a noção de *bastidores*, extraída de Ervin Goffman, algo imperceptível publicamente e que remete à forma de organização interna dos movimentos e seu espaço de deliberação; a noção de *palco*, também extraída de Ervin Goffman, que remete a a noção de *vitrine* (*public display*), extraída de Charles Tilly, que significa demonstrações públicas. Apoiado neste elementos, os atores políticos dramatizam suas ações em busca de convencimento e adesão.



Figura 12. Manifestações na Avenida Paulista, em São Paulo, a favor (à esquerda) e contra (à direita) o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Fonte: Luis Nassif, 2016³⁸.

No espaço político de ruas e praças, a ideia de visibilidade nestes espaços também dever ser entendido sob a existência de um público interno e externo a ele. Na perspectiva interna, o público que as manifestações objetivam atrair é tanto aquelas pessoas presentes nos lugares de ocorrência do ato quanto os políticos que estão nos espaços políticos das Assembleias, caso a manifestação tenha como intenção pressioná-los no momento em que participam das deliberações. Por outro lado, as manifestações têm também como objetivo influenciar a opinião pública como

³⁸ Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/a-falta-de-bom-senso-do-datafolha>>

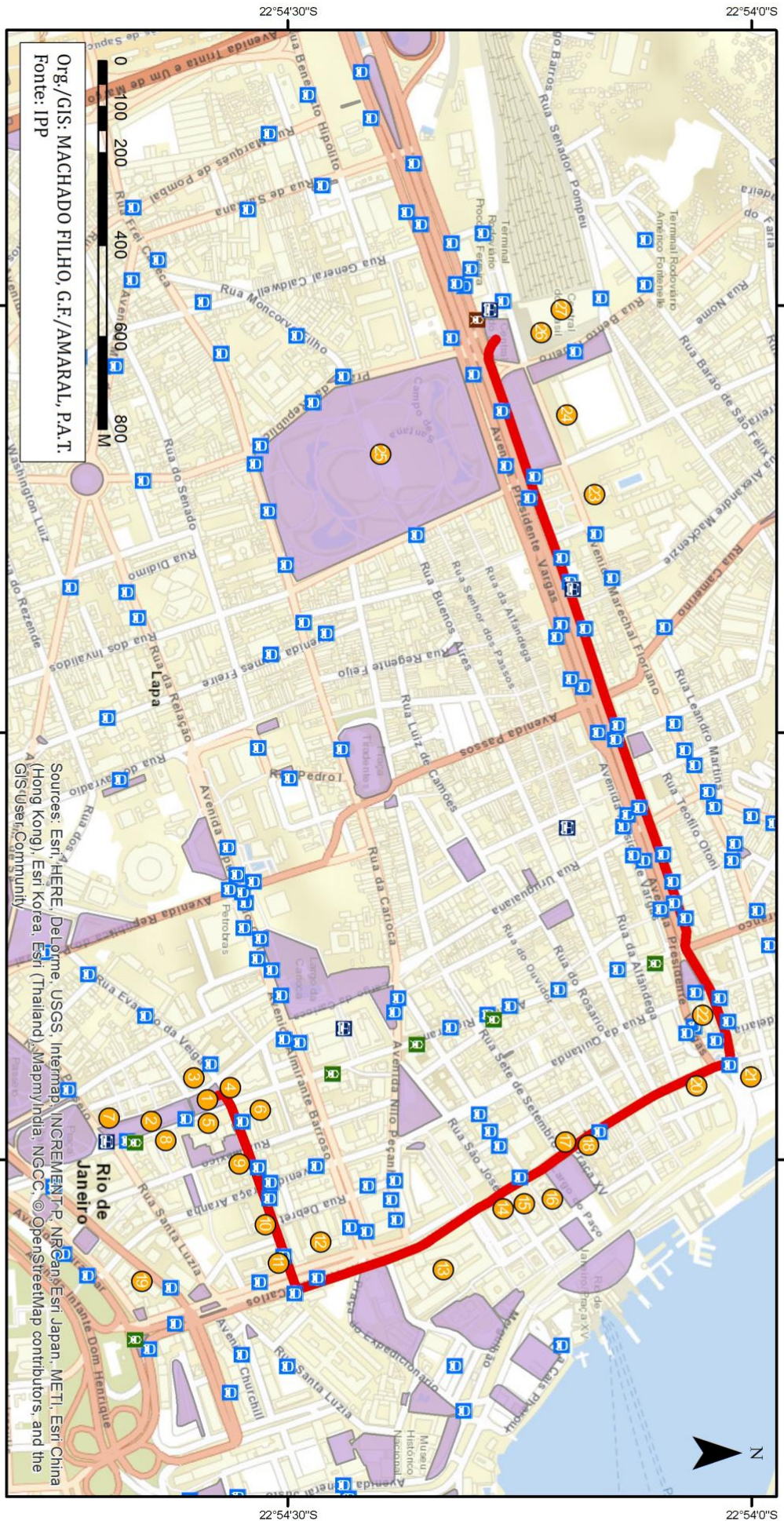
um todo, público que se encontra externo a estes espaços. E, para isso, busca-se obter maior exposição midiática e, conseqüentemente, maior repercussão pública das suas reivindicações³⁹. As formas de exploração da visibilidade conferida pelas mídias são variadas, tendo seu *modus faciendi* pautado na elaboração de um evento que gere notícias, isto é, que seja significativa, incomum, narrável e notável para o público alvo que acompanha as notícias destas mídias (IYENGAR; KINDER, 1987 apud PARKINSON, 2012, p.69). As estratégias para isso podem consistir em uma encenação e *performance* impactante e provocadora, no aproveitamento da exposição de algum evento importante, na ocupação de algum espaço de elevado simbolismo, e, também, através de condutas violentas.

Podemos observar um caso exemplar dos fatores estruturantes da visibilidade nos espaços políticos abertos ao analisarmos a manifestação contra o aumento das passagens dos transportes públicos do Rio de Janeiro, ocorrida em janeiro de 2016⁴⁰. Na ilustração 3, podemos observar espacialmente o resultado da combinação entre os diferentes fatores e como estes, de acordo com as características deste espaço, orientaram as estratégias usadas pelos manifestantes. O trajeto dessa manifestação consistiu na concentração e saída da Cinelândia, com uma parada na ALERJ e na chegada e encerramento na praça Procópio Ferreira, localizada em frente à Central do Brasil. Cada um desses pontos, assim como o trajeto em si, é fruto de escolhas que guardam sentido entre os objetivos dos manifestantes e as configurações espaciais dispostas nestes lugares.

³⁹ No contexto recente das manifestações podemos identificar um regime de visibilidade que se encontra a nível individual, ou como Gomes (2013) define, “o olho da rua”. Este tipo de regime de visibilidade se encontra atrelado ao uso dos dispositivos audiovisuais, que captam ângulos bem particulares das manifestações e dão projeção a ele mediante as redes sociais virtuais, que portam grande poder de dispersão de informações. Assim, através desses aparelhos audiovisuais móveis, disponíveis a mão e que estão conectados à rede social virtual, é possível dar visibilidade a determinadas fatos até então difusos no oceano de informações que compõe a complexidade desses eventos. Além disso, essa nova forma de visibilidade suscita a criação de novas narrativas sobre o mesmo fato, diferenciando-se pelo ângulo mais próximo, individualizado do observador. (D’ANDRÉA; ZILLER, 2014). É mais um elemento que incide a disputa da narrativa de maior verossimilhança com o evento transcorrido. E, como ressalta Gomes (2013), para além dessa disputa, é preciso considerar que uma das propriedades constituintes dos regimes de visibilidade é que eles sempre serão incompletos, no qual o ponto de vista será limitado tanto pela área de abrangência retratada quanto mesmo pelo tempo a que estão ligados os acontecimentos.

⁴⁰ Esta manifestação especificamente faz parte de um dos trabalhos de campo realizados durante as pesquisas desta dissertação.

Trajeito da manifestação contra o aumento das passagens (Jan/2016)



Legenda

- | | | | | |
|--------------------------------------|--|---|---------------------------------------|-----------------------|
| 1 Praça Alagoas (Cinelândia) | 8 Centro Cultural da Justiça Federal (antigo STF) | 15 Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro | 22 Igreja Nossa Senhora da Candelária | Estações do Metrô |
| 2 Praça Floriano (Cinelândia) | 9 Associação Brasileira de Imprensa | 16 Paço Imperial | 23 Palácio Itamaraty | Estações ferroviárias |
| 3 Câmara Municipal do Rio de Janeiro | 10 Edifício Palácio Capanema (antigo MEC) | 17 Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé | 24 Palácio Duque de Caxias | Estações do VLT |
| 4 Teatro Municipal do Rio de Janeiro | 11 Tribunal Regional do Trabalho | 18 Receita Federal | 25 Parque Campo de Santana | Pontos de ônibus |
| 5 Fundação Biblioteca Nacional | 12 Ministério da Fazenda/Tribunal de Contas da União | 19 Tribunal Regional Eleitoral | 26 Secretaria de Estado de Segurança | Trajeito Manifestação |
| 6 Museu Nacional de Belas Artes | 13 Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro | 20 Centro Cultural Banco do Brasil | 27 Central do Brasil | Praças |
| 7 Cinema Odeon | 14 Igreja São José | 21 Defensoria Pública do Rio de Janeiro | | |

Ilustração 3. Trajeito das manifestações do dia 08/01/16 contra o aumento das passagens. Fonte: Guilherme Felix (Organização)/Pedro Aguiar (GIS)

Assim, de acordo com a materialidade, estes espaços, como podemos observar na figura 13, possuem uma morfologia que permite grande aglomeração de pessoas e apresentam poucos elementos que dificultem sua ocupação. Além disso, também possuem boa acessibilidade, tanto pela centralidade desta região na cidade quanto pela infraestrutura de transporte que oferece grande oferta de meios de transporte público (ônibus, metrô, barcas e trem), como podemos ver no mapa anterior.

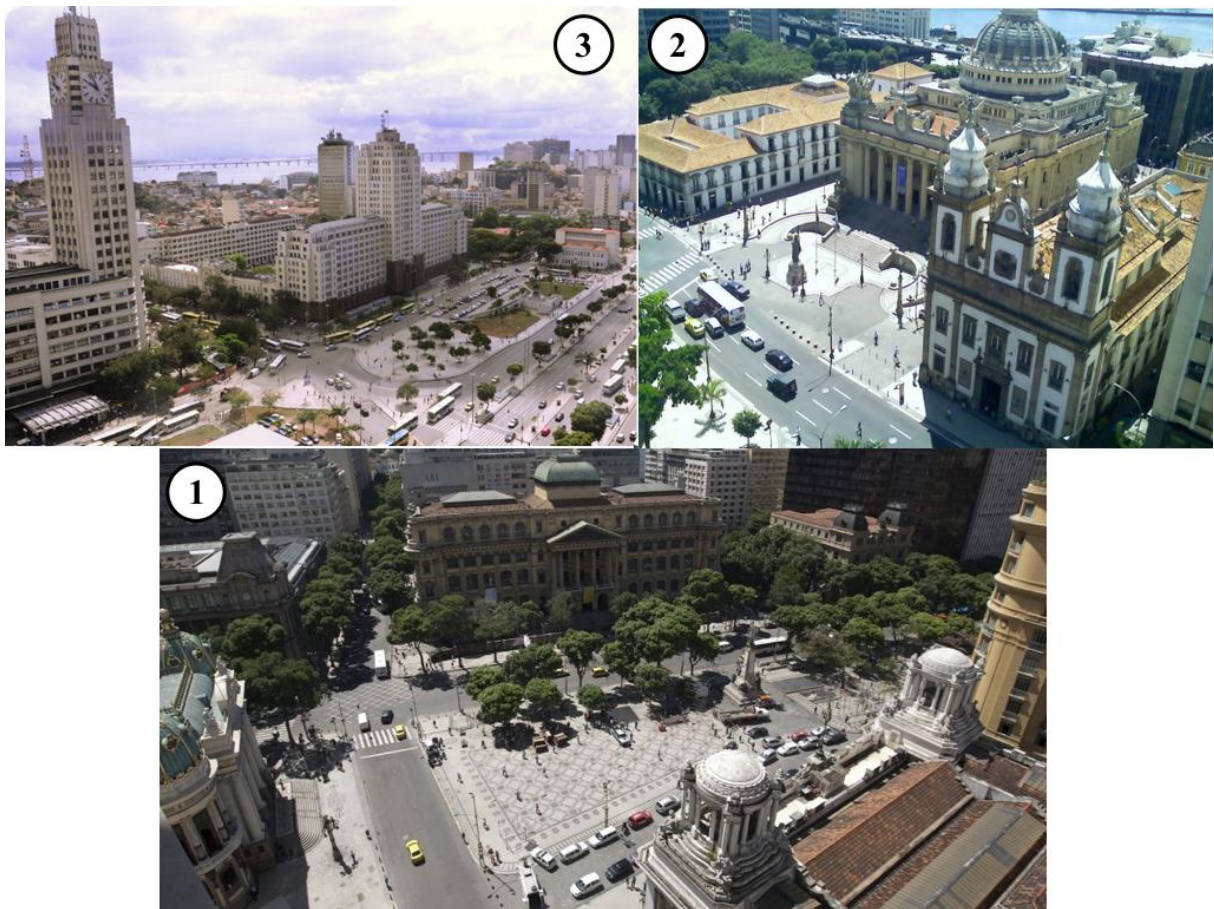


Figura 13. Candelária (praça Alagoas)/Fonte: Rafael Andrade/Folhapress; Foto 2 – ALERJ/Fonte: Marcos França; Foto 3 – Central do Brasil (praça Procópio Ferreira)/Fonte: Carlos Serra.

O mapa da ilustração 3 também expõe o fator simbólico na escolha dos manifestantes. Os “pontos notáveis” assinalados pelos círculos laranjas numerados consiste em todos os lugares de valor simbólico significativo contíguos ao trajeto percorrido pela manifestação. Tais lugares simbólicos, como vimos, estão associados tanto à maior exposição das manifestações quanto à

produção de narrativas. A Cinelândia⁴¹ (pontos 1 e 2), local de concentração desta manifestação, é um dos “espaços políticos abertos canônicos” do Rio de Janeiro, palco frequente de manifestações políticas na cidade. Essa predileção das manifestações por este espaço político pode ser explicada pois, como destaca Oliveira (2016), através de reformas urbanas ao longo do tempo, a Cinelândia se tornou um centro cultural e político, abrigando a sede de diversas instituições políticas e culturais importantes, tornando-se, assim, “o *locus* do ver e ser visto na cidade, [ganhando] destaque como o principal local de sociabilidade da cidade, onde a elite financeira e intelectual passeava tanto para lazer (teatros e cinemas) quanto a elite política que circulava o mesmo espaço entre o prédios” (OLIVEIRA, 2016, p.37).

Combinado à maior exposição e “dignificação” propiciados pelo simbolismo, a narrativa construída pelas manifestações também é coerente com o tema das reivindicações. Neste caso, como se tratava de uma manifestação contra o aumento das passagens dos transportes públicos, o trajeto escolhido pelos manifestantes teve como um dos objetivos a pressão sobre as instâncias políticas relacionadas às deliberações sobre essa matéria, sendo elas a Câmara dos Vereadores (ponto 3), responsável no âmbito municipal, e a ALERJ (ponto 15), responsável no âmbito estadual. Além disso, alinhado ao sentido de luta popular assumido pela manifestação e de acordo com a classe socioeconômica mais afetada pelo aumento, a estação ferroviária Central do Brasil (ponto 27) foi incluída neste trajeto por representar um símbolo da classe trabalhadora, não só por eles serem os principais usuários desse modal de transporte, mas também por este lugar estar ligada historicamente a ela. A Central do Brasil foi palco do histórico Comício das Reformas, também conhecido como “Comício da Central”, no qual João Goulart, presidente à época, discursava em defesa das reformas de base e das liberdades democráticas e sindicais⁴².

Diante disso, como uma síntese da combinação entre os diversos fatores que condicionaram as escolhas dos manifestantes, o mapa apresenta dois pontos importantes. O primeiro é que, apesar de existirem uma quantidade significativa de praças nesta região do centro da cidade mostrada pelo mapa, os manifestantes escolheram a Cinelândia, a ALERJ e a Central do Brasil, como aqueles espaços que seriam ocupados e utilizados pela manifestação. E, no mesmo sentido, o segundo ponto

⁴¹ A Cinelândia, na verdade, é o nome popular dado à região do entorno da Praça Floriano. Esta região recebeu este nome devido a grande quantidade de cinemas que se instalaram às margens da praça entre os anos 1925 e 1974. Cf. “SOUSA, R. G. Cinemas no Rio de Janeiro: Trajetórias e recorte espacial. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Geografia, 2014.”

⁴² Cf.: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas. Acessado em: 3 de fev. 2017.

é o trajeto percorrido por esta manifestação, que, apesar da infinidade de trajetos disponíveis pela malha viária densa desta região, optou-se por aquelas vias que não só eram mais largas e abertas, mas que atravessassem diversos pontos simbólicos.

Todavia, embora o espaço dê visibilidade ao fenômeno político, nem todos os espaços possuem o mesmo potencial de visibilidade. Como destacam Parkinson (2012) e Gomes (2013), há espaços com maior centralidade (urbana, simbólica, política etc.) e notoriedade que possuem maior alcance e magnitude de sua visibilidade e, conseqüentemente, uma audiência ampliada aos grupos que os ocupam. Apesar disso, como vimos até agora, a escolha de um lugar e trajeto para se realizar a manifestação está condicionado às estratégias traçadas pelos grupos que as dirigem. Desse modo, a estratégia e, por conseguinte, a escolha, associado aos fatores aqui trabalhados (morfologia do sítio, acessibilidade, simbolismo, performance), dependem do alvo, do tema, da narrativa e da escala do problema gerador da manifestação.

Ao fazer o levantamento dos espaços políticos de ruas e praças, Oliveira (2015) mostra que há espaços privilegiados pelas manifestações, mas que isso não restringe a ocupação de outros espaços. O surgimento de novos espaços políticos em ruas e praças está orientado de acordo com o contexto no qual os mesmos se inserem. De acordo com o quadro 1, apesar de os espaços do centro do Rio de Janeiro (ALERJ, Igreja da Candelária, Cinelândia, av. Rio Branco e av. Presidente Vargas), concentrarem os maiores volumes de manifestações, sendo assim espaços privilegiados pelos manifestantes, a rua em frente ao Palácio Guanabara, sede do governo do estado do Rio de Janeiro, e a residência do então governador Sérgio Cabral, no bairro do Leblon, ambos localizados na Zona Sul da cidade, também despontam como espaços que concentram uma quantidade significativa de manifestações, mesmo estando geograficamente distantes. A quantidade expressiva de manifestações no Palácio Guanabara e na residência do governador se explica pelo contexto político das manifestações neste momento: um dos principais alvos de insatisfação dos manifestantes era o então governador do estado, Sérgio Cabral. Nesse sentido, como forma de pressioná-lo, parte das manifestações se concentrou na sede nestes dois lugares associados às suas figuras política e pessoal.

Espaço	Número absoluto de manifestações	Porcentagem das manifestações
ALERJ (Av. Primeiro de Março - Palácio Tiradentes)	6	7,23%
Aterro do Flamengo	2	2,41%
Barra da Tijuca	2	2,41%
Botafogo	1	1,20%
Igreja da Candelária (Av. Presidente Vargas)	9	10,84%
Catete	1	1,20%
Cinelândia	25	30,12%
Palácio Guanabara (Laranjeiras)	11	13,25%
Largo do Machado	1	1,20%
Residência do Governador (Leblon)	6	7,23%
Maracanã	2	2,41%
Sede da Prefeitura	2	2,41%
Av. Rio Branco	8	9,64%
Av. Presidente Vargas	4	4,82%
Tijuca	1	1,20%

Quadro 1. Espaços políticos em que ocorreram os protestos de junho de 2013 no Rio de Janeiro. Organizador: OLIVEIRA, 2014. Fonte: G1

2.1.4 Processo

Os espaços políticos possuem processos políticos diferentes. Embora conectados, unidos politicamente por um mesmo grande processo que fundamenta a relação entre sociedade e Estado numa democracia (BOBBIO, 1987; 2000), cada um desses espaços responde a distintos caminhos pelos quais as demandas e interesses são processados. Esse processo se desenrola de acordo com a função desempenhada por cada espaço, que são, nos casos analisados, o de deliberar e tomar decisões, para os espaços políticos das Assembleias, e o de pressão política, para os espaços políticos de ruas e praças.

Nos espaços políticos das Assembleias é o *processo legislativo* que vigora. Segundo o Congresso Nacional⁴³, o processo legislativo é definido como o conjunto de atos realizados pelos órgãos do Poder Legislativo, de acordo com regras gerais de elaboração legislativa previamente

⁴³ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/participe/fale-conosco/perguntas-frequentes/processo-legislativo-##0>. Acessado em: 18 de jan. 2017.

definida na Constituição para elaborar normas jurídicas. Assim, toda a matéria sujeita à apreciação legislativa⁴⁴ é enquadrada na forma de proposições⁴⁵, seguindo uma tramitação definida pelo regimento interno de cada Casa Legislativa. No geral, a tramitação envolve etapas de deliberação e votação em diferentes instâncias, como as comissões temáticas e o plenário, onde podem receber uma série de alterações e pareceres até que sejam de fato sancionadas.

Por outro lado, os espaços políticos de ruas e praças caracterizam-se pelo *processo de mobilização*. Há um conjunto de interesses e demandas dispersas na sociedade que só são capazes de afetar a opinião pública e se tornar alvo de apreciação pelo poder público quando mobilizados por grupos organizados da sociedade civil. Diante disso, uma das formas de expor esses interesses e demandas é através das manifestações, fruto de uma mobilização entre indivíduos que estão presentes e se originam da sociedade. O processo de mobilização não segue o mesmo caminho e procedimento prescritos nos espaços políticos das Assembleias, mas é constituído através de, como definem McAdam et. al (2004; 2009) e Tarrow (2011), uma combinação complexa e mutável de mecanismos e processos causais.

Para Tarrow (2011), a mobilização é considerada um processo mais básico, do qual nenhuma ação coletiva pode prescindir. Para o autor, esse processo de mobilização se consubstancia através de quatro formas principais (*idem*, p.188-189): primeiro, tanto os manifestantes quanto aqueles que constituem seus alvos – sobretudo as autoridades – se envolvem na interpretação e enquadramento (*framing*) do que está acontecendo, o que permite uma melhor assimilação e definição das posições dentro deste conflito (“nós” e “eles”); segundo, os manifestantes e seus alvos percebem oportunidades e ameaças que surgem durante esse processo; terceiro, os manifestantes e as autoridades criam ou se apropriam de recursos, organizações e instituições para tirar vantagem das oportunidades e afastar as ameaças; e, quarto, os manifestantes se envolvem em ações coletivas inovadoras para atrair apoiadores e impressionar ou ameaçar as autoridades, enquanto estas se organizam para se opor ou apaziguar estas ações. Assim, de acordo com o transcurso dos acontecimentos, há um esforço dos manifestantes em unir forças e recursos,

⁴⁴ A iniciativa das matérias a serem deliberadas pode partir dos legisladores, das comissões temáticas (grupos de trabalhos responsáveis pela apreciação técnica e especializada de temas específicos), mesa diretora das Casas Legislativas, do poder executivo de cada esfera de governo e demais instituições políticas associadas, e também da iniciativa popular.

⁴⁵ As proposições assumem diferentes tipos, como emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções. Cada tipo de proposição possui específica disposição legislativa e processo deliberativo correspondente. Entretanto, todas elas seguem a mesma trajetória legislativa.

constituir coalizões e difundir a luta para angariar o máximo possível força política em prol de suas reivindicações.

Todavia, há variáveis intrínsecas a cada um dos espaços políticos que resulta em um *modus operandi* próprio. No caso dos espaços políticos das Assembleias, a composição partidária é uma das variáveis de maior peso. A maioria política numa casa legislativa incide a um maior poder político e influência sobre as decisões tomadas, como, por exemplo, a formação de maioria para a aprovação das matérias legislativas, a maior influência na composição da mesa diretora ao definir a indicação da presidência e relatoria (funções fundamentais no processo legislativo por ditar o ritmo e o rumo das discussões e decisões sobre o assunto em discussão), e o maior poder de barganha para a indicação de aliados à cargos políticos importantes.

Outras variáveis também incidem ao processo ocorrido neste espaço, como o *lobby*, muitas vezes praticado por agentes econômicos com o objetivo de interferir nas decisões tomadas em favor de seus interesses (GRAZIANO, 1997; PIERINI, 2010). Além disso, outros grupos de interesses da própria sociedade também exercer influência, expressando-se através da articulação com determinados representantes políticos representativos de suas demandas, da participação direta por meio da iniciativa popular de leis e de audiências públicas, e também pela própria pressão política provocada pelas manifestações.

Enquanto isso, variáveis diferentes afetam o andamento do processo aferido nos espaços políticos de ruas e praças. Nestes espaços, as variáveis são mais difusas, assim como as forças políticas que o compõem. Tarrow (2011, p.190), dessa forma, destaca que o processo de mobilização está acompanhado de seu repto, isto é, a desmobilização, sendo elas as duas fases que compõem os ciclos de protestos. O autor destaca cinco causas que incidem à desmobilização: pelas *reações do Estado* a partir da repressão ou da facilitação, que consiste na satisfação dos interesses de uma dos grupos manifestantes, o que pode ocasionar em sua retirada das manifestações; isso pode implicar na *exaustão*, resultado do simples esgotamento de estar repetidamente nas ruas ou, de forma mais súbita, a *irritação e as tensões presentes no movimento*; e, de forma geralmente simultânea, a *radicalização de alguns grupos*, enquanto pode haver a *institucionalização* de outros através de sua incorporação na rotina da política formal. Isto é, o declínio do viço das manifestações podem estar associadas à interferência do Estado, à disputa interna entre os grupos e às diferenças ideológicas que ao longo do tempo vão exaurindo o movimento. Dessa forma, “embora os protestos de rua, as manifestações e a violência sejam estimulantes no início, à medida que os movimentos

se organizam, os ativistas discutem métodos e metas, dividem-se em facções, envolvem riscos, custos pessoais e, eventualmente, cansaço e desilusão” (TARROW, 2011, p.206)⁴⁶.

⁴⁶ No original: “Although street protests, demonstrations, and violence are exhilarating at first, as movements organize, activists argue over methods and goals, and divide into factions, they involve risk, personal costs, and, eventually, weariness and disillusionment.”

3. COMO COMPREENDER OS ESPAÇOS POLÍTICOS E A RELAÇÃO ENTRE ELES

3.1. CATEGORIAS DE ANÁLISE DOS ESPAÇOS POLÍTICOS

No capítulo anterior, descrevemos e analisamos os dois tipos de espaços políticos trabalhados aqui, destacando a dinâmica espacial de cada um deles. Para entendermos seu funcionamento, analisamos como seus atores, suas organizações internas, suas visibilidades e processos interferem na forma como a ação política é empreendida em cada um destes espaços. Nesse sentido, diante do seu funcionamento, é possível identificarmos alguns elementos que são estruturantes ao espaço político, do qual, embora apresentem idiossincrasias na forma como a política se organiza em cada realidade espacial, há uma lógica comum que os conecta enquanto espaços da política.

Dessa forma, cinco grandes categorias de análises se apresentam como elementos estruturantes dos espaços políticos: *arena*, *atores*, *ação*, *ritual* e *processo*. Estas categorias representam uma proposta de análise e compreensão do funcionamento dos espaços políticos, sintetizando a partir disso os elementos básicos pelos quais estes espaços são compostos e estão organizados⁴⁷.

⁴⁷ Como mencionado anteriormente, esta pesquisa de dissertação embora tenha o objetivo maior de discutir de forma ampla o conceito de espaço político e fomentar sua tipologia, limita-se empiricamente ao estudo de apenas dois tipos destes espaços. Dessa forma, as categorias analíticas elaboradas devem ser pensadas antes como categorias em construção do que propriamente categorias consolidadas.

	Espaços Políticos Exklusivos	Espaços Políticos Abertos
Arena	Casas Legislativas	Ruas e praças
Atores	Partidos Representantes Instituições	ONGs e Movimentos sociais Juventude partidária Coletivos e Sociedade Civil
Ação	Deliberação	Pressão política
Ritual	Liturgia parlamentar	Manifestação política
Processo	Processo legislativo	Mobilização

Quadro 2. Categorias de análises dos espaços políticos exclusivos e espaços políticos abertos. Fonte: organizado pelo autor.

Contraopondo-se à noção ainda muito presente que compreende a dimensão espacial da política através da figura do espaço enquanto mero palco às ações empreendidas sobre ele, o sentido de espaço político atende aqui a um significado mais complexo e abrangente. Desse modo, nem destituído de importância através da figura inerte e vazia de suporte às práticas sociais, nem confundido com espaço mais imaterial e ideal do constructo intelectual da esfera pública (CASTRO, 2017), vimos que os espaços políticos devem ser entendidos como espaços ao mesmo tempo material, imaterial e intencional (CASTRO, 2012). Portanto, o espaço político é constituído por uma materialidade, fundamental para o próprio funcionamento político, por uma imaterialidade, traduzida em um poder simbólico imanente, que se condicionam e se influenciam constantemente, e, também, por uma intencionalidade, fundada pela ação política, na medida em que valores imateriais e a materialidade não são descolados das intenções pretendidas (AZEVEDO, 2016).

Para cada tipo de espaço político em tela, o fenômeno político assumirá expressão própria, interpelando de forma diferente estas três dimensões assinaladas. Assim, os espaços políticos exclusivos das casas legislativas e os espaços políticos abertos de ruas e praças estabelecem antes grandes arenas. Cada arena estabelecerá condições espaciais distintas pelas quais a política será exercida, no qual materialmente definirá um determinado arranjo espacial através das disposições

do mobiliário que compõe este espaço, do seu tamanho, da sua acessibilidade, indicando assim usos e limitando ações; imaterialmente incidirá no poder simbólico que será usufruído pelos atores políticos, seja para dar visibilidade e dignificar suas reivindicações, seja para tornar legítimas suas decisões; e intencionalmente será fundamentada pela ação política de acordo com o meio pelo qual exercerá poder político.

Dessa forma, cada arena define um tipo de funcionamento da política, apresentando atores, ação, ritual e processo próprios. Os espaços políticos formado pelas casas deliberativas são espaços da representação política, cujos atores consagrados são os representantes políticos. Este é o espaço legitimado e reconhecido para as deliberações e decisões que afetam o conjunto de cidadãos representados por estas escalas de poder. É também o espaço de ampla visibilidade devido à sua elevada repercussão pública, onde se debatem interesses gerais e se formula a agenda política responsável pela definição de políticas públicas que intervêm na sociedade. Toda essa ação política está estruturada e possui sentido através de um ritual e processo institucionais. O poder político nestes espaços está assentado sob o seguimento de uma liturgia parlamentar, que é composta por uma série de ritos estabelecidos institucionalmente para a deliberação política e tomada de decisão, perfazendo, portanto, o chamado processo legislativo.

Contudo, contrapondo-se à ideia de que a qualificação política do espaço só seja reconhecida nos espaços formais, nos espaços de deliberação política, ruas e praças também podem constitui-se como espaços políticos. Como vimos, ruas e praças também são espaços onde se faz política, sendo estes transfigurados politicamente do seu uso cotidiano pelas manifestações. Através destas manifestações, criam-se espaços de contestação, verdadeiras arenas onde atores políticos que emergem diretamente da sociedade, como movimentos sociais, coletivos, sindicatos e outras formas de expressão da sociedade civil expõem suas demandas e interesses, estabelecendo-se como um nexos entre a sociedade e seus governantes. Com isso, os espaços políticos abertos não são espaços de deliberação, e nem onde as decisões nele tomadas são assumidas de forma legítima, mas são espaços onde as demandas são assinaladas e, através da pressão política, visam incorporá-las na agenda política e influenciar as decisões tomadas nos espaços político exclusivos. A visibilidade conferida à política não é uma condição imanente destes espaços, mas é fruto de uma série de escolhas estrategicamente adotadas no sentido de tornar um determinado problema ou demanda presente na sociedade em uma questão política significativa que mereça ser atendida. Embora assumam diferentes formas de expressão, a pressão política exercida por estes espaços

seguem o ritual constituído pelo próprio ato de se manifestar politicamente, do qual diversos recursos, estratégias e grupos são mobilizados momentaneamente, consistindo num esforço coletivo em prol da exposição pública de determinadas reivindicações.

Nesse sentido, os espaços políticos podem ser encarados como arenas e instrumentos políticos, utilizados dentro de uma democracia. Arenas, enquanto espaços de tensão entre diferentes interesses que emanam da sociedade e são representados politicamente, e também instrumentos políticos, ou seja, utilizados de forma instrumentalizada para a pressão em prol da aceitação de determinados interesses. Essas duas propriedades aparecem nos espaços políticos em estudo, no qual sua maior ou menor proeminência depende das circunstância e do tipo de espaço político. Assim, enquanto os espaços políticos exclusivos ao possuírem uma função política deliberativa e decisória apresentam uma maior proeminência como uma arena, os espaços políticos abertos de ruas e praças, cuja função maior é a de pressão política, embora seja um campo de disputas entre diferentes grupos, apresentam maior proeminência como verdadeiros instrumentos políticos.

Apesar de assumirem formas distintas pelas quais a política se expressa, estes dois espaços políticos não podem ser entendidos de forma independente. Ao contrário, estes dois espaços políticos estão, a rigor, interligados por um grande processo político que perpassa ambos os espaços, constituindo, assim, a relação política fundamental entre sociedade e Estado. As dimensões do instituído e do instituinte, mais bem visto em regimes democráticos (BOBBIO, 1986; 1987; CASTRO, 2004; 2005; 2012; 2017), fundamentam a relação entre estes espaços políticos. Entretanto, não podemos entendê-las através da condição institucional preponderante de cada espaço político, mas como estas dimensões interagem em cada um deles. Embora ruas e praças constituam espaços políticos do *instituinte*, cuja característica seja a de pressionar politicamente os poderes instituídos a fim de que eles atendam as suas demandas, instituindo assim mudanças, nestes espaços também é presente o *instituído* sob a forma das normas e regras que presidem/comandam o seu uso e as ações sobre ele. Da mesma forma, os espaços políticos do *instituído*, sobretudo aqueles que compõem o Legislativo, atuam no sentido *instituinte* na medida que como representantes políticos da sociedade tem como papel instituir mudanças de acordo com as demandas emanadas do meio social.

A relação entre estes espaços políticos então pode ser vista na tensão entre as forças instituídas das casas legislativas e as forças instituintes das ruas e praças. A tensão entres estes

espaços é inerente a relação entre eles, faz parte da dinâmica política que integra Estado e sociedade, sobretudo nas democracias. Contudo, em determinados momentos, tal tensão pode chegar a níveis muito elevados e, assim, resultar na interrupção dessa relação e, conseqüentemente, estes espaços políticos muitas vezes perderem sentido.

Um caso primaz em que a tensão desmedida interrompe a relação entre os espaços políticos é quando ocorre a violência. O ambiente de tensão gerado nesta relação apresenta, em muitos momentos, uma linha tênue entre a política e a violência, do qual muitas vezes a própria violência é instrumentalizada politicamente por ambos os lados a fim de provocar algum tipo de influência sobre o espaço oposto. Todavia, no momento em que há violência a política é suspensa como forma de mediação entre interesses conflitantes, dando lugar a imposição pela força e, conseqüentemente, espaços políticos perdem sua razão de ser.

Um outro caso é quando ocorre a “invasão” de um espaço sobre o outro. Podemos observar isso, por exemplo, tanto durante a invasão e ocupação das casas legislativas, que representa a tomada do instituinte sobre o instituído, quanto na proibição da manifestação e a ocorrência de repressão policial, que representa a tomada do instituído sobre o instituinte. Mais um vez, essas são formas usadas para, de alguma forma, interromper e dificultar a atuação do espaço oposto, e, através disso, obter maior influência sobre ele. Quando isso acontece, como podemos ver nas figuras 14 e 15, a dinâmica do espaço político “invadido” se desfaz, mostrando como cada um deles possui um funcionamento próprio mesmo envolvendo muitas vezes elementos, atores e condições semelhantes.



Figura 14. Manifestantes ocupam o plenário da Câmara de Vereadores em protesto contra a escolha do vereador Chiquinho Brazão (PMDB) para ser presidente da CPI dos Ônibus. Fonte: Tânia Rego/ABr



Figura 15. Policiais e manifestantes entram em confronto durante protesto de professores e servidores públicos em greve no Centro Cívico, em frente à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), em Curitiba (PR), no dia 29 de abril de 2015. Fonte: Joka Madruga/Futura Press/Folhapress

3.2. O NEXO ENTRE A PRAÇA E O PALÁCIO: COMO AS MANIFESTAÇÕES DAS RUAS IMPACTARAM AS INSTÂNCIAS POLÍTICAS

Compreender os espaços políticos trabalhados aqui não supõe analisá-los separadamente, como se fossem espaços com funcionamento independentes. Pelo contrário, embora conservem uma organização espacial e função política distinta, os espaços políticos somente adquirem sentido quando vistos em relação um com o outro. Há, portanto, um necessário nexo estabelecido entre eles, que, numa democracia, um é condição do outro, onde sem a *praça* o governo perde a legitimidade e sem o *palácio* a praça perde o rumo (ROMANO *apud* CASTRO, 2004). Esta metáfora, portanto, traduz a indissociabilidade entre o espaço político exclusivo e o espaço político aberto, do qual, em situações de maior efervescência política, como nas manifestações, este nexo se torna mais explícito.

Como analisado até aqui, as manifestações de junho de 2013 se colocam como um exemplo profícuo para que possamos analisar a relação entre estes dois espaços políticos. Neste contexto político instaurado pelas manifestações, diversas ruas e praças pelo Brasil foram apropriadas politicamente, cujo objetivo principal era o de exigir respostas do poder público às diversas reivindicações alçadas pelos manifestantes em protesto nestes espaços. Diante disso, o impacto das manifestações no ambiente deliberativo foi imediato, no qual os espaços políticos exclusivos foram instados a oferecer respostas as reivindicações manifestadas através das ruas.

Para tanto, de modo a avaliar a transfiguração política de ruas e praças e o nexo estabelecido com os espaços deliberativos, foram analisados os discursos proferidos na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro no mês de junho de 2013. A intenção com isso foi a de medir se o que foi demandado nas ruas através de seu uso político apresentou impacto no cotidiano deste espaço político. As manifestações, ao impactarem o cotidiano da Câmara dos Vereadores, são evidências importantes que corroboram ao reconhecimento das ruas como canal político, ou melhor, espaço legítimo para ação política, e sua conexão com os espaços políticos legislativos.

No regime democrático, supõe-se que as Câmaras expressem, grosso modo, as demandas da população. E, como as ruas foram escolhidas como espaços de expressão destas demandas, procura-se nesta parte analisar a correspondência e conexão entre estes espaços. Uma vez que estes dois espaços políticos estão necessariamente interligados, não condiz analisarmos apenas as

manifestações nas ruas por si só. Se assim fosse, sem nenhuma correspondência com o espaço das Câmaras, o espaço das ruas perderia sua força, seu tónus político dentro de um regime democrático.

Desse modo, no intuito de analisar a relação entre o instituído e o instituinte, fundadora do espaço político, e verificar empiricamente se, de alguma forma, as manifestações em junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro dialogaram com os espaços políticos instituídos, definiu-se como objeto de estudos a Câmara dos Vereadores, instância legislativa e representativa da cidade. A relação entre estes dois tipos de espaços políticos foi analisada através do impacto das manifestações como tema nos discursos proferidos na Câmara dos Vereadores. Pretendeu-se, portanto, identificar de que forma e sob qual contexto o tema das manifestações foi utilizado nos discursos dos vereadores. Para tanto, foram analisados todos os discursos proferidos no mês de junho de 2013, período em que se iniciaram as manifestações a nível nacional.

Os discursos na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro estão, de acordo com o seu regimento interno, previstos na parte inicial das sessões ordinárias, chamadas de *Grande Expediente*. Esta parte das sessões tem a duração total de duas horas, divididas em dois blocos, e estando abertas a todos os vereadores, bastando apenas a inscrição prévia antes do começo da sessão. Cada vereador inscrito tem dez minutos regulamentares para fala, estando aptos a tratar de assuntos de livre escolha.

Este último aspecto descrito, inclusive, nos permite captar com maior precisão a absorção e tratamento do tema das manifestações pela Câmara. Como os discursos são eletivos, cabendo com isso a livre e espontânea vontade dos vereadores em proferi-los, e como versam sobre assuntos de livre escolha, é possível, a partir deles, medir com certa clareza se o uso das ruas como espaço político foi eficaz em estabelecer diálogo com os espaços políticos instituídos e, de certa forma, fazer ouvir suas demandas, pelo menos como matéria de discussão parlamentar.

Como forma de análise destes dados, a primeira etapa consiste em uma preliminar análise e quantificação de todos os discursos em que se mencionou o termo manifestação e seus correlatos, como manifestantes, protestos, jornadas, e também temas associados às pautas das manifestações, como licitação de ônibus, transporte público, mobilidade urbana, CPI e tarifa de passagem. A consideração desta terminologia tem por objetivo avaliar de forma mais eficaz o teor e a apropriação do tema das manifestações pelos vereadores, uma vez que a mobilidade urbana e, principalmente, o aumento das tarifas dos ônibus foram a pauta central destas manifestações de junho de 2013.

Os discursos analisados foram escolhidos a partir de uma seleção preliminar, da qual foram selecionados aqueles que apresentaram os termos escolhidos representativos ao tema das manifestações de junho de 2013. Somente através disso foi possível delimitar o material efetivamente significativo ao presente estudo.

A segunda etapa de análise consistiu em avaliar o conteúdo destes discursos, considerando apenas aqueles em que o tema foi mencionado. Seus conteúdos foram avaliados segundo alguns pontos: a) conotação positiva ou negativa; b) coerência com a pauta das manifestações, isto é, se trata ou não do tema do aumento das tarifas de ônibus⁴⁸; c) proposição de ação política, isto é, políticas concretas, de qualquer natureza, em direção ao atendimento das demandas dos manifestantes, sendo elas categorizadas de acordo com a frequência que apareciam nos discursos. A intenção com estas etapas de análise é avaliar de que forma o tema das manifestações foi acolhido e apropriado pela Câmara a partir da sua referência nos discursos dos vereadores.

De forma operacional, utiliza-se o arcabouço teórico e, sobretudo, metodológico presente na análise de conteúdo⁴⁹. A utilização do método disposto pela análise de conteúdo propicia um uso menos restrito para com os dados levantados. A possibilidade de trabalhá-los tanto de forma quantitativa quanto qualitativa permite uma análise mais condizente perante a riqueza de detalhes e sentidos presentes nos discursos.

Cabe mencionar ainda algumas ponderações em relação à classificação destes discursos. Um deles é que muitos dos parlamentares falam mais de uma vez na sessão. Isso muitas vezes significa que abordam o tema numa primeira vez e em uma outra posterior só complementam o que já disseram antes. Tal fato prejudica na contagem e análise dos números agregados das

⁴⁸ A definição deste critério partiu do objetivo de avaliar se o tema das manifestações foi apropriado de forma retórica pelos vereadores, embora se reconheça aqui a pluralidade de temas levantados durante todo o período em que elas ocorreram. Como apresenta Gohn (2013), segundo o Ibope, em pesquisa realizada sobre os manifestantes no dia 20/06/2013, o transporte público foi motivo primeiro das razões da participação (37,6%), seguida de outra razão abrangente, o ambiente político (29,9%). A intenção dessa escolha é definir um critério consistente para avaliar se o tema das manifestações foi representado de forma significativo nos discursos, e não apenas estando apropriados de modo marginal ou distorcido.

⁴⁹ Reconhece-se aqui a grande discussão em torno da definição e proposição da *análise de conteúdo* e a *análise de discurso*. Entretanto, sem o objetivo de entrar no âmbito desta discussão, preservamos em nossas análises somente o sentido da análise de conteúdo como “uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos (...) [que conduz] a descrições sistemáticas, qualitativas e quantitativas, [que] ajuda[m] a interpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (Moraes, 1999). Esse é o motivo pela nossa escolha da análise de conteúdo em detrimento a análise de discurso, mesmo que isso seja contraintuitivo em um primeiro momento, posto que o objeto de levantamento de dados será os discursos proferidos na Câmara dos Vereadores.

categorias estabelecidas. Um outro problema é a própria natureza deste tipo de fala na Câmara. Os discursos são espaços abertos para os vereadores proferirem qualquer tipo de matéria, seja uma homenagem, seja a denúncia de algum tipo de problema ou demanda da sociedade. Não há maiores impedimentos quanto à matéria tratada em suas falas, exceto o tempo regulamentar de dez minutos, a sua inscrição para fala e o decoro parlamentar. Devido a essa liberdade, muitas vezes nos deparamos com discursos que abordavam muitos assuntos em uma mesma fala. Além disso, é aberto aos vereadores permitirem a fala ou algum tipo de comentário de um outro vereador (chamado de aparte). Contudo, tais casos foram apenas uma minoria dentre a totalidade de discursos analisados.

Obeve-se como resultado, dentre um total de 81, 41 discursos cujo tema das manifestações foi de alguma forma abordado. Destes, 38 declaram posição crítica quanto à sua ocorrência, sendo 34 de maneira positiva e 4 de maneira negativa. Além disso, 27 dos discursos que abordaram as manifestações foram coerentes quanto à pauta, isto é, se referiram às manifestações como manifestantes a favor da redução do aumento das tarifas das passagens ou da questão dos transportes públicos em si. E, por fim, em 20 discursos identificou-se algum tipo de proposição política, sendo eles: 13 pela abertura de uma CPI (I); 1 pela diminuição dos impostos (II); 2 pela maior fiscalização desta questão por parte do poder público (III); 1 pelo melhor funcionamento do poder público (IV); 1 pela melhoria na oferta e abrangência dos transportes (V); 1 pela mudança na administração dos transportes na cidade (VI); 1 pela revisão dos contratos com as empresas de ônibus (VII) .

Os resultados estão expostos na tabela 1 abaixo:

Dia	Número de discurso proferidos	Número de discursos sobre as manifestações	Conotação		Coerência com a pauta	Proposição Política*
			Positiva	Negativa		
4	10	0	0	0	0	0
5	0	0	0	0	0	0
6	5	0	0	0	0	0
11	9	1	1	0	1	0
12	8	0	0	0	0	0
13	11	6	2	4	5	2 (1III + 1VI)
18	10	8	8	0	6	0
19	0	0	0	0	0	0
25	8	8	8	0	7	7 (7I)
26	8	8	8	0	2	4 (2III + 2 I)
27	12	10	7	0	6	7 (1VII +4I +1IV +1V)

* Nos dias 5 e 19 ocorreram Sessões Extraordinárias, no qual a sessão ordinária é vedada à discussão de matérias legislativas

Tabela 2. Relação entre o número de discursos proferidos e o tema das manifestações. Organizado pelo autor.

Fonte: Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

Os resultados encontrados se aproximam da periodização em três momentos diferentes das manifestações proposta por Gohn (2013). O primeiro momento é o da *desqualificação e o descaso*, em que as manifestações começaram a tomar corpo, imbuídas pelos aumentos dos preços das passagens dos transportes públicos em diversas cidades brasileiras. Nesse momento, há um claro tom de reprovação das manifestações, sobretudo pela mídia, criminalizando os acontecimentos dos dias anteriores e classificando-os como algo relacionado ao vandalismo.

O segundo momento, o da *violência, revolta popular e susto pelo movimento de massa*, se inicia com os protestos ocorridos no dia 13 de junho. Este dia de protestos foi marcado por grande repressão e violência policial, amplamente acompanhadas, disseminadas e assistidas através não só da mídia tradicional como também por diversos canais autônomos veiculados através da internet. O impacto das imagens retratando o uso desmedido de força policial contra os manifestantes e as diversas prisões arbitrárias dramatizaram o quadro, incorrendo a partir daí não só a uma virada na opinião pública a favor das manifestações, bem como atraindo a adesão de milhares de pessoas a ir às ruas. Conseqüentemente, nos dias seguintes houve grande aumento no número de pessoas nos protestos, além da maior dispersão e abrangência geográfica das cidades com manifestações. Com a multiplicação do número de manifestantes, uma profusão de pautas se somam a do aumento do preços das passagens. No dia 20 de junho ocorreu o ápice das manifestações, tendo elas ocorrido em cerca de 25 capitais e reunindo, no total, mais de 2 milhões de pessoas nas ruas de todo o país.

Já no terceiro momento, o da *vitória na demanda básica*, representa o impacto e a ampliação das manifestações para outros focos. Este terceiro momento se inicia após o anúncio do cancelamento do aumento das tarifas de ônibus nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, no dia 19 de junho, sendo essa conquista reverberada na dimensão das manifestações do dia 20. A partir desse momento, além do crescimento de manifestações parciais com objetivos específicos, com foco em outras questões que não as passagens (cabendo ressaltar que neste mês de junho estas outras manifestações sempre ocorreram, mas em menor medida e proporção), demarca-se o surgimento de respostas das autoridades públicas a estas manifestações, como o próprio cancelamento do aumento das passagens e, também, a abertura de diálogo das autoridades com os manifestantes, abarcando, inclusive, o poder executivo.

Sendo assim, é possível observar que o tema das manifestações tanto se torna assunto quanto ganha volume nos discursos dos vereadores ao longo deste período. A partir do dia 13 se constata um ponto de inflexão, em que se inicia um número expressivo de discursos que abordam o tema das manifestações. Como apontado nas descrições sobre as manifestações, os protestos do dia 13 representaram ponto de mudança, no qual dali em diante as manifestações tomaram outro rumo, densidade e dimensão. A partir desse dia, a opinião pública passou a apoiar as manifestações, repercutindo na adesão de milhares de pessoas aos protestos. Isso explica porque é a partir desse dia que o tema das manifestações inunda os discursos dos vereadores, passando a responder a maioria dos temas discursados. Como este dia representa um ponto de transição, e como a sessão na Câmara se iniciou momentos antes do começo das manifestações neste dia, é possível notar que ainda existia uma conotação negativa por parte dos vereadores a respeito delas, opinião que não permaneceu nos discursos dos dias posteriores. Pelo contrário, quando as manifestações já tinham sofrido adesão popular e legitimidade pela opinião pública, ela é inequivocamente defendida.

Observa-se também que conforme os protestos ganham intensidade e adesão, o tema das manifestações se torna frequente nos discursos dos vereadores. Tal tema pulula o espaço aberto à fala dos vereadores, tornando-se, de fato, o grande tema de debate da Câmara neste período, demarcando assim a interferência deste tema no seu cotidiano. E, como ponto fundamental aqui, a rua é claramente reconhecida como o espaço no qual emergem e se legitimam estas demandas, e que, conseqüentemente, elas devem ser ouvidas. Dessa forma, reconhece-se a rua *também* como um espaço onde se faz política e que ela deseja estabelecer diálogo com o espaço político da Câmara.

Os trechos dos discursos a seguir ilustram bem isso:

Nós, parlamentares, precisamos rever o que está acontecendo, precisamos ter a humildade de ouvir o que a rua está nos dizendo, independente de não aceitarmos evidentemente a destruição de patrimônio público, ou privado, não aceitarmos a maneira como a Polícia se portou inicialmente, mas não podemos achar que isso está acontecendo lá fora; isso está acontecendo na nossa vida. Nós corremos o risco. Daqui a pouco e dentro de muito pouco tempo, se já não aconteceu agora, de não estarmos aqui representando mais ninguém, apesar de termos tido votos. Tem que se entender que a cada quatro anos esses Parlamentos são renovados, são reavaliados. E o que aconteceu ontem foi uma grande prova dada pela população do Rio de Janeiro, que nós,

parlamentares, não estamos no caminho certo. (Discurso do vereador Paulo Pinheiro proferido no dia 18 de junho: grifo nosso)

Então, está mais do que claro; a lição das ruas está dada. *A única garantia que o nosso povo tem de que o poder público atenda aos seus interesses e às suas demandas é através da mobilização e da pressão nas ruas.* (Discurso do vereador Renato Cinco proferido no dia 27 de junho: grifo nosso)

Que bom que a tribuna está ativa, que bom que as pessoas têm falado, que bom que o Parlamento está ativo, e vivemos um momento em que este Parlamento fala mais ouvindo as ruas, e isso é bom, também. *As ruas têm sido para nós um grande aprendizado, não tenho dúvida alguma; guardadas as devidas proporções, as ruas têm sido aprendizado para todos nós, não só para nós da classe política, mas para a sociedade em geral.* Quando a juventude vai às ruas e pede posicionamento da sociedade e da classe política, a juventude, na verdade, está querendo dizer que não dá mais para ficar apenas recebendo os projetos como um grande guarda-chuva que se coloque sobre elas, mas que ela quer participar. Que bom! (Discurso do vereador Reimont proferido no dia 27 de junho: grifo nosso)

Já no dia 25 é possível observar que o tema das CPI toma conta dos discursos. Apenas um dos discursos do dia não faz referência à proposição da CPI dos Ônibus. Esta proposição ainda aparece nos dias 26 e 27, mas em menor grau. Isso se explica pois a CPI foi aberta no dia 26, sendo propriamente no dia 25 que ocorreram os debates em torno deste tema, no qual claramente a questão da busca das assinaturas é assunto que toma conta dos discursos. Enquanto isso, no dia 27, após a abertura da CPI, é verificada uma pluralidade de proposições colocadas pelos vereadores, embora, ainda, a da CPI seja a maioria entre elas.

Apesar de, em alguns casos, o tema das manifestações ser apropriado de forma alegórica para a discussão de outros temas não relacionados, ou seja, sendo usada em tom de retórica, em suma, a análise dos discursos aponta para uma apropriação clara das demandas e esclarecimentos exigidos nas ruas. Isso significa que as manifestações nas ruas e praças impactaram de forma contundente o cotidiano da Câmara dos Vereadores no mês de junho, fato que por sua vez evidencia a relação, e não o distanciamento, entre o espaço político da Câmara e aquele das ruas e praças.

Além disso, outro fator importante, e que reforça os resultados encontrados, é em relação à proposição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Ônibus. Durante os discursos essa proposição de investigação pública foi recorrentemente citada, sobretudo pelo vereador Eliomar Coelho, que inclusive foi o proponente e articulador da abertura desta CPI. No dia 25, o vereador Eliomar Coelho, o último a proferir discurso, informa que foram conseguidas as 27 assinaturas que possibilitariam protocolar o pedido de instalação de CPI dos Transportes da Cidade do Rio de Janeiro (lembrando que a mesma foi oficialmente aberta no dia seguinte, dia 26). É enfatizado por ele, ainda, que as 27 assinaturas foram conseguidas graças à mobilização dos moradores desta cidade nas ruas.

Assim, em agosto do mesmo ano, a referida CPI foi oficialmente convocada, representando, deste modo, mais uma etapa dentro de um processo democrático distintivo, que consiste no assinalamento de uma demanda pela sociedade, sua revisão e avaliação pelo corpo legislativo, e, se coerente, sua tradução em forma de ação política concreta, como fiscalização, projeto de lei ou política pública.

Cabe ressaltar que, quando as ruas foram usadas politicamente, um assunto que há muito tempo era debatido na sociedade, e que inclusive foi matéria de investigação pelos deputados (quando em 2010 foi enviado ao prefeito Eduardo Paes um Requerimento de Informação solicitando 27 informações a respeito de como funciona o sistema de transportes na Cidade do Rio de Janeiro) foi colocado na pauta de discussão dos parlamentares. Assim, no momento em que as ruas foram ocupadas pelas manifestações, o assunto ganhou legitimidade e peso para que os vereadores assinassem a petição de abertura de CPI, e assim, de fato, colocassem o problema dos contratos com as empresas de ônibus na agenda política da Câmara. Antes dela, quando foi colocada como uma questão, pouco se investigou em profundidade a matéria.

Desse modo, pelo fato das *Comissões Parlamentares de Inquérito* constituírem um dispositivo de investigação e apuração de determinado “acontecimento ou situação de relevante interesse para a vida pública” (CÂMARA DOS VEREADORES, 2016), a referida instalação da CPI dos Ônibus representa uma evidência importante da pressão das ruas nas manifestações populares contra o aumento das passagens, ressaltando-se o papel de destaque das manifestações populares e o seu reflexo no âmbito institucional, presente nas deliberações e investigações promovidas pela Câmara dos Vereadores, como matéria de relevante impacto ou interesse à

sociedade. Da mesma forma, todo o processo em que se compreende a CPI evidencia o nexo entre a política exercida em dois tipos de espaços políticos.

Sendo assim, não basta apenas identificar como cada espaço de organiza internamente. É fundamental entendermos como estes dois espaços interagem. Embora a relação mais aparente entre eles seja a de tensão, vista expressamente nas manifestações de junho de 2013, ela não se restringe apenas a isso. A interlocução entre eles é uma condição necessária nas democracias contemporâneas, no qual a política será de fato expressa na complementaridade entre estes espaços. Assim, a interação entre estes espaços políticos é feita através das estratégias e recursos políticos inerentes a de cada um destes espaços, de acordo com o limite da ação política de cada um deles. Dessa forma, chegamos a um esquema que ilustra essa interação, como é visto abaixo.

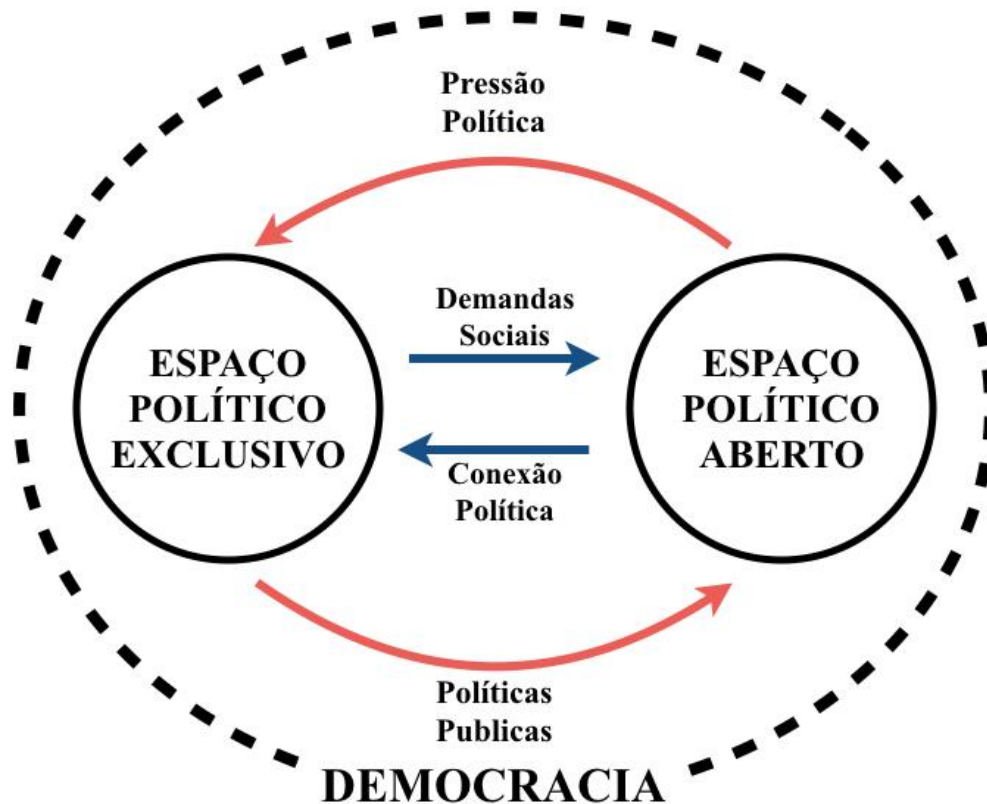


Ilustração 4. Estrutura da relação entre o espaço político exclusivo e o espaço político aberto.
Fonte: organizado pelo autor.

Neste esquema podemos observar que existem dois tipos de relação estruturantes diante do nexo estabelecido entre estes espaços políticos. Uma mais próxima e frequente e a outra mais distante, baseada em demandas e respostas. A primeira se pauta na relação entre representantes e

seus representados. Através dos espaços instituintes, os cidadãos expressam suas demandas sociais, que são acompanhadas pelos representantes na conexão política que estabelecem. Além disso, é através da organização política em torno do espaço instituinte que este pressiona politicamente o espaço instituído, que por sua vez organiza a agenda política de modo a contemplar as demandas requeridas, respondendo-as na forma de políticas públicas, entendida aqui de forma ampla, como todas aquelas políticas elaboradas e conduzidas pelo Estado (RODRIGUES, 2014).

O que se expressa através da relação entre estes dois espaços políticos é apenas um recorte de como sociedade e Estado, visto aqui através das assembleias, relacionam-se politicamente. Assim, outras formas de relacionamento entre sociedade e Estado, para o qual a alocação de determinada demanda na agenda política pode não necessariamente depender da atuação do espaço político. Como vimos melhor no segundo capítulo, alianças políticas, *lobby* e iniciativas individuais constituem forças políticas capazes de influenciar o espaço instituído e obter políticas públicas condizentes aos seus interesses, que podem ou não estar associadas à atuação através do espaço político aberto.

Dessa forma,

políticas públicas emergem a partir de problemas que não são inatos, mas construídos; ou seja, para que um problema seja incluído na agenda política, é preciso que seja reconhecido como tal, o que denota certa lógica de escolha que é relativa aos valores sociais preponderantes no contexto socioespacial e temporal em que se estabelece, dos atores políticos envolvidos e da própria opinião pública. Isso significa dizer que tal escolha é historicizada, não é inócua e tampouco resulta de um consenso entre as diversas prioridades que se manifestam na sociedade. *Antes, um problema reconhecido como público pode ser produto do sucesso de grupos de interesses em conferir visibilidade às questões que lhes afligem. Neste âmbito, importa problematizar o contexto em que tal debate se inscreve e o papel da sociedade civil para dar visibilidade às suas demandas como questões a serem incorporadas à agenda política* (RODRIGUES, 2014, p. 153: grifo nosso).

A inscrição, portanto, deste problema na agenda política coloca-se como fundamental, pois é a partir dela que todo o corpo político se guiará para o desenvolvimento de uma ação pública concreta, ou seja, sua resolução pela autoridades políticas legítimas. Contudo, a composição desta agenda política é de natureza política, partindo do embate entre diversos grupos sociais e forças políticas para que uma das milhares de demandas e problemas existentes na sociedade seja colocado em debate para a intervenção pública. Com isso, para que um problema entre na agenda política três características são essenciais: que as elites (sociais e políticas) definam uma situação como problema; que ocorra um processo de etiquetagem que o qualifique como relevante; e que se

espere a decisão da sociedade política para se intervir ou a sua opção de nada fazer (não decisão) (PADIOLEAU, 1982 *apud* MULLER, 1990: 37).

Elaborar uma política pública, e por conseguinte a agenda política, significa “construir uma representação, uma imagem da realidade sobre a qual se quer intervir” (MULLER, 1990: 42)⁵⁰. Em decorrência, “é em referência a esta imagem cognitiva que os atores irão organizar suas percepções do sistema, confrontar suas soluções e definir as suas propostas de ação” (*idem.*, 1990: 42)⁵¹. Diante disso, a elaboração de uma política corresponde então a um duplo processo, que é o da *decodificação* e da *recodificação do real*. Esse processo depende de como os representantes políticos percebem o mundo e formulam as respostas, não havendo, de acordo com Muller (1990), autonomia na formulação das respostas, que são afetadas pela estrutura do sistema de decisões e pelos limites do campo cognitivo dos decisores. E, como vimos anteriormente, a pressão política exercida através dos espaços políticos abertos mobilizados pelas manifestações é um dos fatores que incide à pauta de deliberação e a tomada de decisão nos espaços políticos exclusivos.

Tomando como exemplo novamente o contexto das manifestações de junho de 2013 no Brasil, a análise da CPI dos Ônibus instaurada pela Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro é fortuita ao estudo do funcionamento e interação entre estes dois espaços. Ela contempla todo um processo político que transita entre os espaços políticos exclusivo e o aberto, representando, grosso modo, a tradução de uma demanda pública tornada visível pelas manifestações em matéria de discussão política pela esfera política.

O aumento das tarifas foi um tema que atingiu maior destaque nas manifestações de junho de 2013 em todo o Brasil, não sendo diferente em relação ao município do Rio de Janeiro. Em maio deste mesmo ano, diversas capitais brasileiras tiveram as tarifas de ônibus aumentadas⁵², em que a do Rio de Janeiro estava prevista a vigorar a partir de 1º de julho. A partir de então, uma série de manifestações contra esses aumento se inicia no país, sendo liderada pelo MPL. Este grupo já organizava manifestações em torno do melhor acesso e condições do transporte público desde 2003 (MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013), e diante deste aumento ocorrido em 2013, assumiu o protagonismo das manifestações neste ano. Assim como em outras cidades, o Rio de

⁵⁰ No original: “construire une representation, une image de la réalité sur laquelle on veut intervir”.

⁵¹ No original: “C'est en référence à cette image cognitive que les acteurs vont organiser leur perceptions du système, confronter leurs solutions et définir leurs propositions d'action”.

⁵² Cf.: “Onze capitais têm reajuste na tarifa de ônibus em 2013”. Disponível em << [http:// g1. globo. Com /brasil /noticia/2013/05/onze-capitais-brasileiras-tem-reajuste-na-tarifa-de-onibus-em-2013-veja-lista.html](http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/05/onze-capitais-brasileiras-tem-reajuste-na-tarifa-de-onibus-em-2013-veja-lista.html)>>. Acessado em: 7 fev. 2017.

Janeiro também se torna palco das manifestações contra o aumento, cujo escopo também incluía a reivindicação por melhores condições dos serviços públicos de transporte e pela maior mobilidade urbana. Diante do crescimento das manifestações ao longo deste mês, estas manifestações foram ganhando força, e na medida que cresciam incorporavam outras pautas, como os gastos elevados com a Copa do Mundo e as Olimpíadas, a corrupção, o projeto da “cura gay”, o repúdio a classe política e aos partidos e a revogação da Proposta de Emenda Constitucional 37 (PEC 37), que vetava a possibilidade de o Ministério Público fazer investigações independentes.

Contudo, tanto por ter o tema com maior força e melhor organizado politicamente pela figura do MPL, quanto pela CMRJ ser a instância política responsável pelos assuntos municipais, o aumento das tarifas dos ônibus foi, como vimos anteriormente pela análise dos discursos dos vereadores, sendo incorporada à pauta de discussões políticas destes espaço político. Assim, a partir de uma constante pressão política exercida pelas manifestações e pela articulação entre os grupos manifestantes e alguns vereadores favoráveis à causa, tema foi debatido na CMRJ, tendo como uma das respostas a abertura da CPI dos Ônibus, embora o aumento das passagens tenha sido revogado pelo governo municipal durante o mês de junho. Dessa forma, a CPI dos Ônibus se manteve como um dos desmembramentos da pressão política criada por estas manifestações, sendo responsável por investigar possíveis irregularidades nos contratos firmados entre as empresas de ônibus e o governo municipal. Este percurso pode ser observado logo abaixo na ilustração 5.



Ilustração 5. Percurso percorrido pelas reivindicações em torno do aumento das passagens de ônibus até obterem resposta da Câmara dos Vereadores. Fonte: organizado pelo autor.

Diante disso, apesar de a CPI dos Ônibus ter sido suspensa desde 2014⁵³, o nexó entre o espaço político aberto das ruas e praças ocupadas pelas manifestações e o espaço político exclusivo da Câmara dos Vereadores não deixa de ter sido estabelecido. Pelo contrário, só corrobora para o seu melhor entendimento, uma vez que, apesar das manifestações em torno do aumento do preço das passagens tenham conseguido colocar uma demanda emergida do meio social e expressa nas ruas e praças mobilizadas na agenda política da Câmara dos Vereadores, é necessário considerar que tais espaços políticos estão sujeitos à outras forças políticas que não estão condicionadas ao espaço. Cabe ressaltar também que cada espaço tem um processo político diferente, com variáveis próprias, constituindo arenas diferentes pelas quais determinados temas e interesses são processados e que não necessariamente poderão ser identificados e expressos através do espaço.

53 Cf.: “TJ-RJ mantém suspensos trabalhos da CPI dos Ônibus”. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-mar-12/tj-rj-decide-manter-suspensao-trabalhos-cpi-onibus-capital>>. Acessado em: 7 fev. 2017.

4. CONCLUSÃO

O Brasil está vivendo um período excepcional da sua história política, em que o ciclo de manifestações políticas iniciado em junho de 2013 se manteve até então. Não se sabe se essas constantes manifestações são apenas uma fase ou se representam um novo traço da cultura política dos brasileiros. Contudo, se excepcional ou duradouro, fato é que esse contexto de ebulição política que abrange desde a esfera política até a sociedade é um momento propício no qual podemos observar com maior nitidez a expressão da política em diferentes contextos e, sobretudo, em diferentes espaços. Seja no meio institucional, seja no meio social, a política se colocou como tema dominante, sendo com isso expresso muitas vezes a partir do espaço.

Da insatisfação difusa em 2013, com foco nas passagens, e chegando até a bipolarização política formada a partir do final de 2014, com as eleições presidenciais e o pedido de *impeachment* de Dilma, os espaços políticos exclusivos das assembleias e os espaços políticos abertos das ruas e praças assumiram protagonismo na forma como a tensão social e política instaurada neste período foi expressa e debatida. Assim, neste momento, a interação entre estes dois tipos de espaços políticos - um instituído (congressual) e outro instituinte (as ruas) - se tornou evidente, assim como a forma como a política consegue se expressar e conectar sob um mesmo assunto espaços tão diferentes. A interação entre eles é uma das expressões de como o espaço e a política se relacionam, constituindo, por sua vez, uma condição necessária às democracias modernas, que surgem, segundo Bobbio (1986), do choque entre “praça” e “palácio”.

O terreno do político não é um palco onde se encena a harmonização de interesses. É o campo onde são travadas batalhas entre interesses divergentes. É espaço de disputa, de tensão, e isso ocorre de forma diferente em cada espaço político. Os espaços políticos são animados por atores, que agem segundo uma intencionalidade política em busca de seus interesses e, diante disso, estão sujeitos aos diferentes condicionantes espaciais dispostos nestes espaços. Assim, cada espaço político possui elementos estruturantes ligados tanto as suas naturezas político-institucionais quanto ao arranjo espacial que o compõem. A arena, os atores, a ação, o ritual e o processo, são, portanto, categorias de análises fundamentais para entendermos como o fenômeno político se expressa e organiza cada espaço.

As condições espaciais destes espaços políticos influenciam o comportamento, as estratégias, a forma de organização espacial, em suma, as ações empreendidas a partir deste espaço. Dessa forma, o espaço é o recurso fundamental para que os atores possam agir politicamente em

prol da consecução de seus interesses. Para isso, os atores políticos presentes em cada espaço político buscam explorar estas condições espaciais de modo a ampliar seu capital político.

De acordo com as características de cada espaço político, os atores buscam alcançar esse capital político mediante estratégias diferentes. Nos espaços políticos exclusivos, a natureza político-institucional tem forte influência, direcionamento o comportamento dos atores e o arranjo espacial dos elementos que o compõem. Contudo, a legitimidade conferida à presença nele, bem como sua grande visibilidade e elevada repercussão pública, fazem com que, sobretudo em menos de deliberações e decisões políticas importantes, estratégias sejam traçadas de modo a exercer maior influência no rumo dos acontecimentos, como a busca por maior exposição, a disputa pela fala e a aceleração ou retardo de deliberações e votações.

De maneira diferente, as condições espaciais que se apresentam aos espaços políticos abertos são diversas, cujas estratégias elaboradas pelos grupos manifestantes variam de acordo com o tema da manifestação, o número de pessoas e a narrativa a ser criada. Dessa forma, o espaço onde ocorre a manifestação não é fruto de uma escolha aleatória, mas sim parte das estratégias dos grupos manifestantes e, dessa forma, resultado da combinação de diferentes fatores, dentre os quais fatores espaciais, em que a visibilidade é o *leitmotiv* das ações empreendidas nestes espaços políticos abertos. A escolha dos lugares onde ocorrem as manifestações são dados fundamentais para entendê-las, sendo carregada de sentido. Tais espaços possuem atributos e condicionantes espaciais que são levados em conta na hora de sua escolha para abrigar as decisões, deliberações e, sobretudo, as manifestações políticas. Sobre eles são construídas narrativas e onde diversos interesses dispersos no meio social são assinalados, cujos condicionantes espaciais e, conseqüentemente, o próprio espaço, funciona como um *instrumento político* que forneça a base material e simbólica para a consecução destas ações e, conseqüentemente, a efetividade da pressão política exercida.

Ruas e praças servem como mais um dos meios de se fazer política e influenciar as instituições políticas. Ela é outro espaço no qual a sociedade civil pode se organizar politicamente, às vezes mais abrangente e acessível do que outros espaços, inclusive os espaços participativos. Elas podem ser a extensão de uma articulação feita em outros espaços (sindicatos, instituições, grêmios etc.) e também servir como mais um artifício político para estes grupos, além dos que habitualmente possuem (ligação com representantes políticos, canais institucionais, instâncias jurídicas etc.). Em suma, a rua contempla a ação política como um todo, estando aberta a uso, atores e organização diversos, tanto quanto forem os grupos e causas que a utilizam.

O nexos formado entre o espaço político exclusivo e o espaço político aberto atende a uma relação estruturante, que sintetiza uma das formas da relação entre sociedade e Estado. Além da relação mais próxima e frequente entre os representantes e representados estabelecida pela conexão política entre eles, estes dois espaços se relacionam tanto como mediação a pressão política exercida pelas ruas e praças mobilizadas pelas manifestações. Neste tipo de relação, o espaço político exclusivo é pressionado de forma ostensiva, instado publicamente a responder às reivindicações que emanam da sociedade. Se bem sucedida, essa pressão política exercida é capaz de influenciar a composição da agenda política de modo a contemplar as demandas requeridas, respondendo-as na forma de políticas públicas.

Contudo, é fundamental entender a diferença inerente entre esses espaços, pois cada um deles possui um processo político distinto que não responde apenas aos fatores espaciais, mas ao próprio funcionamento político destas dimensões sociopolíticas. Diante disso, é importante salientar que a dinâmica presente nestes espaços e entre eles não traduz todos os tipos de relações políticas e variáveis que incidem sobre o funcionamento de cada espaço político. Há um campo de forças e jogo político internos a ele que é fundamental para o andamento e resultado político. São variáveis que fazem parte da dinâmica política destes espaços, mas que não são afetadas ou condicionadas espacialmente. Contudo, apesar dessas distinções, a política, para ser exercida, necessita de um fundamental espacial, seja para se organizar, seja para se efetivar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHÃO, S. O espaço público urbano como espaço público político. In: **IX SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO**, 2006, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2006. Disponível em: www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/1158/1133. Acesso em 10 jul. 2014.
- ABREU, J. S. **O papel do cinema na construção da identidade da Cinelândia**. Dissertação de Mestrado: CPDOC, Fundação Getulio Vargas, 2009.
- ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2013.
- ALMEIDA, T. D. R. Midiativismo e coberturas jornalísticas: mídias livres, movimentos em rede e estratégias de contrapoder. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). UFPB/CCTA, João Pessoa, 2015.
- ALZAMORA, G.; ARCE, T.; UTSCHE, R. Acontecimentos agenciados em rede: os eventos do Facebook no dispositivo protesto. In: SILVA, R. H. A. (org.) **Ruas e redes: dinâmica dos protestosBR**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- ARENDE, H. **O que é Política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- AZEVEDO, D. A. **A democracia participativa como sofisma: uma interpretação geográfica da democracia**. Tese (Doutorado em Geografia). UFRJ/PPGG, Rio de Janeiro, 2016.
- BOBBIO, N. **Il palazzo e la piazza**. La Stampa, n.1, 1986, p.1-2.
- _____. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 13ª ed. 2007
- BRENNER, N. **New State spaces. Urban governance and the reescalation of statehood**. Oxford: University Press Oxford, 2004.
- BURGUESS, J.; GOLD, J.R. Place, the Media and Popular Culture. In: BURGUESS, J.; GOLD, J.R (Eds.) **Geography, the media and popular culture**. New York: St.Martin's Press, 1985.
- CÂMARA DOS VEREADORES DO RIO DE JANEIRO. Regimento Interno da CMRJ. Rio de Janeiro, 2016.

- CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTRO, I. E. Espaços públicos: entre a publicidade e a política. **ALCEU**, v.4, n.8, p. 141 a 155. Rio de Janeiro, 2004.
- _____. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (org.) **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R. L. (org.) **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CODATO, A. O espaço político segundo Marx. *Crítica Marxista*, v.32, 2011, p.33-56.
- CORRÊA, R. L. Espaço e simbolismo. In: In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (org.) **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- D'ALIMONTE, R. Espaço político. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 13ª ed. 2007
- D'ANDREA, C.; ZILLER, J. Imagens violentas nas manifestações de 2013: multiplicidades, estética e dissenso nas narrativas em vídeo de comuns e de instituições. In: SILVA, R. H. A. (org.) **Ruas e redes: dinâmica dos protestosBR**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos estudos – CEBRAP**. vol.10, n. 97, 2013, p. 43-55.
- ELDEN, S. There is a Politics of Space because Space is Political: Henri Lefebvre and the Production of Space. **Radical Philosophy Review**. vol.10, n.2, p.101-116, 2007.
- GOHN, Maria da Glória. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e as praças dos indignados no mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GOMES, P.C.C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- _____. O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

- GRAZIANO, L. O Lobby e o Interesse Público. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. [online]. 1997, vol.12, n.35.
- GREGORY, D.; JOHNSTON, R.; PRETT, G., WATTS, M.; WHATMORE, S. **The dictionary of human geography**. Wiley-Black Well, 2009.
- HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo: Carta Maior, 2013.
- _____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JOHNSTON, R.J. **Geography and the state: an essay in political geography**. Basingstoke: Macmillan, 1982.
- LEE, N. How is a political public space made? - The birth of Tiananmen Square and the May Fourth Movement. **Political Geography**, v. 28, n. 1, pp. 32–43, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008[1972].
- LÉVY, J. **L'espace legítme: sur la dimension spatiale de la fonction politique**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.
- LOPES, E. Oposição e base dividem Câmara como se fosse estádio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de mar. 2007. Nacional, p.8.
- LUSSAULT, M. “Scène politique”. In: LÉVY, J.; M. LUSSAULT. **Dictionnaire de géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003.
- MACHADO FILHO, G. F. A política de escalas nas manifestações de junho de 2013: o caso do MPL-RJ. **Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE**, Presidente Prudente, 2015.
- MALINI, F.; ANTOUN, H. **A Internet e a Rua: ciberativismo nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/pf29jy3>>. Acesso em 22/10/2016.
- MARTIN, D. G.; MILLER, B. Space and contentious politics. **Mobilization: an international journal**, v. 8, n. 2, p. 143–156, 2003.
- MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. Para mapear o confronto político. **Lua Nova [online]**, n.76, pp.11-48, 2009.

MILLER, B, 2003. Spatialities of Mobilization: Building and Breaking Relationships. In.: NICHOLLS, W.; MILLER, B.; BEAUMONT, J. (ed.) **Spaces of contention: spatialities and social movements**. Aldershot: Ashgate, 2013.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista Sociologia Política**, n. 20, p. 2003.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999
 MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo: Carta Maior, 2013.

MULLER, P. **Les politiques publiques**. Paris: Press Universitaire de France, 1990.

NICHOLLS, W.; MILLER, B.; BEAUMONT, J. (ed.) **Spaces of contention: spatialities and social movements**. Aldershot: Ashgate, 2013.

NOGUEIRA, M. A. **As ruas e a democracia**: ensaios sobre o Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

OLIVEIRA, C. P. **Jornadas de 2013: uma perspectiva geografia sobre espaços políticos das ruas e praças cariocas**. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Geografia, UFRJ, 2016.

PARKINSON, J.R. **Democracy and Public Space: the physical sites of democratic performance**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

PERLATTO, F. Habermas, a esfera pública e o Brasil. **Revista Estudos Políticos**, v.1, n.4, p.78-94, 2012.

PIERINI, A, J. Grupos de interesses, de pressão e *lobbying* - revisitando conceitos. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano 4, ed. 10, mai./ago., 2010.

RATZEL, F. **La géographie politique. Les concepts fondamentaux**. Paris: Fayard, 1987.

RICCI, R; ARLEY, P. **Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014.

RODRIGUES, J. N. Políticas públicas e geografia: retomada de um debate. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014.

- SANTUCCI, J. **Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.
- SCRUTON, R. **Pensadores da nova esquerda**. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.
- SEWELL, W. H. Space in Contentious Politics. In: AMINZADE, J.A. et al. (eds). **Silence and voice in the study of contentious politics**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2001.
- SILVA, F. N. **Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos: formação e desenvolvimento da cidade**. Rio de Janeiro: Record, 1965.
- SISSO, R. **Espaço e poder: os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da Corte Portuguesa**. Rio de Janeiro: Arco, 2008.
- SOJA, E. **Seeking spatial justice and the right to the city**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2010.
- SORJ, B. On-line/off-line: la nueva onda de la sociedad civil y la transformación de la esfera pública. In.: SORJ, B.; FAUSTO, S. (org.). **Internet y movilizaciones sociales: transformaciones del espacio público y de la sociedad civil**. São Paulo: Plataforma Democrática, 2015.
- SOUSA, R. G. **Cinemas no Rio de Janeiro: Trajetórias e recorte espacial**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Geografia, 2014.
- SOUZA, E. N. S. Associação de Moradores, Espaço Político e Democracia. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG)**, Vitória, 2014. v. 1.
- SOUZA, M.L. **A prisão e a àgora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006
- _____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- STAEHELI, L. A.; MITCHELL, D. Spaces of Public and Private: Locating Politics. In: BARNETT, C.; LOW, M. **Spaces of democracy: geographical perspectives on citizenship, participation and representation**. London, UK: Sage Publications, 2004.
- TAYLOR, P.J; FLINT, C. **Political geography: world-economy, nation-state and locality**. Harlow: Longman, 2000.
- TARROW, S. **Power in movement: social movements and contentious politics**. Cambridge: University Press, 2011.

TATAGINA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, v.13, n.28, p.35-62, 2014.

TONKISS, F. **Space, the city and social theory**. Cambridge: Polity, 2005.

YOUNG, I. M. **Justice and politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.